

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Escola Superior Agrária

Mestrado de Agronomia

Caracterização da pequena agricultura

Características de produção e venda na cidade de Beja

Artur Daniel dos Santos Ortiz Rodrigues

Beja

2017

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Escola Superior Agrária

Mestrado de Agronomia

Caracterização da pequena agricultura

Características de produção e venda na cidade de Beja

**Dissertação de mestrado apresentada na Escola Superior Agrária do Instituto
Politécnico de Beja**

Elaborado por:

Artur Daniel dos Santos Ortiz Rodrigues

Orientado por:

Doutor Nuno Manuel Ramos dos Santos Beja

Mestre Fernanda Maria dos Santos Pereira

Beja

2017

Agradecimentos

Quero expressar o meu agradecimento a todos os que me ajudaram a desenvolver e enriquecer este trabalho, respondendo às minhas questões e partilhando o seu entusiasmo pela pequena agricultura, que não pode ser esquecida pelos povos.

Agradeço ao Sr. Professor Luís Luz, fundador e coordenador da “*Myfarm*”, ao Dr. Claudino Matos, diretor-geral da ACOS e ao Dr. José Veiga da Divisão de Planeamento da DRAP – Évora pela oportunidade que me deram em ouvir e descrever as suas experiências e sabedoria que em muito contribuíram para encontrar o caminho para a descrição da pequena agricultura, principalmente na região do Alentejo, com diferentes entrevistas mas todas ricas em contexto histórico contemporâneo.

Não podia deixar de frisar os pequenos agricultores, que me ajudaram a preencher os inquéritos e compartilharam comigo as suas histórias de vida, que dariam certamente outro trabalho que serviria para registar um modo de vida rico em perseverança. Deixo aqui um agradecimento especial ao Sr. João Sardinha que bastante me incentivou a continuar com este estudo e todavia me indicou outros pequenos agricultores que poderiam responder às minhas questões, a sua grande iniciativa para saber como poderia ajudar de forma dedicada reconheço-a como a camaradagem distinguida de um militar reformado.

Quero deixar também o meu agradecimento à Direção de Finanças de Beja, por tão amavelmente ter fornecido uma lista de sujeitos passivos em cadastro à data de 31-12-2016 na União de Freguesias de São João Batista e Santiago Maior e por prestar esclarecimentos relativos ao CIVA e CIRS.

Aos meus orientadores o Professor Nuno Beja e a Professora Fernanda Pereira que dentro das suas possibilidades me ajudaram a melhorar a apresentação do assunto em estudo.

Para o Afonso, pelos primeiros seis meses da sua vida a acompanhar-me nesta demanda, juntamente com a sua mãe e avós.

Resumo

O problema sociológico indicado pretende determinar o que é a pequena agricultura e o que a distingue. Foram analisados diversos dados expostos pela história do país, pela política nacional e da União Europeia, efetuadas entrevistas com entidades de referência para a agricultura e para os pequenos agricultores e por fim foram procuradas respostas entre uma amostra de pequenos agricultores na cidade de Beja, que culminou na análise mais precisa possível do que a pequena agricultura caracteriza. Concluiu-se que a pequena agricultura está determinada principalmente por fatores económico-financeiros e por uma forma de estar por parte do pequeno agricultor pouco ambiciosa e pouco conflituosa, que apenas pretende produzir o suficiente para sobreviver e de uma forma geral não procura conhecer diferentes meios ou alternativas de escoamento dos seus produtos.

Palavras-chave: Pequena agricultura, produção vegetal, locais de venda, regime forfetário, superfícies agrícolas utilizadas.

Abstract

The sociological problem indicated is to determine what small-scale agriculture is and what distinguishes it. The data were analyzed by the history of the country, by national and European Union policy, interviews were conducted with reference entities for agriculture and for small farmers, and finally, responses were sought among a sample of small farmers in the city of Beja that culminated in the most accurate analysis possible of what small-scale agriculture. It was concluded that small-scale agriculture is mainly determined by economic-financial factors and by a way of being on the part of the small and ambitious little-farmer who only wants to produce enough to survive and that in general does not seek to know different means or alternatives disposal of their products.

Keywords: Small agriculture, vegetables production, places of sale, flat-rate scheme, used agricultural area.

Índice

Índice de tabelas	VII
Índice de figuras	VII
Lista de abreviaturas	VIII
1. Introdução.....	1
2. Breve contexto histórico agrícola.....	3
2.1. Século XIX.....	3
2.2. Século XX	4
2.2.1. O apogeu da reforma agrária	6
2.2.2. A introdução das políticas da UE	11
2.2.3. Finais do século XX.....	13
2.3. Início do novo século	14
3. Características da pequena agricultura	16
3.1. Conhecimento intergeracional ou pessoal.....	18
3.2. Uma atividade secundária	20
3.2.1. Uma questão de subsistência	23
3.3. O gosto pela terra	24
3.4. A desunião dos pequenos agricultores	25
3.5. Influências externas e internas na agricultura	26
3.6. Produção e rendimentos agrícolas.....	29
3.6.1. Explorações muito pequenas e pequenas.....	33
3.7. Iniciativas de apoio à agricultura	35
3.7.1. Regime forfetário	36
3.7.2. Declaração de rendimentos	39
3.7.3. A influência da Comunidade Europeia na pequena agricultura	41
3.7.4. Política Agrícola Comum	42
3.7.5. Regime para a pequena agricultura.....	44
3.8. Preocupações com o ecossistema.....	46
3.9. Formas de escoamento dos produtos agrícolas	50
4. O local de estudo	54
4.1. Densidade populacional de Beja.....	55
4.2. Posição geográfica de Beja	56
4.3. Contexto regional de Beja.....	56

4.3.1. Áreas de regadio e sequeiro	58
5. Compreensão da análise qualitativa.....	60
6. Aplicação da análise quantitativa	67
6.1. Tipo de amostragem analisada	68
6.2. Caracterização individual e situação profissional da amostra	70
6.3. Informações sobre a organização da exploração agrícola	74
6.4. Gestão e política da exploração agrícola	83
6.5. Assuntos específicos.....	85
6.5.1. Relação social dos pequenos agricultores inquiridos.....	85
6.5.2. Dedicção na pequena exploração dos inquiridos.....	86
6.5.3. Gestão de negócio dos inquiridos.....	87
6.5.4. Gestão da exploração dos inquiridos.....	88
7. Conclusão.....	89
Referências Bibliográficas	91
Apêndice 1	95
Apêndice 2	96
Apêndice 3	97
Apêndice 4	105
Apêndice 5	113
Apêndice 6	126
Apêndice 7	139
Apêndice 8	140
Apêndice 9	143
Apêndice 10	146
Anexo A	150
Anexo B	151
Anexo C	152
Anexo D	153

Índice de tabelas

Tabela 4.1 - Sujeitos passivos em cadastro à data de 31/12/2016 na União de Freguesias de São João Batista e Santiago Maior com produção vegetal	58
Tabela 5.1 - Fatores de influência comuns à grande, média e pequena agricultura	61
Tabela 5.2 - Evolução da relação histórica na pequena agricultura.....	62
Tabela 5.3 - Orientação para caracterização da pequena agricultura	64
Tabela 6.1 - Caracterização individual e situação profissional	71
Tabela 6.2 - Informações sobre a organização	75
Tabela 6.3 - Gestão e política da exploração	84

Índice de figuras

Figura 2.1 - Venda ambulante de um pequeno agricultor.....	8
Figura 3.1 - Mercado de Santo Amaro em Beja	17
Figura 3.2 - Mercado Municipal de Beja.....	52
Figura 4.1 - Pequena exploração com regadio.....	59
Figura 5.1 - Decomposição da dimensão pequena agricultura	63
Figura 5.2 - Contextos e fatores das sociedades contemporâneas	67
Figura 6.1 - Percentagem da amostra no local de contacto	69
Figura 6.2 - Comparação faixa etária dos inquiridos e habilitações escolares	71
Figura 6.3 - Comparação anos de atividade agrícola e faixa etária dos inquiridos	72
Figura 6.4 - Comparação entre faixa etária e sustento da atividade agrícola	73
Figura 6.5 - Máquinas agrícolas em uso na SAU mencionadas pelos inquiridos.....	77
Figura 6.6 - SAU e tempo diário de trabalho agrícola.....	78
Figura 6.7 - Habilitação literária e conhecimento do solo.....	78
Figura 6.8 - Conhecimento do tipo de solo por freguesias	79
Figura 6.9 - Freguesias representadas pelos inquiridos	80
Figura 6.10 - Relação entre declaração de IRS e pagamento de impostos	81
Figura 6.11 - Correlação entre declaração de rendimentos e SAU.....	82
Figura 6.12 - Correlação entre pagamento de IRS e SAU.....	82

Lista de abreviaturas

ACOS	Associação de Agricultores do Sul	SAU	Superfície Agrícola Utilizada
ADS	Agrupamento de Defesa Sanitária	UCP	Unidades Coletivas de Produção
AT	Autoridade Tributária	UDE	Unidade de Dimensão Europeia
CAE	Código da Atividade Económica	UE	União Europeia
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado	UTA	Unidades de Trabalho no Ano
CIRS	Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	VPP	Valor de Produção Padrão
DE	Dimensão Económica	VPPT	Valor de Produção Padrão Total
DOP	Denominação de Origem Protegida		
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas		
<i>et al.</i>	(et alia) e outros		
GAL	Grupo de Ação Local		
ha	Hectare		
hab/Km²	Habitante por quilómetro quadrado		
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
IP	Itinerário Principal		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares		
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado		
Km	Quilómetro		
Km²	Quilómetro quadrado		
ONU	Organização das Nações Unidas		
PAC	Política Agrícola Comum		
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural		

1. Introdução

O estudo pretende entender o que é a pequena agricultura e definir determinadas características do grupo de pequenos agricultores que encontram na cidade de Beja um meio para escoar os seus produtos. O tipo de agricultura que se pretende encontrar é a de produção vegetal. Este estudo salienta a envolvente histórica, socioeconómica, financeira, política e simbólica no tema desenvolvido.

Atualmente encontra-se alguma legislação nacional e europeia que mencionam a pequena agricultura através de uma informação imprecisa, variada e de difícil leitura para o cidadão comum. Diversos autores tentam falar do tema com mais ou menos precisão, contudo, é difícil encontrar a informação necessária em apenas uma fonte.

Para entender a pequena agricultura procurou-se, em primeira instância, fazer uma análise qualitativa para procurar hipóteses que pudessem responder ao pretendido. As informações desvendadas demonstram práticas muito próprias nos diferentes grupos de agricultores. Os seus objetivos são diferentes conforme os fatores financeiros, económicos, sociais e políticos que os influenciam. Após analisar a revisão de literatura relevante ao tema em estudo, pretendeu-se saber se alguns dos indicadores demonstrados coincidiam com as práticas de um grupo de pequenos agricultores com atividade comercial na cidade de Beja através do método quantitativo por questionário.

Um dos grandes problemas encontrados para resolver o problema a investigar foi a pouca afluência de literatura que retratasse o assunto de forma rápida e persuasiva, acrescentando-se o caso de que a pouca informação escrita encontrada não detalhava os diferentes assuntos abordados, pelo que se optou por fazer quatro entrevistas para enriquecer e esclarecer as diversas temáticas envolvidas no objeto de estudo. Na passagem para o método quantitativo a maior dificuldade foi encontrar pequenos agricultores em abundância e possibilitar que os participantes no estudo entendessem as questões propostas, pelo que a maioria dos questionários foi preenchido *in situ*¹ com a assistência do inquiridor.

O segundo capítulo começa por fazer uma breve referência histórica ao modo de fazer agricultura e as suas alterações conforme o período histórico e as iniciativas políticas instauradas.

¹ No local de venda onde os pequenos agricultores se encontravam. Os questionários foram elaborados ao mesmo tempo em que se praticavam as vendas, em local público.

No terceiro capítulo o estudo começa a analisar as diferentes perspetivas que podem caracterizar a pequena agricultura, fundamentando o que a legislação nacional e comunitária descrevem, e conciliando a leitura de autores peritos na área da agricultura bem como com a ajuda do complemento dado por três entrevistas exploratórias com responsáveis da “*Myfarm*”, da ACOS e da DRAP do Alentejo e uma entrevista descritiva na Direção de Finanças de Beja.

No quarto capítulo pretende-se descrever o conhecido relativamente ao contexto onde os pequenos agricultores se inserem, que no caso específico alude à descrição da conjuntura encontrada na cidade de Beja relativamente à sua geografia ou modos de ação.

O quinto capítulo sintetiza toda a análise de conteúdo que o método qualitativo permitiu e pretende revelar os pontos-chave capazes de caracterizar a pequena agricultura.

O sexto capítulo apresenta o entendimento alcançado pela demonstração da análise quantitativa, com o resultado das respostas ao questionário administrado a uma amostra de pequenos agricultores que procuram na cidade de Beja modos de venda para os seus produtos, onde se destacam as vendas de proximidade, os pontos de venda coletivos, os mercados locais ou as vendas à distância.

2. Breve contexto histórico agrícola

Todo o produtor agrícola desde tempos longínquos pretende trabalhar nos seus terrenos de modo a retirar um rendimento que o ajude a viver, e deste modo reverter os bens que produz para benefício da sociedade. Pretende-se neste ponto conseguir deslindar se é possível compreender o presente a partir do passado, envolto na evolução histórica entre o campo e a cidade.

De frisar que terá sido a partir da Idade Média que surgiu a identificação do campesinato como uma classe social, deixando de ser entendida apenas como servos (Silva, 2012).

Ao recuar no tempo, Rebelo (2014) retrata o crédito agrícola em Portugal como Empresa de Responsabilidade Social que tem como intuito promover a sustentabilidade e o desenvolvimento local. “O crédito agrícola teve origem nos Celeiros Comuns e nas Misericórdias”. Pretendiam ajudar os agricultores nos anos de baixa produção e os primeiros Celeiros Comuns surgiram em Évora em 1576. Os juros e os empréstimos eram pagos em géneros, podiam ser sementes. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez os primeiros empréstimos aos agricultores em 1768.

2.1. Século XIX

O século XIX foi marcado pela mudança tecnológica, pela ciência, pela inovação e novas ideologias. As sociedades mudaram de hábitos e adotaram novos modos de vida em que a agricultura não era exceção, adaptando-se à revolução industrial que iniciara nesse século.

O paradigma societal na “Sociedade Pré-industrial” valorizava a agricultura porque os recursos económicos advinham da produção agrícola. Na sequência da revolução industrial, os pequenos agricultores não conseguiram suportar as despesas requeridas pelos novos métodos agrícolas e acabaram por abandonar as terras arrendadas, tendo deste modo tomado a opção de refazerem as suas vidas na cidade. Quando se passou para uma “Sociedade Industrial e Urbana” surgiu a desvalorização da agricultura devido a fatores demográficos, ou seja, ao abandono dos campos agrícolas (Rebelo, 2014).

Sousa (2011) descreve que no século XIX a classe agrária tradicional não tinha capacidade financeira para competir pela acumulação de terras que iniciou neste século. Os pequenos e médios lavradores todavia não possuíam um método de fazer agricultura, semeavam com incerteza, “como quem joga à lotaria, na esperança de um bom ano realmente compensador”, ao invés das maiores explorações que detinham maior capital e mais margem de manio.

Em Portugal o Celeiro Comunitário de Serpa foi transformado em Banco em 1840. Em 1866/67 surgiu a lei que regulou a transformação destas instituições em Bancos. A partir de 1862, com o grande aumento das taxas de juro, os pagamentos passaram a ser em dinheiro. No Alentejo começou a verificar-se uma sociedade cada vez mais envelhecida e com menor natalidade. Paralelamente, nos Estados Unidos da América, surge a invenção da ceifeira mecânica puxada por um cavalo, capaz de colher cereais mais rápido que a ceifa à mão e com a invenção de novas máquinas surgem os fertilizantes, que também contribuíram para o aumento da produção agrícola (Rebelo, 2014).

Parafraseando Max Weber, “a emergência da sociedade moderna foi acompanhada por importantes mudanças ao nível dos padrões de ação social”. As pessoas começaram a afastar-se das crenças tradicionais que muitas vezes estavam assentes nos costumes e hábitos enraizados e envolviam-se cada vez mais em cálculos racionais e instrumentais eficientes e com consequências futuras. O que tinha sido repetido por gerações deixou de o ser e nasceu a racionalização, explicada pela “organização da vida económica e social, segundo princípios de eficiência e tendo por base o conhecimento técnico”. O modo como o pensamento científico moderno faz desvanecer as crenças do passado provoca um sentimento de desencantamento (Giddens, 2004).

2.2. Século XX

O século XX traz o aprimorar da ciência e da tecnologia em associação com a política, o poder económico e financeiro numa realidade de inter-relações a nível global onde os produtores com maiores capacidades de adaptação à realidade ganham os maiores benefícios. Na agricultura também vão continuar as discrepâncias entre os produtores agrícolas mais e menos capacitados para uma nova realidade de mercado.

Na primeira metade do século XX, a sociedade portuguesa era principalmente agrária e demonstrava passividade relativamente ao salazarismo, que abrandava os processos de industrialização. O sistema político e económico implantado na época, doutrinado pelo sector agrícola, intensificou a hierarquização e as desigualdades, fazendo aumentar a insatisfação dos produtores, principalmente artesãos e camponeses que não estavam enquadrados pelas ideias capitalistas, mas pretendia-se que acreditassem que estavam num patamar que glorificava a família, o dever, a pátria e a crença no trabalho rural com a sua história e tradição (Silva, 2012).

Freire *et al.* (2004) relembram que durante o Estado Novo (1933-1974) os conflitos retratados pelos agricultores eram diferentes no norte e no sul do país. A norte lutava-se pela manutenção do seu modo de vida, enquanto a sul, a luta era pela obtenção de melhores condições de vida.

Até aos anos 40 possuir uma propriedade significava “garantia de independência económica” e simbolizava a relevância da constituição e funcionamento familiar (Barros, 2005).

Freire *et al.* (2004) descrevem que em Portugal, na década de 50, notava-se uma grande força de trabalho agrícola, com um sistema de trabalho idêntico, tanto nas grandes como nas pequenas explorações. Os saberes eram comuns, a agricultura dominante era tradicional, muito pouco mecanizada e as grandes cidades todavia não se encontravam industrialmente muito desenvolvidas e por essa razão ainda não eram atrativas. Na década de 60, começaram a surgir as grandes migrações e o abandono das pequenas explorações agrícolas, o que foi visto como benéfico para os jovens por ser considerada uma oportunidade para melhorar as suas condições de vida. A população agrícola baixou 31 % e os preços de produção e consumo subiram, bem como os salários dos trabalhadores e as produções que já contavam com meios de trabalho mais avançados tecnologicamente, como por exemplo pela utilização de tratores. Quase metade da população ativa tinha uma atividade agrícola e a contribuição da agricultura para o produto interno bruto situava-se próximo dos 30 %. O regime de grande propriedade, latifundiários que podiam possuir mais de 500 ha e da monocultura do trigo começava a suscitar preocupações. Quando terminava a ceifa acentuava-se o número de desempregados que se concentravam em aldeias com aproximadamente 1500 habitantes só no distrito de Beja, onde nem o trabalho nos olivais ou a cultura do arroz conseguia minimizar a situação precária. As políticas apresentadas na década de 60 e 70 dinamizaram as grandes explorações, mas a chegada das reformas permitiram que os pequenos agricultores conseguissem acesso às terras. No

Alentejo os trabalhadores agrícolas viviam com a esperança de encontrar no campo um trabalho que não fosse temporário e lhes desse alguma dignidade, sem que permanecessem pequenos agricultores, o que seria difícil com a inovação tecnológica que se avizinhava.

Barros (2005) descreve que “do meio do século até meados dos anos 70 a emigração e o êxodo para as cidades” são um ponto de mudança na sociedade.

2.2.1. O apogeu da reforma agrária

Em Portugal surgiu um movimento de trabalhadores rurais que marcou uma geração. Uma grande parte da população rural viu-se confrontada com um país que tinha as suas terras impenetráveis e entregues a quem não as trabalhava em vez de serem aproveitadas como forma de sustento para muitos. A esta manifestação de parte de um povo sedento por trabalhar nos campos, juntou-se uma força política que lhes deu esperança para o futuro.

Sousa (2011) descreve que em 1975 elementos ligados ao Partido Comunista Português contestam que “as terras incultas ou mal aproveitadas” deveriam ser entregues sem demora aos pequenos agricultores, tendo gerado o mote para a ocupação de diversas herdades aparentemente abandonadas sem que surgisse oposição ou represálias de maior envergadura, onde os agricultores repartem funções e trabalham de forma coletiva.

Carvalho (2004) descreve na sua obra que o Anexo 3 do Decreto-Lei nº 203-C/75 destaca o apoio aos pequenos e médios agricultores e pretende resolver a questão da propriedade e exploração das terras a sul do país. O autor recorda que os trabalhadores agrícolas, incluindo os pequenos agricultores, “não possuíam quaisquer meios de produção próprios, tinham baixos níveis de rendimento resultante da exploração a que secularmente tinham sido submetidos”, faziam aquisição de sementes a muito custo, não havia dinheiro para salários e iniciaram a gestão produtiva derivada da reforma agrária em herdades descapitalizadas.

Freire *et al.* (2004) referem que no mês de junho de 1975 cansados da pobreza de longa duração e falta de salários, começam no distrito de Beja as ocupações de terras devido à inexistência de medidas para resolver o problema do desemprego dos trabalhadores rurais por parte do governo, o que viria a desenvolver-se até ao final desse ano. Entre os meses de julho e setembro de 1975 surge o Decreto-Lei nº 406-A/75 que

sujeitou à expropriação as áreas que ultrapassassem os 700 ha ou que se encontrassem incultas, subaproveitadas e inexploradas. A ocupação das terras que foi permitida a partir de 1975 deslumbrou a possibilidade de um emprego bastante ambicionado, laborando como uma unidade coletiva de produção por forma a superar as dificuldades do grupo social constituído por assalariados agrícolas.

As ideias ocupacionais de terras pertencentes aos grandes fundiários detentores do capital pelos assalariados, principalmente no Alentejo, faz relembrar a obra de Karl Marx (Giddens, 2004) quando descreveu que as mudanças políticas tiveram como consequência o conflito com as autoridades ao mesmo tempo que se constatavam as desigualdades, o trabalho assalariado e o desemprego. Existia um notório vínculo entre os possuidores de capital, que detinham o dinheiro, as máquinas ou meios de produção e o trabalho assalariado, que consistia no conjunto de trabalhadores que não detêm a propriedade dos meios de produção mas que procuram emprego fornecido pelos que detêm o capital. Estes capitalistas seriam uma classe dominante enquanto a grande massa populacional constituía uma classe de trabalhadores assalariados. Embora as classes dependam uma da outra, porque os capitalistas necessitam da mão-de-obra assim como os trabalhadores necessitam do trabalho, esta relação está desequilibrada e caracterizada pelo conflito assente na exploração que os trabalhadores sentiam por não possuir, ou possuírem pouco, controlo sobre o seu trabalho. Contudo, à medida que a industrialização se propagou, um grande número de trabalhadores agrícolas mudou-se para as cidades que se encontravam em verdadeira expansão.

Sousa (2011) realça que esta ocupação de terras desenfreada foi interrompida para que dessem lugar novas políticas para a aquisição de terras por parte dos agricultores. Durante a reforma agrária da década de 70, os pequenos produtores surgem com mais visibilidade na produção de tomate, alho francês ou pimento, em áreas de terreno que podiam rondar os 2 ha, 7 ha ou 9 ha e os seus rendimentos variavam conforme as plantações usufruíssem ou não de regadio.

Neste seguimento histórico, José Veiga, da Divisão de Planeamento da DRAP descreve uma época em que o agricultor quase que não saía da exploração agrícola. Era habitual o comprador dirigir-se à exploração agrícola, onde podia tirar a fruta da árvore ou vendiam-se os produtos agrícolas à porta da exploração. Repentinamente surgiu a diminuição do preço dos produtos agrícolas, em vez de aumentarem por forma a acompanhar a exploração. Todas as infraestruturas públicas que existiam, os circuitos comerciais do trigo da antiga EPAC, da técnica da lavoura, as cooperativas agrícolas,

começaram a desaparecer e o agricultor sentiu-se obrigado a procurar compradores para os seus produtos (Apêndice 5).

Na atualidade todavia é possível observar a perseverança do pequeno agricultor em levar os seus produtos agrícolas para junto do consumidor. A Figura 2.1 retrata a venda ambulante numa rua da cidade de Beja por parte de um pequeno agricultor.

Figura 2.1 - Venda ambulante de um pequeno agricultor



Novembro de 2017

A constituição da república portuguesa, aprovada a 2 de abril de 1976 dita que as propriedades expropriadas, que passaram a pertencer ao estado, seriam entregues aos pequenos agricultores, a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou a outras unidades de exploração coletiva por trabalhadores. Mas apesar do movimento político, a reforma agrária não conseguiu efetuar uma verdadeira ligação com os pequenos agricultores. (Carvalho, 2004).

O paradigma agrícola em Portugal acompanhou as grandes mudanças a nível global. O 25 de Abril de 1974 surgiu na pior altura, em plena crise do petróleo que fez o preço do petróleo subir. Em Portugal, as cooperativas estavam ligadas ao estado, mas em consequência do 25 de abril de 1974, o estado tornou-as independentes. A falta de entendimento para esta mudança fez com que surgissem investimentos de capacidade superior ao necessário e cada vez que surgia um investimento, por exemplo um lagar novo, os agricultores diziam: “se as coisas correrem mal vamos entregar a chave ao secretário de estado”. José Veiga explica que o investimento efetuado nestas condições correspondia diretamente e de forma clara a menos dinheiro na azeitona, traduzia-se em

menos dois ou três escudos no quilo, sendo este facto entendido pelos agricultores e procuravam outras cooperativas: “...de Alvito fugiam para a Vidigueira depois fugiam para o Torrão, entretanto Torrão fazia investimentos, voltavam para a Vidigueira e outros ainda tentavam vender a privados, portanto, o problema dos investimentos revelou um certo egoísmo”. No Alentejo a reforma agrária foi maioritariamente de trabalhadores rurais associados ao pequeno agricultor, embora nem todos tenham aderido. Sem garantias de continuidade, o problema foi a falta de segurança na propriedade e a partir do momento em que começou a devolução de terras aos anteriores proprietários entrou-se numa instabilidade permanente onde foram poucos os casos que conseguiram ter rendimentos para pagar os terrenos que estavam a criar. Muitos pequenos agricultores afastaram-se das terras, das cooperativas ou das UCP e surgiu a chamada “Reforma do Sá Carneiro” que consistia na divisão da propriedade em pequenas parcelas que, na opinião do entrevistado, foi propositadamente mal feito. Criaram explorações agrícolas que não foram estudadas tecnicamente e economicamente não seriam viáveis no sentido de terem resultados práticos. Como exemplo, na Herdade da Comporta, pretendeu-se dividir uma grande propriedade em lotes que não chegariam a ser explorações agrícolas, onde uns ficaram com uma área para o arroz, outros com uma área de pinheiro, outros ficaram com as taipas. Conseguiu-se produção de arroz nas áreas de regadio, mas nas áreas de sequeiro ou em zonas mais pobres a herdade ficou dividida pelos senhorios, que tinham apenas o equipamento mecânico e tratores para fazer searas, mas em termos ecológicos não podiam produzir repetidamente cereal. Não se podia produzir 10 ha de olival e estar preso a esses hectares de olival, ou 5 ha de arroz onde o agricultor estava ocupado apenas um ou dois meses e no resto do ano contratava as máquinas, os tratores, as ceifeiras, torna-se um empresário de contratação de serviços e ainda tinha tempo de espantar os pardais para evitar que lhe comessem todo o arroz. Havia investimento público em grandes obras de engenharia hidráulica e de perímetros de rega que faziam parecer razoável dividir a terra por pequenos agricultores, mas mesmo com o regadio, nunca se conseguiu no Alentejo o que se discutia ainda antes do 25 de abril com tentativas de reforma agrária. Para criar explorações deveria haver também algum sequeiro com justificação de atividades sustentáveis para o futuro, nomeadamente pecuárias. (Apêndice 5).

Paralelamente a esta revolução agrícola, sustentava-se que os níveis de produção e de produtividade eram considerados baixos e a opção por parte dos agricultores de enveredarem por uma cultura “à semelhança da campanha cerealífera de Salazar” estava

a esgotar as capacidades produtivas dos solos rapidamente, coadjuvado com arranque de grande número de árvores e o montado de sobro e azinho careciam de tratamento, o que demonstrava uma falta de conhecimentos e experiência de gestão dos operários agrícolas. Contudo, existia também quem tivesse ideias claras do que deveria ser feito e que poderiam ter transformado principalmente o Alentejo até à atualidade, como é o exemplo do Encontro sobre as Culturas de Primavera, realizado em Évora a 25 de fevereiro de 1978 onde se recomendava “o aumento da área de girassol e também de grão-de-bico, feijão, chícharo e outras leguminosas”, bem como desenvolver a área de cártamo e arroz, utilizar variedades de ciclo vegetativo diferente e de fazer adubação de fundo juntamente com a lavoura de fundo, mantendo a área de tomate, incrementando a área de milho em regadio utilizando sementes híbridas e aumentar a área de tabaco desde que fossem garantidos apoios ao escoamento. Em 1 de outubro de 1983 no Encontro de Culturas Outono-Inverno em Avis, levantaram-se preocupações relativas à preservação dos solos e à introdução de novas técnicas de cultivo, os solos mais ricos deveriam ser guardados para o trigo por ser uma cultura mais exigente. Pretendia-se incrementar a produção de cevada e aveia com boas sementes e fertilizações, importante alimentação para o gado, aumentar a área das forragens tanto para fenos como para melhorar as pastagens, aproveitar os solos arenosos e com menor capacidade de utilização enaltecendo a rotação de culturas com gramíneas e também pretendiam reduzir as áreas de pousio, desenvolver análises ao solo, incrementar métodos de gestão e contabilidade que permitissem analisar custos e resultados de produção. Em 26 de fevereiro de 1986, em Beja, a preocupação era a de procurar novas culturas que garantissem maiores garantias de preço e escoamento tais como o morango, o espargo, o amendoim ou a ervilha, as cenouras as batatas e outras hortofrutícolas. A reforma agrária impulsionou uma evolução agrícola e a sua destruição contribuiu para o aumento do desemprego e para as emigrações (Carvalho, 2004).

Sousa (2011) retrata que na década de 80 o governo empenhou-se em atribuir terras expropriadas aos pequenos agricultores que podiam atingir uma média de 50 ha ou ultrapassar os 160 ha, algumas por ajuste direto. Os pequenos agricultores são vistos como “gente com sofrimento, tradição e vontade de transformar as coisas”, muitas vezes trabalham em terras incultas, tanto homens como mulheres que com garra desbravam mato, limpam azinheiras, criam postos de trabalho e colocam a propriedade “a produzir: trigo, cevada, milho, batatas, alhos, cebolas, carne, leite, queijo” capazes de chegar aos mercados das grandes cidades com a ajuda das Cooperativas que permitem a criação de

novas ideologias e facilita aos pequenos agricultores possuírem mais poder de compra para melhorar ou adquirirem mais comodidades e bem-estar.

Luís Miguel Luz, fundador e coordenador da “*Myfarm*”, em entrevista a este estudo, opina que a ocupação de algumas herdades foi feita sem muito sentido, por questões políticas ou vinganças. As UCP criadas foram geridas por trabalhadores rurais, algumas delas por pequenos agricultores com alguma noção de gestão de produção, mas muitos outros não tinham grande noção de como seria uma exploração agrícola e por esse motivo não tiveram capacidade de progredir e “implodiram” (Apêndice 3).

No entender de Claudino Matos “na altura da reforma agrária havia muitos agricultores que abusavam” ao ocupar e começar a trabalhar as terras, pelo que “não é assim que as coisas funcionam, como não funcionaram nem vai funcionar assim”. A reforma agrária que estava pensada era a usurpação da propriedade privada, o que não é a melhor forma e não faz sentido em uma sociedade liberal (Apêndice 4).

Neste seguimento José Veiga menciona que politicamente não parece viável uma reforma agrária no Alentejo, foi sempre impossível e não vê que o seja no futuro, com a população do Alentejo a ser como que expulsa do meio rural. Os próprios proprietários abandonaram as suas terras, os campos não têm quase ninguém, não é só pelo facto de serem mal pagos mas porque as pessoas encontram outras soluções, trabalham nos escritórios, nas vilas, nas cidades, fazem biscates ou vivem de subsídios ou de pensões (Apêndice 5).

O destaque feito à reforma agrária pensada na década de 70 e 80 do século XX, parece importante no âmbito deste estudo porque na atualidade todavia estão vivos muitos dos que participaram nesse movimento e que ainda têm a agricultura como fonte de rendimento ou conservam as memórias dessa época.

2.2.2. A introdução das políticas da UE

Mais uma vez destacamos a vontade política em regular a atividade agrícola, desta vez nos termos da comunidade europeia, mas tal como a agricultura teve de se adaptar aos tempos modernos, a política também deveria adaptar-se à multiplicidade de procedimentos de uma população cada vez mais diversificada que desenvolve tanto as pequenas como as grandes explorações agrícolas.

Rua e Pinto (2014) explicam que as principais mudanças na política de produção agrícola em Portugal aconteceram após a sua entrada na União Europeia em 1986, o que obrigou o país a cumprir a legislação relativa à PAC.

Após a entrada de Portugal na UE a aceitação da PAC fez com que o país ficasse mais dependente do exterior, mesmo com as ajudas dos fundos estruturais. Como país semiperiférico encontra-se sujeito aos efeitos da globalização económica, política e cultural acrescentados pela agricultura capitalista, tecnologia e à regulação da PAC. O desequilíbrio populacional entre litoral e interior, a grande diminuição da população agrícola, a dependência de Portugal, a livre circulação de produtos agrícolas e a lógica dominante da PAC foram alguns dos problemas de difícil resolução que tinham surgido (Silva, 2012).

O desenvolvimento rural local, que começou nos anos oitenta mediante os acordos em torno da PAC e da claudicação do governo português, foi no sentido de permitir uma política de abandono da agricultura e a aceleração da entrada de produtos provindos de países do Norte e Centro Europeu, empenhados em escoar os respetivos excedentes agropecuários, enquanto Portugal teria direito a alguns anos para modernização, ajustamento e adaptação ao novo quadro comunitário. A vertente adotada por Portugal do “bom aluno” de forma a agradar aos parceiros europeus mais fortes com o intuito de conseguir fundos para implementação de infraestruturas e fundos sociais europeus que acabariam por servir o benefício de terceiros, conduziu à estagnação da agricultura com o estabelecimento de quotas leiteiras, abandono de certas produções devido aos excedentes europeus e incentivo a subsídios elevados por área, independentemente da produção e criação de valor. O abandono da produção ou reforma precoce dos agricultores portugueses e a sua denominação por “guardiães da natureza” e do ambiente incentivou programas de lazer e turismo rural como forma de mostrar a “multifuncionalidade do mundo rural”. Este processo teve como consequência o desinteresse pelos espaços agrícolas e florestais em detrimento de outras atividades principalmente no interior do país, aumentando a desertificação (Cardoso e Silva, 2015).

Freire *et al.* (2004) descrevem que após a entrada de Portugal na UE em 1986 e com a consequente introdução da PAC, fez-se notar alterações ao nível da SAU. Surgiu um aumento de explorações nas unidades acima dos 50 ha ou mesmo acima dos 100 ha ao invés das unidades inferiores a 50 ha que para além de diminuírem o seu número também perderam SAU. Passou-se a descrever como necessidade o surgimento de explorações de maiores dimensões e os pequenos agricultores passaram a ser vistos como desinteressados

pela prática agrícola, “absentistas e ineficientes” por não demonstrarem esforço, pelo que não deveriam receber qualquer apoio ou ajuda que tinham por base a dimensão.

2.2.3. Finais do século XX

Carvalho (2004) cita que a lei nº 86/95 de 1 de setembro, com a Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário, veio encerrar a questão da exploração de património latifundiário e da reforma agrária que já tinha iniciado há sete anos.

Silva (2012) explica que o latifúndio tem sido ao longo da história um dos sistemas agrícolas mais frequentes, em que fatores geoclimáticos, económicos e políticos, permitiram a apropriação do solo por parte dos grupos dominantes e originaram uma reprodução social por via da herança. O sistema latifundiário consiste na monopolização e gestão de extensas dimensões. A produtividade da terra por ha é baixa, a mão-de-obra é constituída por um número reduzido de trabalhadores permanentes e pelo recrutamento eventual ou sazonal de jornaleiros, desempregados ou subempregados. O sistema implica o ganho económico, assalariamento de força de trabalho e orientação para os mercados.

O aumento da SAU veio a alargar culturas como o olival, culturas herbáceas e pastagens permanentes associadas à reforma da PAC em 1992, que impôs um setor agrícola de média e grande dimensão porque “as ajudas diretas são referidas ao ha e não à unidade de trabalho” e por esta razão quem melhor aproveita são as unidades de maior expressão. Atualmente é possível produzir muito em pouca área e a atual PAC em algumas zonas permite a “flexibilização das modalidades de acesso à terra, enquanto noutras reforça a propriedade fundiária” (Freire *et al.* 2004).

Na década de 90 “os agricultores familiares perdem importância relativa”, a agricultura de pequena DE sofre uma avultada regressão mas paralelamente surge um aumento da expressão das sociedades. A agricultura de pequena dimensão apresentava um número inferior a 16 UDE o que equivale a dizer que gerava 19 200 euros de valor económico no ano e a grande agricultura possuía uma dimensão superior a 40 UDE. No final do século XX a pequena agricultura tinha perdido posição territorial e económica mas continuava determinante em termos de emprego representando 82 % das UTA embora com pouca expressão económica, enquanto 7 % das explorações de média e grande agricultura “detinham 60 % da SAU e respondiam por quase outro tanto do valor económico gerado na agricultura. A par de toda a evolução agrícola, na primeira metade

do século XX, o número de membros da família apresentava-se estável com uma média de 4,1 a 4,3 pessoas e a partir da segunda metade nota-se o começo da sua diminuição, representada nas médias em 1991 de 3,1 e em 2001 de 2,8 pessoas (Barros, 2005).

Os membros da família foram vistos durante muito tempo como uma ajuda importante nos trabalhos do campo mas juntamente com a despovoação dos campos veio também uma diminuição do número de membros dos agregados.

2.3. Início do novo século

O início do século parece ter despertado novamente para a agricultura com o surgimento de alguns passos para encaminhar uma agricultura mais duradoura e equilibrada tanto ao nível económico como na sua sustentabilidade ou na defesa do ecossistema.

Freire *et al.* (2004) referem que a população com atividade agrícola no início do século XXI representa menos de 10 % da população ativa e a contribuição da agricultura para o produto interno bruto é inferior a 4 %.

No início do século XXI a estrutura agrária vigente e a dimensão dos fundiários continuam com as produções cerealíferas e pecuárias, a caça e mais recentemente o agroturismo, atividades que geram muito pouco emprego. As exceções que surgem estão vocacionadas para a vinha, o olival, a produção de azeite, para os pomares e até mesmo para as carnes certificadas. Todas estas vertentes demonstram com agrado o surgimento de outras dinâmicas face ao uso das terras. A agricultura todavia ocupa uma parte na estrutura económica do Alentejo. Em 2004 o trabalho agrícola representava “15 % do Valor Acrescentado Bruto regional contra 3,9 % no país”. Contudo, a atividade agrícola parece ter deixado de ser um meio para unificar o espaço com a sociedade e como consequência o Alentejo não parará de se despovoar sem uma nova agricultura baseada em relações de propriedade e de produção que conjugue a diversidade dos sistemas culturais, a utilização da água e a introdução de outras atividades que promovam o desenvolvimento rural (Carvalho, 2004).

José Veiga recorda que só em 2007 ou 2008 surgiram uma série de capitais especulativos que fizeram subir os preços, mas este facto perde relevância porque não havia produtos para vender e o preço alto também vai dificultar a venda. Com a baixa dos

preços, no caso por exemplo do leite que está abaixo do nível de produção, aquele que tem 100 ou 200 vacas já sente dificuldade em sobreviver (Apêndice 5).

No capitalismo contemporâneo as pequenas explorações apresentam pouca produtividade e existe a tendência para que sejam abandonadas, ao invés das grandes explorações que apresentam maior produtividade (Sousa, 2011).

Nos últimos anos a pequena agricultura recebeu maior atenção política devido ao reconhecimento da sua relevância nas áreas rurais e sentiu-se a necessidade de melhorar as suas condições económicas e sociais numa altura em que a estrutura do sector agrícola esta a mudar (EC, 2011).

Para Rebelo (2014) o desenvolvimento local está ligado à sustentabilidade e para tal destaca o apoio da Caixa de Crédito Agrícola, que nos últimos cem anos foi uma importante instituição financeira com a principal missão de apoiar a agricultura e tem sido fundamental para o desenvolvimento económico dos meios rurais. No paradigma atual com as recentes situações de desequilíbrio das sociedades, torna-se fundamental ter capacidade de autoaprovisionamento e deste modo surge a preocupação de preparar a sociedade futura para a revalorização da agricultura familiar. A autora, na sua análise evolutiva do paradigma societal, refere que na “Sociedade Futura” do século XXI perspectiva-se uma revalorização da agricultura em muito devido aos apoios e normas da UE, que possibilita as mudanças de paradigma e consenso em torno da agricultura.

Estima-se que no ano de 2050 a população mundial atinja os 9 mil milhões de habitantes o que significa que para alimentar toda esta povoação perspectivam-se mudanças nos processos agrícolas por forma a produzir mais com menos pressão sobre os recursos. Acredita-se que poderá surgir o crescimento da pequena agricultura de proximidade com produtos tradicionais ou biológicos e paralelamente surgirá também uma agricultura mais tecnológica capaz de satisfazer um campo mais alargado de consumidores (Schmidt *et al.* 2015).

A agricultura de proximidade difere da agricultura de exportação mas podem complementar-se. A UE afirma que os distribuidores locais devem fazer o esforço para promover a agricultura de proximidade que oferece uma gama variada de produtos e um serviço adaptado aos habitantes e aos turistas (JOUE, 2008).

3. Características da pequena agricultura

Para determinar as características da pequena agricultura é sensato seguir a linha de pensamento de Rebelo (2014) quando refere que a evolução das sociedades e as transformações políticas e económico-sociais provocam profundas alterações na estrutura agrária, o que significa que temos de considerar a diversidade, a mudança e a capacidade de adaptação aos novos contextos económicos, tecnológicos e sociais. Acrescente-se também a compensação que qualquer agricultor deseja alcançar pelo que produz.

De uma forma geral, a portaria 25/2015 do Diário da República, 1ª série – Nº 27 – 09 de fevereiro, entende por atividades agrícolas a “produção, a criação ou o cultivo de produtos agrícolas, incluindo a colheita, a ordenha a criação de animais, e a detenção de animais para fins de produção”.

Da mesma forma, a portaria 107/2015, acessível na 1ª série – Nº 71 do Diário da República de 13 de abril de 2015, reforça também por atividade agrícola, “a produção, a criação ou o cultivo de produtos agrícolas, incluindo a colheita, a ordenha, a criação de animais e a detenção de animais para fins de produção” e acrescenta a definição de titular de uma exploração agrícola como “o detentor, a qualquer título, do património fundiário necessário à produção de um ou vários produtos agrícolas e gestor do respetivo aparelho produtivo”.

Para José Veiga, a definição para pequena agricultura todavia não está bem definida, de maneira em que não existe muita matéria para a descrever. A UE procura entender o que é a pequena agricultura e tenta definir critérios em termo de área, das dependências da pecuária que não têm terra, dos subsídios aos agricultores, emprego, mão-de-obra, ou o autoconsumo. Estes estudos representam critérios subjetivos porque comparam todos os países da união europeia. A pequena agricultura é importante para povoar o território local em termos sociais, ambientais e económicos. Para o entrevistado não são as grandes explorações que trazem grande benefício para as aldeias e para as vilas, porque não têm relação praticamente nenhuma com os territórios, muitas vezes não compram nada nesses locais nem lhes proporcionam emprego, enquanto a pequena agricultura consegue construir esta relação com o local (Apêndice 5).

O mercado de Santo Amaro, em Beja, na Figura 3.1, é um exemplo de como a pequena agricultura vai ao encontro do consumidor e envolve-se no seio de uma sociedade que se habituou a conviver e a criar relações negociais com este tipo de produtores.

Figura 3.1 - Mercado de Santo Amaro em Beja



Novembro de 2017

Existem diferentes critérios para definir a pequena agricultura. A definição de pequena agricultura é difícil porque não se sabe que critério físico ou económico deve ser utilizado. Também é difícil definir as diferentes características das diferentes explorações de determinada área e saber que estudos são realmente consistentes. A pequena agricultura pode definir-se por características que se situam abaixo de um limiar, como por exemplo pelo número de ha de área agrícola. Contudo, em termos da UE, a determinação de um padrão, ou de uma variável, requer cálculos diferentes em cada estado-membro, permanecendo o problema para definir qual o limite a aplicável a todos. A definição de uma área agrícola para representar a pequena agricultura levaria a que, para alguns estados-membros, quase todas as explorações seriam de pequena agricultura enquanto outros não teriam quase nenhuma pequena exploração. As diferentes estruturas agrícolas dos 27 estados-membros dificultam a definição de pequena agricultura. As análises estatísticas e as propostas políticas são medidas que ajudam a fornecer critérios capazes de definir a pequena agricultura nos diferentes contextos através da comparação dos diferentes países, regiões, hectares de SAU, tipo de mão-de-obra, padrões de gestão familiar, tipo de agricultura, o nível de autoconsumo, a exploração agrícola como atividade secundária, o nível tecnológico, perspetiva, riscos, idade do trabalhador, conservadorismo ou inovação, comportamento, situação económica, habilitações ou especialização. A classificação da pequena agricultura também deve considerar fatores agroecológicos e socioeconómicos. Se identificarmos a necessidade de destacar medidas

especiais de apoio, o critério mais adequado prende-se com o nível económico. Politicamente, a ideia de pequena agricultura está associada a desvantagem, risco de pobreza, falta de oportunidade e necessidade de apoio (EC, 2011).

A caracterização de pequena agricultura está patente na definição do pequeno agricultor atual, ao saber de que forma exerce a sua atividade e quais os fatores que o distinguem dos outros tipos de produtor agrícola. De entre a diversidade de fatores que podem caracterizar o pequeno agricultor sobressaem alguns que se apresentam neste capítulo de forma inequívoca.

3.1. Conhecimento intergeracional ou pessoal

Como reparamos no capítulo anterior, a agricultura era sobretudo um negócio e um modo de vida para inúmeras famílias. O conhecimento dos modos de proceder nos trabalhos agrícolas passava de pais para filhos mas na atualidade é possível acrescentar novos conhecimentos mais precisos e científicos. Os tempos são outros, as formas de pensar também e surgem novos indivíduos a iniciarem a atividade agrícola.

Barros (2005) no seu estudo confere que as vivências e conhecimentos aprendidos ao longo dos tempos passavam de pai para filho de uma forma intergeracional, formando uma linha de pensamento experiente, difícil de contrariar, com convicções sólidas que podem conjugar novos saberes e técnicas mais evoluídas por forma a tornar o trabalhador mais capacitado profissionalmente, permitindo-lhe dominar técnicas complexas sem colocar em causa a sua formação escolar.

Claudino Matos alerta que o conhecimento adquirido pelos pequenos agricultores advém não só do conhecimento passado de pais para filhos, mas também dos seus gostos, das suas opções, do conhecimento que possuem, das características da sua propriedade, ou da formação profissional que lhes permite ter acesso a determinadas ajudas comunitárias. Por exemplo, “um pequeno agricultor não pode fazer agricultura biológica sem fazer uma formação prévia que o capacite”. Na perspetiva do entrevistado, “a agricultura, como o agricultor, é um setor que está a modernizar-se”, existe um modelo, um referencial e a possibilidade de retorno, principalmente no Alentejo, mas tem de haver conhecimento e equipamentos sofisticados que permitam a viabilidade económica deste setor primário por forma a contribuir também para as crescentes exportações dos produtos

agrícolas. O entrevistado também salienta que os jovens de hoje demonstram interesse pela agricultura (Apêndice 4).

Entenda-se por setor primário as empresas agrícolas, florestais e de pescas.

Luiz Luz comenta que a geração 25 de abril está a acabar e a nova geração possui uma nova mentalidade necessária para que a pequena agricultura possa ganhar poder comercial, embora por vezes, se ouçam os pequenos agricultores mais antigos, na casa dos 50 ou 60 anos de idade, dizer que não gostariam de ver os seus filhos neste tipo de atividade e nestas circunstâncias (Apêndice 3).

Rebello (2014) salienta que “alguns jovens descendentes de famílias ligadas à agricultura voltam ao mundo rural como agricultores ou empresários agrícolas”. Outros jovens sem ligação à agricultura optam pela implementação de projetos inovadores. Contudo, o excesso de burocracia pode levar a desistir da atividade agrícola.

José Veiga acredita que os pequenos agricultores têm noção do que devem produzir. Os jovens agricultores quando se instalam, têm tendência para produzir o que está na moda, mesmo sem formação agrícola ou licenciados com outras profissões, adquirem conhecimento através da internet ou dos livros e alguns conseguem boas explorações com alguma dimensão. Por exemplo, apareceram as plantações de produtos aromáticos e medicinais, que podem ser feitos em pequena escala e de onde se consegue tirar rendimento. Os agricultores mais envelhecidos optam por escutar o que as pessoas querem e vão sendo pressionados para fazer (Apêndice 5).

Silva (2012), segue uma linha de pensamento onde caracteriza o aparecimento de uma agricultura familiar moderna, que tal como a agricultura de vertente capitalista, consegue utilizar meios de produção tecnológicos avançados, tais como o uso de fertilizantes químicos, corretivos, herbicidas, rações, tratores ou outros equipamentos modernos, com uma orientação para o mercado, podendo mesmo especializar-se em determinadas produções.

Barros (2005) acrescenta que tanto no passado como no futuro:

“...a família agrícola andarà de mãos dadas com o desenvolvimento sustentável, abraçará causas como a defesa do ambiente e dos recursos naturais, travará batalhas insanas contra a exclusão social mas sobretudo será o garante da existência de comunidades rurais vivas, perpetuando-se no tempo através da memória dos seus antepassados”.

Os dados do INE de 2013 divulgam relativamente às explorações de pequenas dimensões que, para além dos produtores estarem envelhecidos, ainda são pouco qualificados, “somente 5,5 % concluíram o ensino superior e 84,6 % têm apenas formação exclusivamente prática (INE, 2014).

A par da ainda grande representação de um grupo de agricultores envelhecidos, pouco letrados e com saberes adquiridos pela sua vivência no campo, na atualidade o conhecimento e o modo de fazer está ao alcance de todos de igual forma. Os que têm familiares capazes de os ensinar desde tenra idade podem complementar os seus saberes em instituições que fornecem um conhecimento especializado e atualizado. Os que não tiveram uma iniciação ou ensinamento familiar podem recorrer às mesmas instituições de ensino. Os trabalhadores agrícolas usufruem de diferentes fontes de conhecimento que se distinguem por lhes terem sido fornecidos pelos seus familiares, por terem aprendido pela vontade de estudar assuntos relacionados com a agricultura ou pela conciliação do conhecimento que lhes foi ensinado pelos seus familiares com novos conhecimentos aprendidos em instituições de ensino ou outras fontes de conhecimento modernas e atualizadas.

3.2. Uma atividade secundária

Ao fazermos o exercício de comparação entre grandes e pequenas explorações, suscita-nos a dúvida de como a pequena agricultura pode por ela própria e devido às suas situações confrontar as dificuldades sentidas também pelas grandes explorações.

A observação da DE das explorações e a origem dos rendimentos dos agregados domésticos mostram que a agricultura portuguesa depende de outras fontes económicas. São principalmente as pequenas explorações que “encontram no exterior à atividade na exploração a parte substancial dos respetivos rendimentos familiares”. A pequena agricultura é um sector em crise porque não consegue permanecer no mercado devido à diminuição dos preços causada pela globalização. Contudo, nota-se um aumento do sucesso na área dos produtos tradicionais e na agricultura biológica, bem como um bom trabalho em proteção integrada (Barros, 2005).

No passado a comunidade camponesa centrava os seus esforços nas atividades agropastoris e artesanais, contudo, a partir do momento que estas atividades deixam de

apresentar rendimentos suficientes os membros das famílias procuraram outras atividades no setor secundário e terciário, originando a pluriatividade familiar. Mesmo com a procura de outras atividades, o tipo de agricultura a tempo parcial nas zonas de pequena agricultura aumentou, seja no fim-de-semana ou fora do período laboral (Silva, 2012).

Este contexto é notório na obra de Queiroz (2017) quando retrata os trabalhadores da construção no Nordeste de Portugal, onde tradicionalmente existe uma ligação da agricultura à indústria. A junção da agricultura com a indústria ajuda a que as gerações operárias de origem rural ascendam e ganhem valorização social, mantendo uma ligação a modelos culturais, práticas sociais e modos de vida típicos da cultura camponesa e artesanal.

Para o professor Luiz Luz, na atualidade o pequeno agricultor não se pode definir por apenas se dedicar à agricultura, seria “muito redutor”, talvez fosse “válido” em décadas passadas mas agora com a baixa de rentabilidade foram praticamente obrigados a deter uma atividade secundária. “A maior parte dos pequenos agricultores não consegue sobreviver apenas da pequena agricultura”. A prática da pequena agricultura como atividade secundária permite que não desapareça. A crise económica que se fez sentir permitiu um regresso à agricultura, mas só daqui a alguns anos se pode saber se realmente as pessoas permaneceram na atividade agrícola ou se é apenas uma experiência, porque “trabalhar no campo não é fácil”. Mesmo os agricultores que ganham pelo menos 8000 euros anuais podem ter uma outra atividade mais rentável e encarar a agricultura como um divertimento (Apêndice 3).

José Veiga refere que muitas das explorações de pequena agricultura atuais estão desativadas, ou seja, são situações em que por exemplo o responsável pela exploração tem uma pequena reforma mas possui um pequeno olival tradicional, pode ter uma vinha, galinhas, consegue vender umas batatas, tem uma pequena horta, mas é algo muito desativado. Não corresponde à exploração que havia no Alentejo, onde para além da horta existiam porcos, ovelhas ou cabras e tinha atividade. Aos poucos surgiu um caminho para a desativação com a inexistência de animais e a diminuição da compra e venda. Existe também uma percentagem mais pequena de explorações que não são familiares mas que seriam de pessoas que têm outras profissões, compraram terra e têm a sua pequena exploração agrícola (Apêndice 5).

Os dados do INE de 2013 referem que nas explorações pequenas, com DE entre os 8000 e os 25 000 euros, 12,6 % admitiram obter rendimentos “exclusivamente da atividade da exploração” e 62 % referiram conseguir rendimentos “principalmente de

origem exterior à exploração”. Para as explorações muito pequenas o “complemento do rendimento”, com 32,3 %, é o segundo motivo para a manutenção da atividade. Para as explorações pequenas o maior motivo prende-se precisamente com o “complemento do rendimento”, avaliado em 35,2 % dos casos. As explorações médias com DE entre os 25 000 e os 100 000 euros representam 25,8 % dos proprietários e afirmam que ganham rendimentos “exclusivamente da atividade da exploração” e 32,4 % referem que obtém rendimentos “principalmente de origem exterior à exploração”. Nas explorações grandes, com VPPT superiores a 100 000 euros, “a situação inverte-se, com 35,6 % dos agregados familiares do produtor a declararem que o rendimento provém exclusivamente da exploração e somente 15,6 % afirmam que o rendimento de origem exterior à atividade agrícola da exploração é mais importante” (INE, 2014).

Dados do INE de 2015, indicam que apenas 6,2 % dos produtores agrícolas com explorações de pequena DE, são produtores envelhecidos que possuem maioritariamente “apenas formação prática” e vivem exclusivamente da agricultura, pelo que 65,3 % “completa o seu rendimento com pensões e reformas” (INE, 2016).

Contudo, a pequena agricultura desempenha um importante papel para o incremento de emprego e manutenção social nas zonas rurais, contribuindo deste modo para um desenvolvimento equilibrado do território. Diferentes tipos de agricultura têm diferentes requisitos laborais que podem ser correlacionados com o tamanho da exploração. Relativamente ao número de trabalhadores, as pequenas explorações apresentam menos mão-de-obra, mas uma exploração hortícola pode ser pequena e necessitar de um grande número de trabalhadores. Sabe-se que explorações hortícolas ou criadores de suínos e aves têm geralmente uma SAU menor que a média, mas algumas dessas explorações são economicamente fortes (EC, 2011).

Na realidade atual parece que a pequena agricultura dificilmente pode tornar-se um modo de vida, capaz de fornecer sustento suficiente para os agricultores terem uma vida próspera face às dificuldades impostas pelo mercado das vendas de produtos. Mas com inovação e empenho, o engenho pode encontrar um caminho certo para este tipo de agricultura.

3.2.1. Uma questão de subsistência

A pequena agricultura está muitas vezes associada a uma exploração para o sustento do agricultor e da sua família, que se designa por uma situação de subsistência.

Explorações agrícolas de subsistência produzem principalmente para o seu próprio consumo e também comercializam uma porção, mas sem objetivos concretos. As explorações destinadas para o autoconsumo existem primordialmente para proporcionar, em condições difíceis, algum rendimento e comida. A baixa rentabilidade é coincidente com o autoconsumo. De um modo geral este tipo de exploração depende do trabalho familiar e do estrume dos próprios animais (EC, 2011).

Na opinião de Claudino Matos, não é fácil viver apenas da pequena agricultura. À semelhança do que acontece com as micro e pequenas empresas, a pequena agricultura está associada a uma agricultura de subsistência, com “pouca terra” que muitas vezes surge como uma segunda atividade (Apêndice 4).

Queiroz (2017) refere que a região Litoral Norte de Portugal também é caracterizada pela inter-relação entre a agricultura de subsistência e atividades industriais e terciárias, por forma a facilitar a melhoria de condições. A dependência do trabalho agrícola para obter maior capital é mais notório nas famílias que praticam uma agricultura de subsistência combinada com o salário industrial ou terciário. A possibilidade de reunir meios de acréscimo dos rendimentos ou de segurança, deve-se à preservação de uma atividade independente, seja na agricultura de subsistência, na agricultura modernizada ou noutro ramo de atividade. A participação de um grupo familiar em diversos tipos de atividades produtivas, como a agricultura de subsistência, a indústria ou os serviços, designa-se por pluriatividade.

Os camponeses podem ter diferentes perceções da realidade e possuem formas quotidianas de resistência às práticas e ideologias das classes dominantes, utilizando uma sociopolítica campesina baseada na ética de subsistência, que assegure segurança e a estabilidade dum rendimento mínimo. A agricultura de subsistência é visível num grande número de explorações camponesas e centra os seus esforços na segurança do agregado familiar, utilizando métodos tradicionais de cultivo, traduzidos em energia humana e animal, ferramentas rudimentares e um uso mínimo de fertilizantes. A força de trabalho ou é familiar ou com a ajuda de vizinhos, sem a intenção de fazer lucro mas para atingir os objetivos de subsistência, excetuando a produção excedente que pode ser vendida no

mercado. De um modo geral não se torna agressiva ao ambiente ou ao ecossistema (Silva, 2012).

A subsistência é então um modo de vida, que dentro das poucas possibilidades e diante de quase nenhuma outra fonte de rendimento, o agregado familiar procura sustentar-se mediante a alternativa da prática agrícola.

3.3. O gosto pela terra

Perante as grandes dificuldades que uma pequena agricultura pode suportar, devido aos desafios de uma sociedade capitalizada e global, existe um grande fator capaz de prender o agricultor com menos posses à exploração e deve-se ao sentimento de pertencer à terra, ao gosto de tratar das terras e ver a produção desenvolver, como se também fizesse parte do processo ou tivesse raízes que o prendem ao solo.

Na perspectiva do professor Luiz Luz “os pequenos agricultores têm um grande amor e apego à terra”, possuem um “sentimento de pertença à terra, um gosto pela terra” que torna muito difícil desistirem da sua exploração, o que só poderia acontecer por desespero (Apêndice 3).

Os dados do INE de 2013 revelam que o principal motivo para a manutenção da atividade para as explorações muito pequenas é o “valor afetivo” com 55,6 % dos casos. Comparativamente, para as explorações pequenas o segundo motivo para a manutenção da atividade é precisamente o “valor afetivo” com 27,6 %.

Embora se note alguma preocupação e incentivo direcionado para a pequena agricultura, é propício citar a perspectiva de Barros (2005) ao advertir que “a melhor das políticas agrícolas é saber interpretar os silêncios das famílias rurais e dar-lhes a garantia de poderem continuar a exercer o seu magistado de influência no seio de um mundo rural que inadvertidamente amam, conservam e protegem”.

A ligação com a terra pode tornar-se um ponto forte e uma característica que possibilita a não desistência e permanência da pequena agricultura.

3.4. A desunião dos pequenos agricultores

O ser humano gosta de produzir e criar com a sua própria autoria. Só em casos em que seja incapaz de o fazer sozinho decide juntar-se a outros sujeitos para conseguir o seu objetivo. Mas este objetivo tem de ser admirado tanto por quem possibilitou o seu surgimento como por quem o observa com sinal de aprovação.

Luís Luz entende que por norma o agricultor é uma pessoa que tem dificuldade em associar-se a outro, e no caso do Alentejo todavia persiste o “trauma da reforma agrária”, o que faz com que na região haja uma maior dificuldade para que os agricultores trabalhem em conjunto, comparativamente a outras regiões do país. Existe por esse motivo um histórico na região que leva a que os agricultores não se queiram juntar, embora já exista alguma mudança e abertura principalmente nas gerações mais novas. A junção dos pequenos agricultores é o caminho pelo qual devem optar de modo a produzirem em quantidade e de forma variada para conseguirem poder de negociação (Apêndice 3).

Claudino Matos atesta que existe pouca apetência para que os agricultores se unam, se associem e façam um trabalho conjunto para defender os seus interesses (Apêndice 4).

A existência da união de esforços entre os profissionais da mesma área iria ajudar a pequena agricultura, embora as pessoas tenham a tendência em optar por um comportamento individualista. Seria bom que existisse “uma maior colaboração entre os agricultores, quer fosse através da organização em agrupamentos de produtores, na troca de experiências e conhecimento ou na utilização comum de equipamentos e estruturas agrícolas” de forma a melhorar os seus conhecimentos técnicos e de gestão das suas explorações para se tornarem mais profissionais (Rebelo, 2014).

Mesmo com a preferência da desunião, verifica-se a associação de pequenas empresas agrícolas a organizações como forma de conseguirem obter uma maior quota de mercado (Rua e Pinto, 2014).

José Veiga também opina que de um modo geral, o pequeno agricultor tem uma grande aversão em perder a independência e autonomia em termos de tomada de decisão. Quando se associa a uma cooperativa delega nela a tomada de decisão e apresenta alguma resistência a essa imposição. É uma questão complexa que pode estar relacionada com alguma preocupação, por exemplo, quando a exploração está ligada à família, com o futuro da família, o agricultor prefere controlar o negócio do que colocar na posse de

outro esse poder. O entrevistado recorda o problema com os lagares, quando faziam um investimento e os agricultores iam vender a outra cooperativa. Outra importante questão é a necessidade de tesouraria: o pequeno agricultor tinha produtos, hortícolas ou animais, em que a receita era quase constante, vendiam leite todos os dias, se precisava de dinheiro vendia um porco, um borrego ou um cabrito para fazer circular o dinheiro. Com a azeitona ou com a uva não pode fazer o mesmo, pois ambas geram receita um ano depois, tal como os cereais. Na atualidade o leite não tem relevância, os animais também são uma dificuldade para vender e devido a estas questões de tesouraria os pequenos agricultores estão mais restringidos e limitados. Para José Veiga, dentro da pequena agricultura temos uma percentagem muito grande de agricultura familiar e este facto pode acabar por ser problemático porque o património da família confunde-se com património produtivo. Se surgir uma guerra de partilhas que envolva a família, a exploração agrícola e os herdeiros, as terras começam a ficar abandonadas. Por vezes o herdeiro mais velho ainda é vivo mas começa a desinteressar-se pela exploração ou, se morrer, os herdeiros podem não se entender e a terra fica abandonada, com todo o tipo de problemas para o ecossistema (Apêndice 5).

De facto, as uniões ou associações nem sempre correm como o esperado, mas se os pequenos agricultores estão em minoria, juntos poderiam ser mais fortes.

3.5. Influências externas e internas na agricultura

Todas as instituições, organizações ou personalidades sentem que as suas atitudes são influenciadas por fatores que fogem ao seu controlo, mas mesmo com esta condição também sentem que possuem espaços onde só eles têm autoridade e em vez de influenciados conseguem influenciar a sua envolvente. A pequena agricultura não é diferente, também é influenciada por fatores que não controla, como por exemplo fatores políticos, e dentro do seu meio também consegue influenciar, seja na escolha do seu modo de produção ou nos métodos escolhidos.

Rua e Pinto (2014) ajudam a entender que a ação de qualquer tipo de empresa é influenciada pelo ambiente interno: onde se enquadram as suas políticas de gestão, os recursos humanos, os fatores de produção, as tecnologias utilizadas, a qualidade dos seus produtos, processos ou procedimentos; e é influenciada também pelo ambiente externo: que engloba a sociedade, os clientes, os concorrentes ou fornecedores, ou seja, são os

fatores que se encontram fora do controlo da empresa. Este conjunto de variáveis vai definir a estratégia para atingir objetivos. Os autores descrevem que “um dos critérios de classificação de empresa agrícola está diretamente relacionado com a natureza dos objetivos empresariais visados e com o tipo de resultados económicos que melhor sejam capazes de exprimir tais objetivos”. Por exemplo, no caso das explorações agrícolas de tipo familiar, o principal objetivo é o de melhorar as condições de vida da família, sendo essas condições asseguradas pelos próprios membros da família. O tipo empresarial é diferente porque tem como objetivo primordial a maximização dos resultados líquidos e o aumento da sua capacidade empresarial. De qualquer forma, para que o negócio tenha sucesso as empresas, incluindo as pequenas, têm de possuir uma gestão estratégica para obterem vantagem competitiva a qual se baseia em: objetivos coerentes; compreensão do negócio; e capacidade interna. Em termos económicos, relativamente à conjuntura externa e interna de Portugal, sublinha-se a mais-valia de possuir uma grande variedade de produtos genuínos com características organolépticas únicas e condições edafoclimáticas ótimas para a produção.

Rebelo (2014) entende que o agricultor está envolvido por fatores de natureza política, económico-social e ambiental que analisa da melhor forma para ser capaz de lhes fazer frente. Está dependente de políticas exteriores, da imposição do mercado, do progresso, das alterações ambientais e climáticas, de pragas, da experiência prática que adquiriu e também da sua sorte. Na atualidade, a lei do mercado impõe que apenas os mais competitivos consigam continuar com a atividade agrícola. Os agricultores têm de se sujeitar à falta de condições financeiras e à burocracia para realizarem o seu trabalho, o que pode levá-los a uma situação de *stress* e cansaço.

José Veiga perspetiva que para além das condições impostas por empresas como o Intermarché, Pingo Doce, Continente ou do próprio mercado, hoje vamos a qualquer mercado de uma aldeia e reparamos que os vendedores profissionais também vão aos armazenistas e conseguem fazer concorrência. Eventualmente os pequenos agricultores mais experientes conseguem arranjar os seus circuitos e fugir à concorrência, ou pelo menos tentam parecer que não têm concorrência, porque o seu grande trunfo é fazer a diferença pela qualidade. A nível vegetal, tudo se torna mais fácil quando se tem em conta a qualidade dos produtos, os hábitos alimentares e as variedades locais com o apreciável sabor local. Se investirem em produtos de grande comércio dos mercados globais, dificilmente conseguiriam sobreviver. A nível animal, as exigências sanitárias deram um golpe muito profundo na pequena agricultura, quer a nível das aves, borregos,

cabritos ou porcos e hoje a pequena agricultura quase que não tem animais. A gripe das aves veio obrigar o pequeno agricultor a controlar as ovelhas ou os pintos, que agora têm de ter um licenciamento e começou a aparecer uma certa burocracia que os pequenos agricultores preferem não ter. Contudo, os pequenos agricultores demonstraram possuir uma grande capacidade de sobrevivência quando se pensava que iriam desaparecer (Apêndice 5).

Para Max Weber, a sociedade moderna caracteriza-se pela racionalização tanto do campo político como da atividade económica e enfatiza o avanço da ciência e da burocracia para explicar o capitalismo, principalmente nas organizações de grande dimensão. A burocracia expandiu-se com o crescimento económico e político como único modo de organizar eficientemente um grande número de pessoas. Weber receava que a sociedade moderna ao tentar regular todas as esferas da vida social iria arrasar o espírito humano, a burocracia poderia afetar a democracia de forma sufocante e desumanizante (Giddens, 2004).

Na obra de Silva (2012) podemos retirar que as relações de troca entre o campo e a cidade são de carácter desigual, sendo mais favorável para a cidade e para as classes dominantes que a povoam. Os produtores camponeses ficam formalmente submissos ao estabelecimento dos preços no mercado. O agricultor atual sente necessidade de modernizar e especializar-se para conseguir subsistir, mas depende de fatores externos à empresa, tais como o capital bancário ou os mercados. A agricultura familiar, por ser pouco capitalizada, apresenta dificuldades acrescidas para competir com outras formas de agricultura. A agricultura familiar moderna distingue-se da agricultura capitalista pela sua menor dimensão, menor volume de meios de produção e pela utilização quase em exclusivo da força de trabalho familiar, evitando o mais possível a força de trabalho alheia assalariada. Em todo o caso, tem-se verificado uma diminuição das explorações familiares tanto tradicionais como modernas.

Recorrendo à análise de Marques (2016), é possível descrever a forma multidimensional do espaço económico onde decorrem as relações sociais. Existem situações capazes de instituir desigualdades e interesses sociais conforme o uso que seja feito ao espaço económico. A existência de interesses comuns constitui-se como uma forma de poder e serve para exprimir situações particulares que vão sendo institucionalizadas. Existem aspetos capitalistas que caracterizam a vida económica, representam a distância entre os objetos naturais e os objetos sociais, o local de partida e de chegada que ao se juntar com a noção de território torna mais fácil a visualização da

economia local e a construção de uma identidade sócio-económico-cultural que atribui sentido ao local. O território é um “campo de políticas conflituosas, com estruturas de poder e dominação”, onde ocorre produção de bens, acumulação de capitais, ou acordos institucionais que forçam os conflitos de interesses e formas de ação coletivas. Torna-se possível observar também se a construção do património sociocultural todavia se baseia na tradição histórica local ou se aponta alternativas inovadoras articulando os saberes e as relações com o meio.

Ribeiro (2011) refere na sua tese que com a liberalização dos mercados pode existir uma separação entre agricultura competitiva e agricultura não competitiva, pelo que os produtos tradicionais típicos e diferenciados podem ganhar um grande interesse como alternativa e tornarem-se relevantes e mais competitivas para as zonas agro-rurais mais desfavorecidas em termos de diferenciação, qualidade e território.

Os dados do INE de 2013 revelam que desde 2009 “o abandono da atividade agrícola ocorreu quase exclusivamente nas pequenas explorações” e acrescenta que “mais de 1/5 das explorações com menos de 1 ha abandonaram a atividade” ou seja, menos 13,7 mil explorações (INE, 2014).

A influência emana de diversos campos, seja por iniciativas políticas, por forças de classes sociais ou por sistemas financeiros e burocráticos. As influências externas condicionam as opções pessoais e por consequência a influência interna.

3.6. Produção e rendimentos agrícolas

Independentemente do tamanho da exploração agrícola, tudo se traduz em produção e quanto rendimento ou proveito pode surgir para quem trabalha as terras.

A orientação para o mercado, juntamente com o aumento dos ganhos de produtividade devido ao progresso tecnológico pela mecanização, desenvolvimento das culturas ou modificações genéticas, está a permitir uma mudança estrutural da agricultura e a continuação da existência de inúmeras explorações de pequena agricultura em diversos estados-membros da UE (EC, 2011).

Rebelo (2014) revela na sua obra a preocupação com a necessidade de “garantir o escoamento dos produtos no mercado para que possa haver um rendimento económico justo para os agricultores”, por forma a viabilizar as suas culturas.

A Deco Proteste comenta que para que o produtor consiga um preço justo devem-se evitar práticas abusivas, que fazem pressão sobre o preço ou enfatizem outras exigências, tais como “comprar abaixo do preço de custo, pedir descontos retroativos, pagar com atraso, exigir ofertas de produtos ou impor embaladores e distribuidores” (Notícias, 2014).

O Tratado sobre o Funcionamento da UE esclarece que uma das finalidades da PAC prende-se com a preocupação de assegurar um nível de vida equitativo para a população agrícola pelo aumento do seu rendimento individual (JOUE, 2010).

Na obra de Silva (2012) podemos ler que a sua noção moral de justiça económica, juntamente com outros fatores como o nível de organização, aliança com outras classes ou a repressão das classes dominantes, pode considerar tolerável ou não uma determinada situação, como se significasse uma forma de luta de classes.

Em entrevista a Luís Luz, argumenta-se que para definir a pequena agricultura existem duas hipóteses: ou por área de produção ou pelo seu rendimento anual. O pequeno agricultor tem uma “grande preocupação com a cultura” e consegue produzir muito mais por área que um médio ou um grande agricultor. Se uma planta morre o agricultor planta outra e isso na grande agricultura não acontece. Acrescenta-se que é benéfico para os pequenos produtores produzirem em variedade, sendo o consumidor também uma influência para diversificar o tipo de produção. Na pequena agricultura, verifica-se a tendência para a maior produção de alface, abóbora, couves ou laranja. Desde que exista água a produção pode ser variada. Dependendo do tipo de produção, a pequena agricultura também consegue promover emprego. No caso da agricultura biológica os rendimentos são um pouco superiores e isso faz refletir a possibilidade para abrir algumas vagas de empregabilidade. No caso dos pequenos agricultores mais envelhecidos, procuram encarregados que os ajudem a fazer o que pretendem, mas não se pode considerar emprego (Apêndice 3).

Claudino Matos acrescenta que a pequena agricultura pode ser distinguida da média e grande agricultura pela dimensão da sua atividade e escala da propriedade, porque a pequena propriedade também pode ter um modo intensivo e fazer uma “utilização sustentável dos recursos existentes na propriedade”. Para qualquer agricultor “a grande dificuldade está na organização para utilizarem mais eficientemente os recursos que têm” ao nível da produção e comercialização. Em termos produtivos, se estivessem organizados poderiam conseguir encontrar produtos mais baratos, e em termos de comercialização poderiam utilizar os mesmos canais sem os intermediários que ficam

com grande parte das mais-valias. O grande agricultor tem a sua situação mais salvaguardada, porque tem canais de comercialização próprios, conhecimentos e poder económico, ao invés da média e da pequena agricultura (Apêndice 4).

José Veiga acrescenta que os pequenos agricultores dependem muito dos rendimentos que fazem e isso depende se as pessoas que vivem na cidade, os consumidores, conseguem manter o pequeno agricultor mais do que o estado. O entrevistado recorda que em Alvito havia um produtor antigo de laranja que conseguia fazer grandes vendas e um outro produtor também de laranja mais novo que não conseguia vender, possuía uma exploração maior mas tinha de entregar a laranja para sumo em Silves, até chegar ao ponto de desistir porque a laranja para sumo tem um valor muito inferior à laranja para consumo. Por vezes existe a ambição de produzir em maior escala e começa a sentir-se a concorrência. Em termos económicos a desvantagem para os pequenos agricultores é não conseguirem obter rendimento suficiente para poderem ser apenas agricultores e a situação não é muito favorável. A grande vantagem que se aponta é a grande capacidade de resistência ou de resiliência, porque não têm um salário fixo. Há épocas em que ganham um pouco mais, outras em que ganham um pouco menos e vão gerindo o património e o rendimento para conseguirem sobreviver. Outra grande vantagem são os produtos que fazem, o sistema de produção que instalam permite venderem por vezes a preços superiores aos preços dos produtos que estão no supermercado, mas o maior rendimento provém de fora da agricultura (Apêndice 5).

Em termos económicos, Silva (2012) elucida que o domínio do modo de produção capitalista e a sua expansão no mundo rural desequilibrou o modo de produção tradicional, obrigando a economia camponesa a “reestruturar-se” em função da industrialização e da modernização. O sistema de agricultura capitalista, ou empresarial, possui um grande poder de decisão e gestão especializada orientada para o mercado, com produções intensiva em larga escala. A agricultura capitalista pretende o lucro monetário, inserindo-se nos circuitos de comercialização mais rentáveis, mantém relações sociais contratuais, onde a força de trabalho é constituída por membros não familiares e muitas vezes é substituída por maquinaria.

Schmidt *et al.* (2015) confirmam que os produtos tradicionais de qualidade estão enraizados na produção e gastronomia de cada região e criam uma relação de proximidade e confiança entre os consumidores e os produtores. Paralelamente com o aumento do consumo dos produtos de qualidade relacionados com alimentação saudável, a agricultura biológica tem vindo a crescer no mercado, aparecendo cada vez mais apesar de praticar

os preços mais altos, porque apresenta produtos melhores, mais saborosos, de maior duração, maior rendimento e são melhores tanto para a saúde alimentar como para o ambiente.

Em oposição, José Veiga alerta que na produção biológica existem casos em que a venda segue para o geral e não conseguem fazer subir o preço. O entrevistado acrescenta que a certificação de qualidade poderia ser uma vantagem se os pequenos agricultores conseguissem vender mais caro, mas em muitos produtos, incluindo os enchidos e os queijos, não se está a conseguir, não ganham vantagem em serem certificados. Existe um custo associado, tem de haver um organismo certificador que tem de ser pago. A empresa Barrancarnes é um dos poucos casos em que conseguiram exportar e duplicar o preço dos seus presuntos de Barrancos devido à denominação de origem, tornando-se um produto “caríssimo” que depois industrializou. Os outros produtores passaram a ser clandestinos, não podem dizer que são de Barrancos (Apêndice 5).

No passado a grande maioria dos produtos qualificados com DOP eram vinhos, queijos e enchidos. Hoje acentua-se a qualificação dos produtos mais rotineiros e banais do dia-a-dia como frutas, legumes e cereais, como por exemplo a pera Rocha do Oeste, a batata-doce de Aljezur ou o arroz Carolino do Mondego e das Lezírias Ribatejanas (Schmidt *et al.* 2015).

De referir que o organismo de controlo e certificação é uma entidade reconhecida pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) “para efetuar ações de controlo ou certificação de produtos agrícolas ou géneros alimentícios abrangidos por regimes de qualidade, no âmbito do anexo IV do Despacho Normativo n.º 47/97, de 11 de agosto” (Portaria nº 25/2015).

Rua e Pinto (2014) acrescentam que as pequenas empresas, de uma forma geral, possuem poucos recursos financeiros e por esse motivo têm a constante preocupação em não pôr em risco a sua existência. Para evitar a grande parte dos seus problemas devem ter um espírito empreendedor constante. Os autores fazem referência à área média de culturas hortícolas por exploração no Continente de 1,4 ha, onde no Ribatejo e Oeste atinge uma área média de 2,6 ha, no Alentejo atinge os 2 ha e no Entre Douro e Minho os 0,6 ha. No continente o modo de instalação para hortícolas extensivas é de 1,4 ha, 0,8 ha para hortícolas intensivas de ar livre e de 0,4 ha para hortícolas intensivas em estufa.

Relativamente ao modo de produção, parece conveniente acrescentar que os agricultores podem optar por fazerem uma cultura permanente ou temporária, o que significa opções produtivas diferentes. A portaria 25/2015 do Diário da República, 1ª

série – N°27 – 09 de fevereiro, entende por cultura permanente “as culturas não rotativas, com exclusão dos prados e pastagens permanentes, que ocupam as terras por cinco ou mais anos e dão origem a várias colheitas” e entende por culturas temporárias as culturas que “desenvolvem a maior parte do seu ciclo vegetativo” no período de outono – inverno ou no período de primavera – verão.

Os dados do INE de 2013 atestam que para as médias e grandes explorações o principal motivo para manterem a sua atividade é avaliado pela “viabilidade económica da atividade”. No entanto, este estudo sublinha que “existe uma relação direta entre produtividade e eficiência do trabalho agrícola com a dimensão e o profissionalismo da gestão das explorações agrícolas”. Este facto tem maior relevância nas explorações de maior dimensão onde cada UTA (trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas; 1 UTA = 225 dias de trabalho a 8 horas por dia) proporciona um VPPT bastante superior ao conseguido pelas pequenas explorações (INE, 2014).

Dados do INE de 2015, indicam que os baixos preços praticados na campanha de batata em 2015 e a dificuldade do seu escoamento a preços superiores aos custos de produção desmobilizaram muitos pequenos produtores, que abandonaram a produção para mercado, o que originou uma redução de cerca de 2,6 mil ha na área da batata face a 2014, menos 9,5 %. Os dados revelados também referem que a agricultura com explorações de pequena DE representa 17,1 mil euros de VPPT por exploração em contraste com os 25 mil euros da UE 28 sendo geridas pelos “mais idosos da UE 28, produtores envelhecidos que possuem maioritariamente “apenas formação prática”. Relativamente ao ano de 2009 até 2013 apenas aumentou o número de explorações grandes, enquanto as restantes diminuíram o número de explorações (INE, 2016).

Na atualidade não basta produzir para obter lucro. A produção tem de traduzir qualidade e transmitir necessidade de consumo de modo a satisfazer as preferências, para deste modo o consumidor garantir rendimento ao produtor.

3.6.1. Explorações muito pequenas e pequenas

O tamanho da exploração agrícola caracteriza-se vulgarmente pelo número de ha de SAU e já é amplamente utilizado na literatura para análises políticas, estatísticas e económicas (EC, 2011)

A pequena agricultura pode dividir-se em explorações muito pequenas e explorações pequenas. Relativamente às explorações por DE, os dados do INE de 2013 indicam que mais de 3/4 das explorações são muito pequenas e produzem menos de 8000 euros por ano, contribuindo apenas com 10,7 % para o VPPT nacional. Entende-se por VPPT a soma dos diferentes VPP obtidos para cada atividade, “multiplicando os VPP pelo número de unidades existentes dessa atividade na exploração”. A DE é expressa em euros e define-se com base no VPPT da exploração. Relativamente às ajudas fornecidas para os agricultores, os dados do INE confirmam que “43 % das explorações muito pequenas não recebem qualquer subsídio”. “Nas explorações muito pequenas, com VPPT inferiores a 8000 euros, apenas 2,8 % dos agregados obtêm rendimentos exclusivamente da exploração, declarando a maior parte dos indivíduos (89,8 %) que os proveitos auferidos resultam principalmente de fontes exteriores à exploração” (INE, 2014).

Os Dados do INE de 2015, relativos à estrutura das explorações agrícolas em 2013, revelam que quanto à DE as “explorações muito pequenas (com VPPT <8000 euros)” representam 202 411 explorações, a que confere o valor de 483 630 585 euros, e as “explorações pequenas (com VPPT de 8000 a < 25000 euros)” representam 34 653 explorações, o que confere a 474 947 313 euros. A estatística contrapõe as “explorações médias (com VPPT de 25000 a < 100 000 euros)” que representavam 18 611 explorações, o que reproduzia 946 554 316 euros e as “explorações grandes (com VPPT \geq 100 000 euros)” com 8745 explorações, o que transparecia 2 603 891 888 euros (INE, 2016).

Relativamente às estatísticas do INE, José Veiga atesta que quando fazem referência a poderes económicos classificam as explorações pequenas, médias e grandes de acordo com a DE da própria produção. Para valores inferiores a 8000 euros no VPP designam de muita pequenas e entre 8000 e 25 000 euros designam de pequenas. Apesar das diferenças, a produção muito pequena e pequena apresentam um VPP inferior a 25 000 euros. Para a UE um dos critérios da pequena agricultura, relativo à SAU, alude a que até aos 2 ha seria muito pequena e até aos 5 ha seria pequena e em termos económicos a Margem Bruta Padrão estariam entre os 1200 euros e os 9600 euros (Apêndice 5).

Rebelo (2014) com base no Recenseamento Agrícola de 2009 observa pela dimensão da SAU que “o desaparecimento das pequenas explorações com menos de 1 ha atingiu os 41 %” e as unidades produtivas entre 1 ha e 5 ha de SAU baixou para 24 %, o que contrasta com o aumento de aproximadamente 6 % do número de explorações com SAU superior a 100 ha.

Reparamos pelas análises efetuadas que tanto as explorações pequenas como as muito pequenas caracteriza-se pelos rendimentos mais baixos relativamente à média e grande exploração. As pequenas explorações têm de conseguir fazer rendimentos para não desaparecerem, caso contrário dão lugar ao aumento das maiores explorações.

3.7. Iniciativas de apoio à agricultura

A agricultura está num setor vital para a economia e é indispensável na produção de alimentos para uma população cada vez mais numerosa. É uma fonte de rendimento para inúmeras famílias e representa postos de trabalho essenciais, principalmente nas regiões rurais. Estes são alguns motivos porque devem surgir políticas de proteção para as explorações agrícolas, onde se inclui a pequena agricultura. Silva (2012) argumenta que “em termos políticos, o sistema agrícola já não é gerido e controlado pelos próprios agricultores”.

Para Rua e Pinto (2014) o envolvimento político facilita a regulamentação para a criação de empresas e pode criar incentivos fiscais com redução da carga tributária, contribuindo para melhorar o ambiente de negócio.

Os governantes do país são os promotores do desenvolvimento económico, regional e social das comunidades. Representam instituições capazes de criarem sistemas políticos que lidam com a atividade agrícola através de instituições financeiras, instituições de ensino, zonas agrárias ou associações de agricultores. Os agricultores podem contribuir para revelar aos políticos as diretrizes que mais lhes convém e em conjunto com os governantes terem um papel determinante para o desenvolvimento da atividade agrícola (Rebelo, 2014).

Um grande número de pequenos agricultores esforçam-se para sobreviver, enquanto as grandes indústrias agrícolas encontram-se bem financiadas. Para que não seja tão manifesta a disparidade entre exploração agrícolas “é necessário encontrar formas para gerir e regular os objetivos muitas vezes conflitantes destes dois universos agrícolas, que são no entanto necessários para um futuro mais próspero”. Salienta-se que para duplicar a produção de cereais até 2050, para além de ser necessário proteger as superfícies cultivadas ameaçadas e aumentar a produtividade, deve também ter-se em atenção o apoio aos pequenos agricultores (Santos *et al.* 2013).

O professor Luís Luz refere que a pequena agricultura pode perfeitamente alimentar o mundo, daí não fazer sentido estar a desaparecer, muito pelo contrário, devia ser incentivada. Tem de haver um investimento na pequena agricultura porque ocupa um lugar importante na estrutura económica do Alentejo e do país, embora não se sinta esse apoio porque em termos de ações concretas pouco tem sido feito, “parece que se está a atuar por tentativa e erro”. Existe muita especulação por parte da agricultura industrial e dos grandes grupos, mas não há ninguém que substitua o pequeno agricultor” (Apêndice 3).

Atualmente existe legislação, seja pelo CIVA, pelo CIRS ou por políticas da UE, de onde se consegue retirar alguns indícios que nos permitem delinear os traços do que caracteriza a pequena agricultura.

3.7.1. Regime forfetário

O regime forfetário em Portugal delimita determinadas características para os pequenos produtores, diferentes das exigências destinadas para os que têm maiores produções e mais capital financeiro.

O regime forfetário dos produtores agrícolas entrou em vigor a 1 de janeiro de 2015, com a intenção de atenuar o impacto do IVA na compra dos fatores de produção por pequenos produtores agrícolas e mediante a atribuição de uma compensação em sede de IVA. Os produtores agrícolas, agropecuários e silvícolas, com rendimentos anuais até 10 000 euros, podem pedir compensação equivalente a 6 % sobre o total das vendas e prestação de serviços elegíveis, conforme a proposta de Orçamento do Estado 2015, sobre determinadas condições. Os produtos agrícolas têm de sair diretamente da exploração do produtor agrícola e são abrangidos produtos provenientes de agricultura, viticultura, fruticultura, oleicultura (azeite), produção de cogumelos, criação de animais, apicultura (mel) e silvicultura. Os agricultores enquadrados no regime especial de isenção podem optar pelo regime forfetário a qualquer momento, mediante entrega de declaração de alterações (Clara, 2015).

A atribuição da compensação em sede de IVA tem de ser solicitada à Autoridade Tributária e Aduaneira pelos produtores agrícolas que reúnam as condições para o regime especial de isenção constante no art.º 53º do CIVA. Esclarece-se que o montante da compensação é calculado mediante a aplicação de uma taxa de 6 % sobre o total das

vendas e das prestações de serviços agrícolas e o cálculo efetuado tem de ser superior a 10 euros. No pedido tem de constar o valor das transmissões de bens e das prestações de serviços realizadas no ano anterior, que conferem o direito a receber a compensação, acompanhado de uma relação dos números de identificação fiscal dos adquirentes ou destinatários das referidas operações. Os produtores agrícolas são obrigados a permanecer no regime forfetário durante pelo menos 5 anos (AT, 2014).

Silva e Franco (2015) clarificam que os pequenos agricultores que estejam enquadrados no regime especial de isenção do art.º 53.º do CIVA (Anexo A) podem beneficiar do regime especial de compensação, denominado por regime forfetário dos produtores agrícolas, que por serem isentos de IVA, não podem deduzir os montantes de IVA pagos aos seus fornecedores. Os autores também atestam que a referida compensação aplica-se quando os pequenos agricultores de natureza singular reúnam condições, designadamente ao não atingirem no ano civil anterior, um volume de negócios pela obtenção de rendimentos provenientes da venda de produtos agrícolas superior a 10 000 euros, ou que no ano do início da atividade, prevejam obter um volume de negócios igual ou inferior a 10 000 euros e desde que efetuem transferências de produtos agrícolas e prestações de serviços que conferem o direito à compensação forfetária. Resumidamente, para os autores, “podem ficar enquadrados no regime de isenção do art. 53.º do CIVA e consequentemente no regime forfetário os sujeitos passivos que reúnam as seguintes condições:

- § Produtores agrícolas que não possuam nem sejam obrigados a possuir contabilidade organizada;
- § Não pratiquem operações de importação ou exportação;
- § Não exerçam atividades que consistam na transmissão de bens ou prestação de serviços mencionadas no anexo E do CIVA (Anexo B);
- § E que não tenham atingido, no ano civil anterior, um volume de negócios superior a 10 000 euros ou que, no ano do início da atividade, prevejam obter um volume de negócios igual ou inferior àquele montante”

Aplica-se inclusive às “pequenas unidades de produção”, comércio ou prestação de serviços o nº 2 do art.º 53º do CIVA, referente à isenção “do imposto os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a 10 000 euros, mas inferior a 12 500 euros, que se

tributados, preencheriam as condições de inclusão no regime dos pequenos retalhistas”. Por possuírem pequenas dimensões não têm estrutura administrativa eficaz para cumprirem as obrigações de imposto (AT, 2016b).

O técnico António Hilário, da Direção de Finanças de Beja, esclarece que atualmente qualquer atividade desde que não tenha contabilidade organizada e se não atingir os 10 000 euros pode ficar isenta de IVA e permanecer no regime forfetário. A condição do artº 53º permite ficar no regime de isenção de IVA desde que não ultrapassem os 10 000 euros, quer seja por verbas ou prestação de serviços. Se ultrapassarem os 10 000 euros no volume de negócios ficam enquadrados no regime normal de IVA. O técnico também refere que no caso de vendas consideradas de baixo valor, a partir de 2016 passou a ser permitido emitir faturas no portal das finanças para transmissão de bens (Apêndice 10).

Franco e Carrapiço (2013) descrevem que “os sujeitos passivos com um volume de negócios inferior ou igual a 100 000 euros, no período anterior, estão dispensados de proceder à comunicação dos elementos dos documentos de transporte à AT, mas podem optar por efetuar essa comunicação”.

Relativamente ao parágrafo anterior, complementa-se o descrito por Silva e Franco (2015) mencionando que não se aplica a obrigação de ter documento de transporte a comunicar à AT antes do seu início. Se abrangidos pelo regime especial de isenção ou regime especial dos pequenos retalhistas a que se referem os artigos 53.º e 60.º do CIVA, o documento de transporte pode ser substituído pelas faturas de aquisição processadas nos termos e de harmonia com o artigo 36.º do CIVA.

Podem ser considerados como elementos comprovativos de documentos de transporte a fatura, a guia de remessa, a nota de devolução, a guia de transporte ou documentos equivalentes e “estão excluídos da obrigação de emissão de documentos de transporte os bens provenientes de produtores agrícolas, apícolas, silvícolas ou de pecuárias resultantes da sua própria produção, transportados pelo próprio ou por sua conta” mas pode ter de comprovar a sua utilização (Franco e Carrapiço, 2013).

Quando o transporte dos bens provenientes de produtores agrícolas, apícolas, silvícolas ou de pecuária resultante não seja feito pelo produtor ou por sua conta, o agricultor ou o remetente dos bens tem que emitir obrigatoriamente documento de transporte. Os autores também realçam que só haverá exclusão da obrigatoriedade de documento de transporte na circulação de bens provenientes de produtores agrícolas, apícolas, silvícolas ou de pecuária quando os bens em circulação forem provenientes de um produtor agrícola, que os produziu e sejam transportados pelo próprio ou por sua

conta. O pequeno agricultor pode igualmente utilizar faturas em papel porque o seu volume de negócio do ano anterior não é superior a 100 000 euros (Silva e Franco, 2015).

Podemos aferir que uma das características principais que diferem o pequeno agricultor do médio ou do grande agricultor é a sua declaração de rendimentos ser igual ou inferior a 10 000 euros, contudo, este é apenas um parâmetro capaz de diferenciar a pequena agricultura das restantes.

3.7.2. Declaração de rendimentos

A declaração de rendimentos é um indicador bastante preciso que facilita a observação, de forma rápida, da distinção da pequena agricultura pelos rendimentos auferidos.

Relativamente ao IRS, Silva e Franco (2015) argumentam que a maioria dos pequenos agricultores “não dispõe de contabilidade organizada” ao invés das médias e grandes empresas, mas “inserem-se em termos de tributação na categoria B do IRS” tal como todos os rendimentos oriundos de explorações agrícolas, silvícolas ou pecuárias, bem como para aquisição de ajudas provenientes da PAC.

Para melhor compreender quem deve deter uma contabilidade organizada atesta-se o descrito pelo nº1 do art.º117º do CIRS onde se lê que “os titulares de rendimentos da categoria B que não estejam abrangidos pelo regime simplificado de tributação são obrigados a dispor de contabilidade organizada...” (AT, 2016a).

O nº1 do art.º 28º do CIRS atesta que as formas de determinação dos rendimentos obtêm-se “com base na aplicação das regras decorrentes do regime simplificado” ou “com base na contabilidade”. A alínea a) e b) do nº2 do art.º 30º do CIRS dispõe que “aplicam-se os coeficientes previstos para o regime simplificado, quando o respetivo rendimento anual ilíquido seja inferior ou igual a 200 000 euros” e “sendo o rendimento anual ilíquido superior a 200 000 euros, aplicam-se, com as devidas adaptações, as regras aplicáveis aos sujeitos passivos com contabilidade organizada” (AT, 2016a).

Para um melhor esclarecimento, António Hilário expõe que em termos de IRS categoria B, existem dois tipos de rendimento: o regime simplificado; e o regime geral de contabilidade organizada. O entrevistado confirma que neste momento, as vendas no regime simplificado podem ir até aos 200 000 euros e são tributadas sobre 15 %, mas assinala uma incoerência no caso da agricultura, porque o código de IRS atual não alude

a prestação de serviços na atividade agrícola. O entrevistado alerta que a proposta do orçamento 2018 parece alterar o regime simplificado, ou seja, pode ser considerado proveito a diferença entre os proveitos e as despesas (Apêndice 10).

O CIRS (2016) no seu ponto nove do preâmbulo, expõe que se excluem de tributação os rendimentos obtidos pelos pequenos agricultores, mas não define o que entende por pequeno agricultor e não esclarece que rendimentos são entendidos para se exercer a exclusão da tributação. António Hilário (Apêndice 10) explica que “esse foi um regime de transição, que decorreu para o período de 2001 a 2004, em que houve redução da tributação. No primeiro ano foram tributados 60 %, depois 70 %, 80 % e 90 %” respetivamente. O que existe atualmente está descrito no nº 4 do artº 3º, onde se entende que se o total do rendimento ou proveitos do agregado familiar não ultrapassar os 4,5 IAS (Indexante dos Apoios Sociais) anuais, não há tributação dos rendimentos agrícolas.

A Direção de Finanças de Beja exemplifica que conforme o CIRS, para 2017 o IAS de 4,5 é multiplicado por 421,32 euros e por 12 meses, a que confere o resultado de 22 751, 28 euros, ou seja, até este valor os rendimentos estão excluídos de tributação.

António Hilário prossegue o raciocínio com vários exemplos: se um agregado familiar só tem 5000 euros de rendimentos agrícolas, não é tributado, não ultrapassa os 22 751, 28 euros; se tem 5000 euros de rendimentos agrícolas e tem 20 000 euros de outro tipo de rendimento, já não tem exclusão; suponhamos que tem 5000 euros de rendimentos agrícolas e tem 15 000 euros de outros rendimentos, só é tributado pelos 15 000 euros, não é tributado pelos rendimentos agrícolas. Acrescenta que a agricultura tem duas componentes principais: as vendas e os subsídios. Relativamente aos subsídios diferenciam-se dois tipos: subsídios à exploração e subsídios não destinados à exploração. Subsídios não destinados à exploração são subsídios de investimento, por exemplo, se o agricultor comprar uma plantação de uma cultura e máquinas, neste caso verificam-se subsídios não destinados à exploração. São tributados sobre 35 % e no regime simplificado são contabilizados 1/5 em cada ano, não são totalmente tributados no ano em que é cedido mas sim ao longo de 5 anos. Os subsídios *greening* estão ligados à exploração, é um subsídio ao investimento. Outra situação a salientar é a descrita no nº 2 do artº 58º do CIRS, em que estão dispensados de apresentar declarações ou estarem registados, aqueles que recebam apenas subsídios agrícolas que não ultrapassem quatro vezes o IAS, ou seja, os que estão na situação de pequena agricultura, englobando os que recebem apenas subsídios de 500 ou 600 euros, mas para ter efeito não podem usufruir de qualquer venda (Apêndice 10).

Como vimos no subcapítulo anterior, uma das características apontada para a pequena agricultura é a declaração de rendimentos ser igual ou inferior a 10 000 euros. Por este motivo, a pequena agricultura encontra-se no regime simplificado, onde não há tributação dos rendimentos agrícolas se os rendimentos do agregado familiar não excederem os 22 751, 28 euros. Uma outra característica encontrada é a de estarem dispensados de apresentar declarações aqueles que recebam apenas subsídios agrícolas sem qualquer venda, o que parece estar mais de acordo com a pequena agricultura de subsistência ou no caso de culturas com rentabilidade a longo prazo, como por exemplo na florestação.

3.7.3. A influência da Comunidade Europeia na pequena agricultura

A legislação portuguesa obriga-se a cingir-se pela legislação imposta da UE, com a intenção de definir a atividade agrícola e unificar o mesmo *modus operandi*² em todos os estados-membros.

Claudino Matos explica que para o agricultor receber um subsídio “tem de estar registado como agricultor, tem de ter uma atividade e ter as parcelas todas identificadas”. As ajudas comunitárias são dirigidas principalmente para aqueles que têm a agricultura como a sua atividade e em função do tipo de atividade praticada, que pode por exemplo ser pecuária, agrícola, mista, de regadio, biológica, produção integrada, olival tradicional ou olival moderno, dependendo inclusivamente da dimensão da exploração, das áreas elegíveis para a exploração da sua atividade e dos cuidados agroambientais que se utilizem (Apêndice 4).

A portaria 25/2015 publicada na 1ª série – Nº 27 do Diário da República de 09 de fevereiro, não caracteriza o pequeno agricultor mas faz uma referência à designação de “agricultor ativo”, que pode beneficiar dos apoios previstos e o qual se representa por:

“Pessoa singular ou coletiva de natureza pública ou privada, que exerça atividade agrícola e que receba um montante de pagamentos diretos não superior a 5000 euros ou que, recebendo mais de 5000 euros não exerça as atividades previstas no nº 2 do artigo 9º do Regulamento (UE) nº 1307/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013”.

² Modo de operar, de desenvolver os mesmos procedimentos.

O nº 2 do artigo 9º do Regulamento (UE) nº 1307/2013 diz respeito a aeroportos, empresas de caminhos-de-ferro, sistemas de distribuição de água, empresas imobiliárias ou terrenos desportivos e recreativos permanentes.

José Veiga explica que com o PRODER, no anterior governo eleitoral, o pequeno investimento era independente da dimensão da exploração, podia haver um pequeno investimento numa grande exploração. No atual PDR houve uma preocupação em ligar o pequeno investimento à pequena exploração, mas não se fez uma definição do que é a pequena exploração ou o pequeno agricultor. Beneficia quem teve um volume de negócios igual ou inferior a 50 000 euros no ano anterior e não pode receber pagamentos diretos no valor igual ou superior a 5000 euros. São mais uns indicadores que levantam confusão, porque 50 000 euros é um volume de negócio bastante grande e quem recebe valor igual ou superior a 5000 euros de pagamentos diretos está muito longe dos 500 euros mencionados no regime de pequena agricultura (Apêndice 5).

Devido às intrínsecas restrições sentidas pela pequena agricultura, debatem-se medidas de apoio específicas para melhorar as suas condições sociais e económicas (EC, 2011).

Rebelo (2014) menciona na sua obra que para haver perspetivas de melhorias agrícolas têm de existir “políticas de regionalização” que poderiam conseguir “adaptar a legislação comunitária à legislação nacional e regional”. O processo de reforma da PAC e de Desenvolvimento Rural da União originou regulamentos principais como Pagamentos Diretos aos Agricultores (Regulamento nº 1307/2013), Desenvolvimento Rural (Regulamento nº 1305/2013), Medidas de Mercado (Regulamento nº 1308/2013), Financiamento, Gestão e Acompanhamento da PAC (Regulamento nº 1306/2013) e Regulamento de transições para 2014 (Regulamento nº 1310/2013).

3.7.4. Política Agrícola Comum

A leitura da PAC feita por Carvalho (2004) assenta na culpabilidade que concerne à continuação das grandes propriedades fundiárias, com um modelo de agricultura que coliga os apoios à dimensão, privilegiando os sistemas de produção extensivos associados ao sequeiro. Os dados apresentados pelo autor referem que “60 % do respetivo rendimento agrícola tem origem em subsídios”, que não apoiam a alteração para um modo

de fazer culturas diversificadas, incluindo as viradas para sistemas mediterrânicos que poderiam ganhar maior capacidade competitiva.

Os subsídios da PAC ajudam a adquirir equipamentos, renovar infraestruturas agrícolas e a obter melhores sementes e fertilizantes por forma a impulsionar melhores receitas que possibilitem desenvolver os negócios. O principal interesse baseia-se no desenvolvimento económico, social e cultural do espaço rural da UE. Está a surgir na Europa uma geração de agricultores com a intenção de processar géneros alimentares nas explorações agrícolas para comercializá-las ao nível local, fazendo desta forma estimular a economia rural (Comissão Europeia, 2012).

A reforma da PAC proporcionou condições específicas, sobretudo para aprofundar a problemática do desenvolvimento rural, com destaque para a multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural (Barros, 2005).

A PAC foi criada para assegurar aos cidadãos europeus produtos agrícolas de qualidade a preços acessíveis, garantindo ao mesmo tempo um nível de vida justo para os produtores (Comissão Europeia, 2012).

Rua e Pinto (2014) explicam que com o aumento da produção facilitada pela PAC, surgiu um estímulo para criar ou melhorar as empresas, possibilitando por sua vez preços mais acessíveis aos consumidores. A intenção da PAC seria criar a possibilidade de impulsionar a produção agrícola, o escoamento e exportação dos produtos, embora sem dispensar uma atitude empreendedora por parte dos agricultores. O regulamento 2011/0288 da UE estabelece os objetivos da PAC, nomeadamente, com uma produção alimentar viável, uma gestão sustentável dos recursos naturais, ações climáticas e um desenvolvimento territorial equilibrados.

As condições proporcionadas pela PAC juntamente com o contexto económico e social ressalvam estratégias ambientais adaptadas às sociedades modernas (Barros, 2005).

Os pequenos agricultores englobam um terço da população agrícola e representam 3 % das terras agrícolas. Muitas vezes têm de encarar as mesmas burocracias dos grandes produtores, pelo que a PAC pretende simplificar os procedimentos administrativos e de pagamento aos pequenos produtores de forma a produzirem mais sem recorrer a grandes formalidades. Os pequenos agricultores não estão tão bem organizados quanto as empresas de transformação e distribuição alimentar o que os impede de ter poder de negociação e por este motivo a PAC pretende que os agricultores fiquem com a maior quantidade de lucro proveniente do que o consumidor paga, simplificando os apoios (Comissão Europeia, 2012).

Arlindo Cunha (*in* Santos *et al.* 2013) expõe que a necessidade de reforma para a PAC no período pós-2013 evidencia três conclusões imediatas: primeiro, assinala que não se estão a ajudar “todos os agricultores” e o apoio é “desigual” tanto no interior dos países como entre países; em seguida, refere que surgem pagamentos a mais para “quem menos precisa”. Os agricultores que competem mais por possuírem elevadas produtividades e geram maiores dimensões “são os que mais recebem”; para finalizar, figura que as ajudas estão a basear-se “em critérios que são contraditórios” às externalidades positivas.

Contudo, a nova PAC parece como prioridade a pretensão de encontrar um equilíbrio entre as pequenas e as grandes explorações e salvaguarda que as pequenas explorações são fundamentais para a inclusão social das populações e o desenvolvimento local, mas não está claro se será o suficiente.

3.7.5. Regime para a pequena agricultura

As ajudas diretas da PAC retiram um máximo de 10 % das rubricas estipuladas até 2020 para beneficiar o regime para pequenos agricultores. A simplificação da conceção do regime para pequena agricultura tem o intuito de ajudar todos os pequenos agricultores. Os pequenos agricultores não são condicionados pelo sistema de controlo, nem pelo risco da aplicação de sanções, mas devem respeitar as disposições aplicáveis na legislação do setor. Por este motivo não deixam de estar também sujeitos a sanções, ao abrigo da legislação setorial e à possibilidade de serem controlados (Comissão Europeia, 2011).

O Regime de Pequena Agricultura pretende apoiar as explorações de pequena dimensão de forma a promover e manter a atividade agrícola em todo o território. O pequeno agricultor fica com um acesso aos pagamentos diretos simplificado e com um apoio mínimo de 500 euros por beneficiário/ano durante todo o período de participação no regime, mas se saírem deste regime não podem voltar a beneficiar do mesmo (IFAP, 2017).

A PAC proporciona um pagamento forfetário de 500 a 1000 euros por exploração e por ano e facilita a cedência de terras dos pequenos agricultores que cessem a sua atividade agrícola a outros agricultores que pretendam reestruturar as suas explorações (Comissão Europeia, 2012).

O montante do pagamento anual para cada agricultor que participa neste regime a repartir por cada Estado-Membro “não pode ser inferior a 500 euros nem superior a 1250 euros”. Menciona-se inclusive que a superfície elegível da exploração pela qual são pedidos ou devem ser concedidos pagamentos diretos é inferior a 1 ha. (JOUE, 2013).

José Veiga reconhece que o Regime da Pequena Agricultura é um regime de ação voluntária, onde o próprio agricultor que se define como pequeno. O Regulamento Comunitário 1307/2013, nos Artigos 61º a 65º procura definir o Regime de Pequena Agricultura e indica um método de cálculo de pagamentos diretos que está num intervalo entre os 500 e os 1250 euros, em que se pretende visar este pagamento não superior a 25 % do pagamento médio por beneficiário ou então um montante que corresponde ao pagamento médio nacional por ha multiplicado por um valor correspondente a um número que não exceda os 5 ha. Contudo esta não é a melhor forma de definição de pequena agricultura. Em termos de classes de área, este documento fala em 5 ha para cálculo de pagamento e têm o meio ha como mínimo (Apêndice 5).

Portugal optou pelo regime para a pequena agricultura desde janeiro de 2015 com pagamento anual de 500 euros, desde que a sua atividade agrícola esteja em território nacional, sejam detentores de direitos atribuídos a título de Regime Pagamento Base (RPB) e possuam uma superfície mínima elegível da exploração de 0,5 ha. A implementação do Regime de Pequena Agricultura estende-se até 2020.

A Portaria nº 57/2015, presente na 1ª série – Nº41 do Diário da República de 27 de fevereiro de 2015, para além de fazer referência ao pagamento anual de 500 euros para quem tem direito ao Regime de Pequena Agricultura, valor que será sempre igual ao longo do período de participação no regime, refere também que é permitido aos agricultores beneficiarem deste regime se o montante a receberem “a título dos regimes de pagamento de base, pagamento *greening* e apoios associados, for inferior a 500 euros”. Podem formalizar a sua intenção de entrar no Regime de Pequena Agricultura através de pedido único (PU). Estes pagamentos “não podem ser transferidos, exceto em caso de herança, herança antecipada, alteração de estatuto ou denominação, ou casos de força maior e circunstâncias excecionais”, mas a exploração apenas pode ter um herdeiro. É exigido aos agricultores em Regime de Pequena Agricultura que mantenham o número de hectares que declararam possuir, sendo a dimensão mínima de exploração de 0,5 ha para a atribuição de pagamentos diretos. (DR, 2015).

A marcação de uma superfície de meio ha e um subsídio do estado, que em 2017 o ministro da agricultura aumentou para 600 euros, aparecem como um fator linear. Quem

recebe mais do que 600 euros pertence ao Regime Normal. José Veiga refere que 600 euros anuais representam muito pouca ajuda, tendo de existir um rendimento muito superior. O futuro da pequena agricultura estará associado ao urbano, nas cidades e nas vilas. Anteriormente os pequenos agricultores podiam receber as ajudas juntamente com o pagamento único ou com os pagamentos associados, por exemplo por vaca ou por ovelha. O novo Regime de Pequena Agricultura tem algumas vantagens, não é tão intenso, não obriga a certas práticas ambientais, denominadas por condicionalidade, é um regime mais flexível e mais aberto. No Alentejo surgiram 4755 candidatos ao Regime de Pequena Agricultura, 16 600 ha. O entrevistado refere que muitos pequenos agricultores não demonstram vontade em entrar no Regime de Pequena Agricultura porque recordam o ditado: “quando a esmola é grande o pobre desconfia”. Em outras ocasiões a burocracia, o controlo e todo um conjunto de regras também desincentivam. Quem controla o pagamento direto dos subsídios do estado é a DRAP e o IFAP (Apêndice 5).

Relativamente aos apoios da PAC de 500 euros anuais para os pequenos agricultores portugueses, o professor Luís Luz, não tem conhecimento de que algum dos pequenos agricultores com que trabalha esteja a usufruir desse apoio (Apêndice 3).

Encontra-se neste ponto um indicador substancial capaz de explicar os limites da pequena agricultura. Por um lado temos a proporção de terreno, com um mínimo de 0,5 ha e por outro lado temos um método de pagamentos diretos entre 500 a 1250 euros, que em Portugal está neste momento em 600 euros anuais.

3.8. Preocupações com o ecossistema

Neste subcapítulo pretende-se entender o relacionamento do pequeno produtor com o ecossistema que o envolve. Por ecossistema entende-se o “conjunto formado por um meio ambiente e os seres vivos” que se relacionam e ocupam esse meio (Porto Editora, 2008).

Para esclarecer o que é entendido por “*greening*”, destaca-se o descrito pela Portaria nº 24-B/2016 aferida na 1ª série – Nº29 do Diário da República de 11 de fevereiro de 2016 onde se lê que são “práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente” (DR, 2016).

Salienta-se neste ponto que o PDR 2020 estabelece linhas que pretendem melhorar a gestão dos recursos naturais, proteção do solo, água, ar, biodiversidade e paisagem.

Schmidt *et al.* (2015) afirmam que a diminuição da pegada carbónica é fundamental num tempo de adaptação às alterações climáticas.

Rebelo (2014) na sua obra destaca que “as alterações climáticas serão o maior desafio que a agricultura irá enfrentar”. Os agricultores têm de possuir capacidade para compreender e tomar medidas de adaptação às alterações climáticas de forma decisiva para a continuação do setor agrícola. Estas medidas de adaptação passam por aumentar a agricultura de conservação com sementeira direta e mobilização mínima dos solos, com o uso de técnicas recentes relacionadas com a agricultura de precisão, organismos geneticamente modificados e maquinaria agrícola, com o aumento da armazenagem da água através de pequenas barragens ou charcas e aumentar as áreas florestais em solos pobres com espécies autóctones adequadas à capacidade produtiva dos solos.

Relativamente ao modo como tratar os solos, a portaria 25/2015 do Diário da República, 1ª série – N°27 – 09 de fevereiro acautela que é adequado efetuar uma:

“Mobilização mínima do solo, sendo este um sistema de mobilização de conservação do solo que, embora intervindo em toda a superfície do terreno, mantém uma quantidade apreciável de resíduos da cultura anterior à superfície do solo, baseando-se na utilização de alfaia de mobilização vertical, encontrando-se interdito o uso de alfaia que promovam o reviramento do solo ou levantamento do torrão”.

Moreira (2013) explica que as mobilizações do solo servem para melhorar as suas propriedades físicas e biológicas, para semear, adubar, implantar corretivos, inseticidas e herbicidas, destruir vegetação espontânea ou para preparar o terreno para as plantações.

No que concerne às preocupações ambientais, o Regulamento (UE) nº 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013 atesta que “o apoio unitário aos agricultores com explorações mais pequenas (...) concede um pagamento extra para os primeiros ha” e pretende evitar impor encargos desproporcionados relativos às obrigações relativas às superfícies de interesse ecológico quando estes pequenos agricultores já fazem um esforço acrescido relativo a este indicador ambiental, sem prejudicar a sua evolução profissional (JOUE, 2013).

A Portaria nº 57/2015, acessível na 1ª série – N° 41 do Diário da República de 27 de fevereiro de 2015, distingue que “os agricultores que participam no Regime da Pequena

Agricultura ficam dispensados do cumprimento das práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente...” e isentos de sanções (DR, 2015).

José Veiga argumenta que a biodiversidade é um tema recente, do início dos anos 90, tal como a conservação da natureza, que muitos técnicos e pessoas com formação não sabem bem o que é, nem como se pode proteger. Em termos ambientais há sempre obrigações relacionadas com os objetivos da política agrícola que os pequenos agricultores vão ter de seguir. Cada vez mais a política agrícola está mais amiga do ambiente, com objetivos de proteção da natureza e da biodiversidade, com exigências cada vez maiores e vai originar algumas restrições. Os pequenos agricultores não estarão num ambiente obrigatório dentro do Regime de Pequena Agricultura porque não têm tanta capacidade técnica, mas não quer dizer que possam abandonar as explorações. Podem ser fiscalizados devido a questões sociais que condicionam a comunidade e se recebem ajudas públicas têm de cumprir uma série de regras da condicionalidade. “Antes recebiam ajudas ligadas à recuperação ambiental, podiam receber o dinheiro e não fazer nada, daí dizer que é obrigado a ter as árvores bem tratadas, a tratar bem do solo, não deixar estevas (...) é obrigado a uma série de regras, dependendo se é uma área protegida ou não protegida, ou se existe risco de incêndio” (Apêndice 5).

Embora os pequenos agricultores possam usufruir de alguma despreocupação com o meio ambiente, Claudino Matos refere que, de modo diferente, todos os agricultores demonstram preocupação com o ambiente porque são “os grandes guardiões da biodiversidade”. Existe a noção de que a utilização abusiva de fitofármacos e produtos químicos pode colocar a vida em risco, bem como da utilização de intervalos de segurança ou os cuidados com o solo. Mas existe a dificuldade em reconciliar as questões ambientais com a agricultura intensiva, pelo que existe a necessidade de “encontrar pontos de equilíbrio”. Em países como o Brasil encontra-se uma utilização abusiva dos recursos existentes, destruindo parte da floresta amazónica para fazer instalações agrícolas muitas vezes de forma intensiva. Tem de existir um olhar global e adaptar as políticas às características de cada país. “Pelo respeito pela propriedade privada, seja ela pequena, média ou grande, é necessário encontrar os mecanismos e as estratégias para valorizar cada tipo de agricultura para viabilizar uma agricultura sustentável” que tenha em consideração o ambiente (Apêndice 4).

Relativamente às questões ambientais, o professor Luís Luz menciona que se os pequenos agricultores não mantiverem as suas terras em condições para serem cultivadas, não protegerem os seus terrenos e a paisagem onde estão inseridos, não irão conseguir

prosseguir a sua atividade, pelo que mesmo de forma inconsciente são como obrigados a proteger o ambiente. Se deixarem esgotar os seus solos os pequenos agricultores “morrem”. Por exemplo, se pensarmos nos olivais superintensivos, daqui a uns anos têm de ser arrancados e esperar muitos anos para saber se o solo recupera ou não. “Um pequeno agricultor não pode ter uma situação dessas, se não morre à fome”. Os pequenos agricultores têm consciência dessas consequências, principalmente os mais velhos porque têm um conhecimento prático que vem de gerações e sabem como ter cuidado com a terra e com a água (Apêndice 3).

José Veiga explica que no caso da agricultura familiar existem preocupações ambientais, porque na maioria são famílias muito antigas na agricultura onde a atividade passou de pais para filhos e foram preservando as condições ambientais, para que perpetuassem e pudessem passar para a geração seguinte, numa lógica de sustentabilidade (Apêndice 5).

Na obra de Rebelo (2014) podemos entender que o conceito de sustentabilidade tornou-se sonante a partir das iniciativas e relatórios oriundos das Nações Unidas e outras organizações nos anos 80 e princípio dos anos 90 do século XX, por forma a defrontar um modo “insustentável, excessivo e com desperdício” do meio ambiente e dos recursos naturais. As necessidades do presente não podem comprometer as gerações futuras e para isso tem de existir uma distribuição justa da riqueza e dos recursos naturais com equidade intrageracional. A conservação dos recursos para as futuras gerações denomina-se por equidade intergeracional. A relação da população com o espaço numa perspetiva de natureza-sociedade-economia retrata o significado de desenvolvimento sustentável, ou seja, tem de haver sustentabilidade ecológica, sustentabilidade social e sustentabilidade económica. O desenvolvimento do território deve ser pensado como um legado para que as gerações futuras também possam usufruir dos recursos naturais.

Em Portugal surgiu a convicção de que seria necessário promover um mundo rural multifuncional, em que se desenvolvesse uma agricultura sustentável com a promoção de produtos de qualidade como nos vinhos, no azeite, nas hortícolas, frutas ou queijos e um desenvolvimento integrado onde se destacasse os recursos naturais, a localização geográfica, o turismo ou o artesanato. O tipo de produção agrícola capitalista vem, em grande medida, prejudicar a biodiversidade e estabilidade natural, nomeadamente quando “sobrecarrega toxicamente o solo com adubos azotados e comporta energias poluentes”. (Silva, 2012).

Contudo, também é reconhecido que o conhecimento empírico dos pequenos agricultores se foi degradando e perdendo. Empiricamente os pequenos agricultores faziam uma produção familiar com base na policultura, em que os animais produziam o estrume que era introduzido na terra, associavam uma produção vegetal com a produção animal que se foi perdendo e outros já não têm noção do que estão a fazer. É frequente verem-se horticultores a colocarem adubo de forma excessiva, completamente inconsciente, apesar de terem de frequentar um curso e fazer uma prova, para puderem possuir um cartão que lhes permite utilizar os produtos fitofarmacêuticos. Embora cada vez mais condicionados, existe gente com muito poucos conhecimentos (Apêndice 5).

Concluimos que em termos políticos existe a iniciativa de evitar impor encargos desproporcionados, relativos às obrigações de interesse ecológico, por forma a não prejudicar a evolução profissional do pequeno agricultor. Os pequenos agricultores começam a ter consciência das consequências da utilização abusiva de fitofármacos e produtos químicos, que podem colocar a vida em risco e também da utilização de intervalos de segurança e dos cuidados com o solo, contudo, muitos todavia não sabem implementar as melhores práticas ambientais.

3.9. Formas de escoamento dos produtos agrícolas

Face aos valores culturais e à concorrência dos médios e grandes produtores torna-se interessante saber de que forma os pequenos agricultores fazem o escoamento do que produzem tendo em conta as diversas opções disponíveis.

Importa definir que o Tratado sobre o Funcionamento da UE esclarece que o mercado interno abrange o comércio de produtos agrícolas do solo e deve ser acompanhado pela PAC (JOUE, 2010).

Nesta perspetiva ressaltam-se algumas formas de fazer escoar os produtos, reconhecidas pelo governo na Portaria nº 152/2016, patente na 1ª série – Nº101 do Diário da República de 25 de maio de 2016 onde elucida:

Os mercados locais, como “os espaços edificados, públicos ou privados, de acesso público, para venda de produtos locais agrícolas, agroalimentares e artesanais, com a atividade devidamente licenciada ou registada, incluindo os mercados de produtores

regulados pelo Decreto – Lei n.º 85/2015, de 21 de maio, localizados no território de intervenção do respetivo GAL”;

Os pontos de venda coletivos, são “os espaços comerciais ou inseridos em zonas comerciais, destinados à comercialização de produtos locais agrícolas e agroalimentares, localizados nos concelhos da área geográfica correspondente aos territórios de intervenção dos GAL (Grupos de Ação Local), ou ainda, no caso de estruturas móveis, na área dos concelhos limítrofes”;

Vendas de proximidade, são “as vendas efetuadas pelos produtores agrícolas ou agroalimentares ao consumidor, diretamente ou através de um único intermediário, em que se incluem, designadamente, as vendas realizadas em mercados locais, feiras de produtos locais, pontos de venda coletivos, e as vendas para entidades coletivas de direito público ou privado, como sejam as cantinas de escolas, dos hospitais e das instituições particulares de solidariedade social”;

E vendas à distância, ou seja, “as vendas em que os bens são objeto de expedição pelo vendedor com destino aos adquirentes, nas quais se incluem, designadamente, as vendas pela internet”. Podemos designar todavia as cadeias curtas de abastecimento agroalimentar como “os circuitos de abastecimento que não envolvam mais do que um intermediário entre o produtor e o consumidor, através de vendas de proximidade ou vendas à distância”.

O Mercado Municipal de Beja, na Figura 3.2, é um exemplo de mercado local, de aparente boa estrutura, mas que não se revelou um local de grande atração para os consumidores, ou outros pequenos agricultores, ao contrário do ponto de venda no Mercado de Santo Amaro, localizado na zona histórica de Beja, onde se constatou uma maior atividade de consumidores, tanto locais como turistas e maior quantidade de pequenos agricultores.

Figura 3.2 - Mercado Municipal de Beja



Novembro de 2017

Na opinião de José Veiga, a euforia do consumidor português em comprar tudo nos supermercados e hipermercados e não comprar nada nos mercados locais está a acabar, no sentido em que há movimentos de constituir esses circuitos curtos, baseados na qualidade. Estes mercados permitem ter rendimento e lucrar com variados tipos de culturas, tais como variedades de maçã ou de pera que se pensava já não existirem. Todo o movimento da agricultura reduziu as variedades da fruta às mais fáceis de produzir, que detêm melhores condições para o transporte, para a armazenagem ou para o frio e as variedades tradicionais estavam a desaparecer. O mercado em Évora é muito pouco diversificado, mas este ano apareceram umas cerejas de São Julião com Denominação de Origem, que não se conseguiam comprar em sítio nenhum e só existe um produtor na Serra de São Mamede. No mercado de Lagos observam-se variedades de tomate ou batata que também não se encontram com facilidade, embora os supermercados também se vão adaptando para fazerem concorrência. Vão acompanhando, descobrem que há variedades que estão com êxito nos mercados locais dos pequenos agricultores e rapidamente começam a introduzi-los nos seus circuitos. O supermercado Continente possui lojas que chamam de alimentação saudável, com produtos biológicos. O pequeno agricultor demonstra alguma resistência ainda em encontrar formas mais diversificadas para vender os seus produtos, mas a pouco-e-pouco vai mudar com as gerações mais novas. No Canadá diz-se que os consumidores adotam o produtor. É o que se pretendia fazer com os cabazes da horta, que aproximava os consumidores dos produtores, mas numa relação contratual em que o consumidor começa a financiar o produtor: “precisamos de 50 Kg de batatas e 20 Kg de cebola, você faz e damos-lhe um avanço para comprar as sementes ou as plantas”. Os

cabazes associam os consumidores à produção e pagam uma cota, mas este sistema em Portugal ainda não está completo, surgem apenas algumas experiências (Apêndice 5).

Claudino Matos chega mesmo a referir que o principal meio de escoamento dos produtos acontece através das cooperativas, “ou até podem escoar individualmente” (Apêndice 4).

Schmidt *et al.* (2015) recordam que nos últimos anos abriram várias lojas e pequenos mercados bio, além de lojas Online.

Rua e Pinto (2014) analisam que o escoamento dos produtos relacionados com a exploração hortícola é feito por diferentes canais de comercialização: como intermediários, os mercados grossistas são um exemplo de grande importância para a comercialização dos produtos, destacando-se o Mercado Abastecedor do Porto ou o Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, responsáveis pela venda junto dos retalhistas que estão próximos do consumidor final em todo o país; a venda direta é outro meio de escoamento, efetuada pelo produtor ao consumidor, por vezes através de venda informal em várias estradas ou regiões adjacentes a produções agrícolas; os autores mencionam ainda a comercialização através de agrupamentos de agricultores, mas esta é pouco representativa em termos continentais e realçam que cada região do país tem a sua própria dinâmica de escoamento.

O professor Luiz Luz afirma que a principal dificuldade da pequena agricultura está precisamente no escoamento dos seus produtos, pelo que na região de Beja ocorre muito por contactos pessoais, no mercado, ou em grandes superfícies, mesmo com a dificuldade de obterem um preço justo por ser a empresa que sujeita ao agricultor um preço. Por vezes surgem também pequenos agricultores que fazem contratos por estimação com as grandes empresas. (Apêndice 3). Pode entender-se por preço justo o referido no subcapítulo 3.6.

Silva (2014) compreende que a maioria dos pequenos agricultores vende nos mercados locais, porque não têm dimensão para conseguir entrar nas grandes cadeias de distribuição. Quase sempre têm excedentes que só conseguem vender na praça. Por este motivo existe um grande interesse em encontrar consumidores, que podem ser desde particulares a empresas, restaurantes ou instituições de solidariedade social. A autora também salienta que a pequena agricultura está num “setor que, nos últimos anos, tem atraído empreendedores”. Relativamente à “MyFarm”, refere que o seu objetivo “não é a maximização do lucro, mas o apoio social ao pequeno agricultor e ao escoamento dos seus produtos”. A “MyFarm” funciona como uma “plataforma de contacto entre o pequeno agricultor e o consumidor”, por forma a rentabilizar os seus terrenos e garantir

um meio de escoamento dos seus produtos. O cliente acorda com o produtor uma mensalidade com os legumes e frutas pretendidos, tendo em atenção a dimensão da horta e a época do ano.

A “Myfarm” é uma empresa social portuguesa que apoia e dá respostas tanto aos pequenos agricultores como aos consumidores. Nesta plataforma é o próprio agricultor que estabelece o preço dos seus produtos, vendendo diretamente aos consumidores finais por um preço que se pretende justo e competitivo (Myfarm, 2017). Por empresa social entende-se a integração pelo trabalho de grupos sociais desfavorecidos, desenvolvendo a atividade económica, permitindo a obtenção de recursos de mercado, aumentando a autonomia financeira com um risco económico razoável. Os processos de decisão não são baseados na posse de capital e pode promover objetivos que beneficiam as comunidades onde a atividade se desenvolve (Perista, 2013).

4. O local de estudo

Para melhor compreender em que contexto se inserem os pequenos agricultores que escoam os seus produtos na cidade de Beja, procurou-se entender várias vertentes capazes de influenciar os seus procedimentos, tais como conhecer que população existe ao seu redor, onde se insere a cidade relativamente à sua posição geográfica, qual a importância das suas características na região onde se insere ou os modos de produção utilizados. Todo este conjunto de características possuem pontos fortes e fracos capazes de identificar uma cultura própria e definir modos de ação.

Rebelo (2014) descreve na sua obra que “o nível do bem-estar económico-social no Alentejo deriva das condições económico-sociais do contexto em que nos inserimos”. Para a autora a agricultura em Portugal pode ser uma atividade de interesse económico com futuro.

Neste contexto, não parece descabido dizer que o bem-estar económico-social dos pequenos agricultores vai depender do contexto onde estão inseridos.

4.1. Densidade populacional de Beja

O Plano Diretor Municipal (2014) de Beja, esclarece que no contexto regional o Alentejo está identificado como uma região rural, de baixa densidade populacional e com uma densidade rural de 14 hab/Km².

A cidade de Beja é a capital de um vasto distrito e aporta um dos maiores Concelhos de Portugal, com cerca de 1150 km². Embora a sua densidade populacional seja das mais elevadas no distrito, representa um valor baixo no contexto nacional. A tendência para o crescimento da cidade tem vindo a acentuar-se, ao inverso dos aglomerados rurais que têm registado um esvaziamento progressivo em alguns níveis preocupante (CMB, 2009).

No último período intercensitário (2001-2011), o concelho de Beja tinha uma densidade populacional de 31.1 habitantes por Km², apresentava cerca de 35.734 habitantes, registando um ligeiro decréscimo equivalente a 28 habitantes mas registava no distrito o maior número de habitantes por Km². A população residente no concelho de Beja tem vindo progressivamente a diminuir, embora se tenha registado um aumento do número de residentes nas freguesias urbanas, à exceção da freguesia de Santiago Maior, onde se verificaram menos 346 habitantes e uma diminuição de população nas freguesias rurais, excetuando a freguesia de São Brissos, onde se registaram mais 7 habitantes (CMB, 2013).

O grupo etário entre os 25 e os 64 anos representa 51,4 % da população, enquanto os acima dos 65 anos constituem 20,3 %. A população do concelho apresenta características de envelhecimento e de não substituição de gerações. A taxa de natalidade do concelho de Beja é de 9,7 %, uma das maiores da região. A taxa de mortalidade é de 13,1 %, menor do que a média da região. (CMB, 2009). No último período intercensitário, constata-se um evidente decréscimo do peso percentual das faixas etárias mais jovens, ao mesmo tempo que se nota um significativo aumento dos escalões etários mais elevados, ou seja, entre o escalão 25-64 anos e 65 e mais anos (CMB, 2013).

Rebelo (2014) aponta que o envelhecimento demográfico verificado não só no Alentejo como no restante país e UE tem uma grande influência no desenvolvimento económico. Encontramo-nos perante uma diminuição dos segmentos mais jovens e o aumento da população envelhecida, pelo que a ONU considerou que o período entre 1975

e 2025 será conhecido como a “Era do Envelhecimento”. O envelhecimento é um dos principais problemas sociais contemporâneos.

4.2. Posição geográfica de Beja

O concelho de Beja localiza-se no centro de uma vasta peneplanície do Baixo Alentejo e ocupa uma área total de 1146 Km² (CMB, 2013).

A cidade de Beja encontra-se numa posição geográfica a meia distância entre Lisboa (180 km) e o Algarve (150km), a 100 km do litoral alentejano e a 60 km da fronteira com Espanha. A cidade é servida por dois itinerários principais, o IP 2 (que constitui o eixo de ligação Norte/Sul) e o IP 8 (eixo de atravessamento Oeste/Este) e ambos sofreram obras de requalificação e de beneficiação (IP 2 melhoria de perfil e traçado), a autoestrada de Lisboa ao Algarve tem acesso a aproximadamente 50 km (CMB, 2009).

4.3. Contexto regional de Beja

A cidade de Beja é a sede do Município e capital de um distrito que se subdivide em 14 concelhos: Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Odemira, Ourique, Serpa e Vidigueira. Estrategicamente considera-se relevante uma visão prospetiva das atividades agrícolas, pecuárias e florestais associadas ao turismo de natureza e rural. O reforço da competitividade dos setores agrícola e florestal em articulação com a identificação das estratégias agroalimentares e florestais constituem uma das principais potencialidades. O concelho de Beja ocupa a primeira posição a nível distrital no indicador *per capita*³ relativo ao poder de compra (CMB, 2013).

O concelho de Beja é constituído por 18 freguesias das quais, 4 são Áreas Predominantemente Urbanas, 1 é Área Mediamente Urbana e 13 são Áreas Predominantemente Rurais. As freguesias que integram a cidade são as seguintes: Salvador, St.^a Maria da Feira, Santiago Maior e São João Baptista. Sabe-se que a cidade de Beja já existia no tempo dos romanos. Considera-se que o seu ressurgimento como

³ Rendimento por cada indivíduo

cidade tem origem com a Carta Régia de 10 de Abril de 1521. A atividade económica do concelho de Beja verifica um processo intenso de terciarização, que não tem sido acompanhado de um crescimento efetivo das atividades económicas produtivas, pelo que a tendência geral indica uma consolidação das atividades essencialmente vocacionadas para apoio e suporte ao bem-estar das populações. As principais fontes de rendimento são os serviços, o comércio e a agricultura onde se destaca a cultura do trigo, do olival e da vinha. Em relação à população empregada por ramos de atividade económica no concelho de Beja, o sector terciário detém maior número de trabalhadores, seguindo-se o sector secundário e finalmente o primário (CMB, 2009).

O Plano Diretor Municipal (2014) de Beja esclarece que no contexto regional, no Alentejo é onde a agricultura possui o maior significado em termos socioeconómicos e a população ativa agrícola possui um papel determinante nas freguesias rurais do concelho de Beja. Um dos pontos assinalado foi o de existir um “fraco espírito cooperativo entre pequenos e médios agricultores” e até um abandono paulatino ou enfraquecimento da pequena e média agricultura. Seria necessário apoio técnico relativamente à tomada de decisões, gestão e comercialização através de estruturas de associação para que a pequena agricultura consiga alguma possibilidade de concorrer no mercado com êxito, tendo em consideração a oposição dos grandes operadores comerciais.

Por não saber que população de pequenos agricultores pode ser encontrada na cidade de Beja, numa fase inicial deste estudo foi efetuado um requerimento à Direção de Finanças de Beja a pedir informação sobre o número de pequenos agricultores registados na União de Freguesias de São João Baptista e Santiago Maior (Apêndice 1) pelo qual foi facultada uma lista de sujeitos passivos (SP) em cadastro à data de 30-12-2016, onde inclui os pequenos, os médios e os grandes produtores (Anexo C). Não foi deste modo possível determinar qualquer população de pequenos agricultores. Por este motivo em futuros requerimentos a esta Direção não se torna descabido indicar todas as freguesias que integram a cidade. Para este estudo apenas são relevantes os sujeitos com a Classificação de Atividade Económica (CAE) portuguesa com produção vegetal descrita na Tabela 4.1.

Tabela 4.1 - Sujeitos passivos em cadastro à data de 31/12/2016 na União de Freguesias de São João Batista e Santiago Maior com produção vegetal

Cód. CAE	CAE	Total de SP
01111	CEREALICULTURA (EXCEPTO ARROZ)	164
01112	CULTURA DE LEGUMINOSAS SECAS E SEMENTES OLEAGINOSAS	15
01120	CULTURA DE ARROZ	2
01130	CULTURA DE PRODUTOS HORTÍCOLAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS	7
10092	OUTRAS CULTURAS TEMPORÁRIAS, N.E.	10
01210	VITICULTURA	12
01220	CULTURA DE FRUTOS TROPICAIS E SUBTROPICAIS	10
01230	CULTURA DE CITRINOS	2
01240	CULTURA DE POMÓIDEAS E PRUNÓIDEAS	11
01251	CULTURA DE FRUTOS DE CASCA RIJA	10
01252	CULTURA DE OUTROS FRUTOS EM ÁRVORES E ARBUSTOS	10
01261	OLIVICULTURA	119
01290	OUTRAS CULTURAS PERMANENTES	5
Total		377

Fonte: Direção de Finanças de Beja, 2017

4.3.1. Áreas de regadio e sequeiro

O Plano Diretor Municipal (2014) de Beja determinava uma tendência para o surgimento de pequenas e médias explorações com culturas regadas, especialmente “hortícolas, fruteiras, olival e vinha” com a ajuda do regadio permitido por Alqueva.

No estudo efetuado por Rebelo (2014) reparamos que no ano de 2014 as culturas agrícolas de regadio com maior expressão são: o Olival com 2,676 ha (60 % das culturas regadas); o Amendoal com 437 ha (10 % das culturas regadas); o Milho com 388 ha (9 % das culturas regadas); o Arroz com 377 ha (8 % das culturas regadas); o Girassol com 247 ha (5 % das culturas regadas); a Forragem com 135 ha e os Citrinos com 118 ha (respetivamente 3 % das culturas regadas); a Figueira com 51 ha e a Romã com 34 ha (respetivamente 1 % das culturas regadas). A autora refere que as culturas como o girassol, o pimento, o melão, a melancia, as hortícolas e o trigo podem praticar regadio em menor escala, porque algumas demonstram faltas de mecanismos adequados para a

sua comercialização. O tomate foi uma cultura bastante representativa, mas sofreu uma redução porque está condicionado ao sucesso ou fracasso das indústrias transformadoras. A estação seca restringe o desenvolvimento das culturas devido à falta de água, mesmo no inverno quando surgem meses sem chuva, sendo mais importante haver água nos meses de março, abril e maio. No entanto, a agricultura de sequeiro vai continuar e todavia ocupa grande parte da área agrícola no Alentejo, mas não irá permitir o desenvolvimento económico para investimento e emprego que a área de regadio é capaz. Na atualidade surgem investimentos que conseguem dinamizar o regadio em pequenas propriedades, mas a reconversão do sequeiro para regadio é difícil de fazer porque não é fácil “levar água até zonas de solos xistosos”.

Na Figura 4.1 é possível observar uma pequena exploração situada na União de Freguesias de São João Batista e Santiago Maior em Beja a usufruir de regadio proporcionado pela barragem do Alqueva. Na entrelinha das árvores de fruto está instalado um sistema de regadio e é aproveitada para o cultivo de hortícolas.

Figura 4.1 - Pequena exploração com regadio



Novembro de 2017

5. Compreensão da análise qualitativa

A presente investigação tem por objetivo central caracterizar a atual pequena agricultura, tendo-se optado por iniciar pelo método qualitativo descritivo e histórico, para procurar delinear as modificações que o fenómeno agrícola teve ao longo de um determinado período de tempo e deste modo encontrar explicações para essas alterações, com factos do passado e do presente. Para compreender melhor a caracterização atual feita à pequena agricultura e complementar a investigação, procurou-se efetuar entrevistas exploratórias semiestruturadas (Apêndice 2), junto de individualidades próximas da atividade dos pequenos agricultores, para ajudar a compreender o descrito pela legislação em vigor e os estudos analisados dedicados ao tema. Devido à falta de disponibilidade ou resposta de possíveis entrevistados, apenas se conseguiram elaborar três entrevistas exploratórias e uma entrevista descritiva para aprofundar o tema relativo à declaração de rendimentos. O estudo qualitativo desenvolveu-se ao longo de aproximadamente seis meses.

Como já foi descrito em capítulos anteriores, conseguiu-se descrever alguns fatores que influenciam, em simultâneo, os diferentes grupos de pequenos, médios e grandes produtores que devido às suas diferentes particularidades contornam esses fatores internos e externos à exploração de forma diferente. No ambiente interno à exploração o conjunto de fatores podem estar visíveis e serem controlados pelos próprios responsáveis da exploração, ou seja, as suas políticas de gestão, a forma de gerir os seus recursos humanos, os seus fatores de produção, as tecnologias a utilizar, a qualidade dos seus produtos ou os seus processos e procedimentos. Quando influenciados pelo ambiente externo à exploração, as suas tomadas de decisão estão condicionadas, ou seja, são fatores que estão fora do seu controlo, como por exemplo a sociedade, os clientes, os concorrentes ou os fornecedores. Encontram-se sintetizados alguns fatores de influência na tabela 5.1.

Tabela 5.1 - Fatores de influência comuns à grande, média e pequena agricultura

Ambiente externo	Ambiente interno
Sociedade	Políticas de gestão
Clientes	Recursos humanos
Concorrentes	Fatores de produção
Fornecedores	Tecnologias utilizadas
	Qualidade dos produtos
	Processos
	Procedimentos

A diferença colocada pelas grandes empresas consiste no objetivo de maximizar os resultados líquidos e aumentar a sua capacidade empresarial, diferente do objetivo das empresas mais pequenas que lutam por melhorar as condições de vida com os seus poucos recursos financeiros. Os critérios de classificação das explorações agrícolas estão relacionados com a intenção dos objetivos que pretendem atingir, conforme os resultados económicos que conseguirem.

Em termos históricos foi possível delinear as etapas evolutivas da pequena agricultura, e resumir alguns aspetos característicos dos trabalhadores agrícolas na tabela 5.2 conforme as mudanças históricas e políticas. Principalmente a partir do século XIX o paradigma da agricultura era a de um ato social, e o pequeno agricultor vê-se envolto pelos grandes latifundiário que não o deixam reforçar o seu sustento. A revolução industrial, no século XIX, veio facilitar a distinção entre classes, começam a realçar-se as verdadeiras diferenciações entre os pequenos e os grandes produtores, salientando os agricultores que tinham maior capital económico e financeiro dos que apenas tinham o suficiente para sobreviver, não só a nível monetário mas também ao nível do saber e do empreendimento. Na primeira metade do século XX surgem as distinções ao nível do território, destacando-se por exemplo, uma realidade agrícola a norte de Portugal diferente da do sul. Até à década de 60 do século XX, a produção no setor agrícola é um ato económico, permite trabalho e empenho para toda a população, era a base de sustento da maior parte das famílias. A segunda metade do século XX trouxe as inovações tecnológicas e a influência política nas decisões agrícolas. A partir da década de 60 e 70 do século XX surgem as grandes migrações para os centros urbanos e o setor agrícola perde um grande número de trabalhadores. Com o surgimento das migrações e posterior abandono da atividade agrícola, foram surgindo novos modos de pensar que proporcionaram uma mudança de atitudes, com alterações aos modos de trabalho e novas

perspetivas de vida que proporcionaram uma mudança dos atos culturais. A modernização da agricultura e ampliação da tecnologia provocam a diminuição da mão-de-obra, mas constata-se maiores produções e maiores salários.

Tabela 5.2 - Evolução da relação histórica na pequena agricultura

Século XIX	Revolução industrial; Latifundiários; Empreendimento; Distinção entre classes; Distinções entre pequenos produtores e grandes produtores; Pagamentos passaram a ser em dinheiro; Novos métodos agrícolas; Organização da vida económica e social; Pequenos e médios lavradores todavia não possuem um método de fazer agricultura.
Primeira metade do século XX	Distinções ao nível do território nacional; Número de membros da família estável com uma média de 4,1 a 4,3 pessoas; Intensificação da hierarquização e das desigualdades; Grande força de trabalho virada para a agricultura.
Segunda metade do século XX	Inovações tecnológicas; Subida dos preços de produção e consumo; Influência política; Reforma agrária; Surgimento da PAC; Dinamização das grandes explorações; Começou a surgir o abandono das pequenas explorações; Diminuição do número de membros da família com médias de 3,1 a 2,8 pessoas.
Século XXI	Revalorização da agricultura em muito devido aos apoios e normas da UE; Mudanças nos processos agrícolas para produzir mais com menos pressão sobre os recursos; Preocupação em preparar a sociedade futura para a revalorização da agricultura familiar; Poderá surgir o crescimento da pequena agricultura de proximidade com produtos tradicionais ou biológicos, mais tecnológica.

A análise histórica e o resumo descrito pela Tabela 5.2 denotam que os pequenos agricultores sentem as mudanças sociais com maior desconsolo e exprimem-no com movimentos de trabalhadores assalariados ou protestos contra as condições de trabalho,

que poderão continuar a ocorrer devido a fatores económicos, políticos ou culturais, mas conseguem confrontar através de ações coletivas, embora a sociedade de hoje, devido principalmente aos apoios da UE, deixa os agricultores menos desamparados e revoltados. Constatam-se diferentes fatores capazes de influenciar o pequeno agricultor, manifestos a nível pessoal, enquanto indivíduo com características pessoais e a nível social pelas características da sociedade onde o indivíduo se insere. Continua a subsistir a afirmação da diferença pelo capital económico e financeiro dos indivíduos, perfil individual e pelas características sociais em que o indivíduo vive, acrescentando as medidas políticas influenciadoras das tomadas de decisão dos agricultores. O contexto político das sociedades contemporâneas parece influenciar principalmente as características da pequena agricultura.

Em termos gerais, existe um conceito essencial de agricultura, determinado por uma realidade a três dimensões, onde se desempenha o papel da pequena agricultura, da média agricultura e da grande agricultura. A pequena agricultura é dividida pelo conjunto das muito pequenas explorações e das pequenas explorações, ambas com uma DE baixa e são constituídas por dois componentes, designados por agricultores coletados e agricultores não coletados. Os indicadores que constituem a pequena agricultura parecem ser de difícil precisão, mas dependendo do componente podem seguir-se indicadores diferentes, como se pode realçar na Figura 5.1.

Figura 5.1 - Decomposição da dimensão pequena agricultura

Agricultura	Pequena Agricultura	Explorações Muito Pequenas	Agricultores Coletados	Regime Forfetário
		Explorações Pequenas	Agricultores não Coletados	Regime de Pequena Agricultura Regime Normal
	Média Agricultura			
	Grande Agricultura			

Na pequena agricultura também podemos encontrar casos de uma pequena agricultura familiar tradicional ou moderna, tal como foi descrito no subcapítulo 3.1.

Através da análise da literatura efetuada relativa aos traços que definem a pequena produção agrícola é possível realçar conceitos-chave, aspetos que permitem descrever a pequena agricultora por forma a diferencia-la da média e grande exploração, determinando indicadores que designem os traços a observar, como pretende representar a Tabela 5.3.

Tabela 5.3 - Orientação para caracterização da pequena agricultura

	<i>Fatores financeiros</i>	<i>Fatores económicos</i>	<i>Fatores sociais</i>
	Regime forfetário (IVA)/Regime simplificado (IRS)	Regime de pequena agricultura (Ajudas da UE)	Outras características
Características exclusivas da Pequena Agricultura	<p>Declaração de Rendimentos provenientes da venda de produtos agrícolas inferiores a 10 000 euros por ano;</p> <p>Podem estar inseridos no regime especial de isenção do art.º 53.º do CIVA;</p> <p>Não podem deduzir os montantes de IVA pagos aos seus fornecedores;</p> <p>Não pratiquem operações de importação ou exportação;</p> <p>Não exerçam atividades que consistam na transmissão de bens ou prestação de serviços mencionadas no anexo E do CIVA;</p> <p>Podem ficar excluídos de tributação pelo CIRS</p> <p>Isentos de imposto os sujeitos passivos com volume de negócios entre os 10 000 euros e os 12 500 euros;</p> <p>Podem emitir faturas simplificadas;</p>	<p>São menos condicionados pelo sistema de controlo e pela aplicação de sanções;</p> <p>Isentos do cumprimento das práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente;</p> <p>Possibilidade de ajuda pode ser abrangida a todos os pequenos agricultores;</p> <p>Pagamentos diretos entre os 500 euros e os 1250 euros;</p> <p>Pagamento forfetário de 600 euros em Portugal em 2017 por exploração e por ano;</p> <p>A PAC facilita a cedência de terras dos pequenos agricultores que cessem a sua atividade agrícola a outros agricultores que pretendam reestruturar as suas explorações;</p> <p>A atividade agrícola tem de estar em território nacional;</p>	<p>Pouca organização;</p> <p>Pouco poder de negociação;</p> <p>Existe grande probabilidade de desaparecer;</p> <p>Poucos recursos financeiros;</p> <p>Gosto e ligação com a terra;</p> <p>Bom índice de produtividade por área de terreno;</p> <p>Oferece variedade de produtos;</p> <p>Produzem poucas quantidades;</p> <p>Pode tornar-se uma atividade secundária;</p> <p>Objetivo de melhorar as condições de vida;</p> <p>Burocracia como estorvo;</p> <p>Comportamento individualista;</p>

Tabela 5.3 – (Continuação)

	<i>Fatores financeiros</i>	<i>Fatores económicos</i>	<i>Fatores sociais</i>
	Regime forfetário (IVA)/Regime simplificado (IRS)	Regime de pequena agricultura (Ajudas da UE)	Outras características
Características exclusivas da Pequena Agricultura	<p>O documento de transporte pode ser substituído pelas faturas de aquisição;</p> <p>Não são obrigados a possuir contabilidade organizada;</p> <p>Podem pedir compensação equivalente a 6 % sobre o total das vendas e prestação de serviços elegíveis.</p>	<p>Detentores de direitos atribuídos a título de Regime Pagamento Base;</p> <p>Superfície mínima elegível da exploração de 0,5 ha e 5 ha para cálculo de pagamentos;</p> <p>O montante a receberem “a título dos regimes de pagamento de base, pagamento <i>greening</i> e apoios associados”, tem de ser inferior a 500 euros;</p> <p>O regime de pequena agricultura estende-se até ao ano 2020.</p>	<p>Demonstram poucas alternativas de escoamento dos seus produtos;</p> <p>Grande capacidade de resistência e sobrevivência;</p> <p>Grande percentagem de agricultura familiar;</p> <p>Sucesso na área dos produtos tradicionais;</p> <p>Preocupação com a saúde alimentar;</p> <p>Pouca capacidade técnica e científica;</p> <p>Adaptada aos habitantes e turistas;</p> <p>Agricultura de proximidade.</p>
Comum a Pequenos/médios /grandes produtores	<p>Inserem-se em termos de tributação na categoria B do IRS;</p> <p>Declaração de início de atividade;</p> <p>Declaração de rendimentos;</p> <p>Obrigados a passar fatura de todas as vendas ou prestações de serviço que realizem e comunicar à AT;</p> <p>Podem utilizar faturas em papel desde que o seu volume de negócio do ano anterior não seja superior a 100 000 euros;</p> <p>A obrigação de comunicar à AT o transporte, antes do seu início não se aplica a agricultores que tenham volumes de negócios inferiores a superiores a 100 000 euros;</p> <p>Influenciados por fatores externos e internos;</p> <p>Devem respeitar as disposições aplicáveis e estão sujeitos a sanções e controlo ao abrigo da legislação sectorial;</p> <p>Dificuldade na organização da comercialização.</p>		
Características dos médios e grandes produtores	<p>Obrigados a dispor de contabilidade organizada;</p> <p>São mais competitivos;</p> <p>Têm a sua situação mais salvaguardada;</p> <p>Têm canais de comercialização próprios, conhecimentos e poder económico;</p> <p>Pretendem maximizar os resultados líquidos;</p> <p>Aumentar a sua capacidade empresarial;</p> <p>Mantém relações sociais contratuais.</p>		

Enquanto o país descreve a pequena agricultura através de fatores financeiros, a UE distingue a pequena agricultura por fatores económicos. O pequeno agricultor pode inserir-se em três regimes distintos designados por regime forfetário, regime simplificado e regime de pequena agricultura. O regime forfetário e o regime simplificado são regimes nacionais e têm como paradigma a declaração de rendimentos e a margem financeira de cada agricultor, e o Regime de Pequena Agricultura tem por base os apoios financeiros fornecidos pela Comunidade Europeia, sendo a principal justificação a reduzida dimensão do terreno. Resumidamente, se juntarmos os propósitos dos diferentes regimes, temos uma escala de definição de pequena agricultura assente em posse de terreno com um mínimo de 0,5 ha e um máximo de rendimentos anual de 10 000 euros. É entre estes parâmetros onde o pequeno agricultor se encaixa em Portugal. A nível nacional a dimensão do terreno não define a pequena agricultura o que implica que um agricultor que possua menos de 0,5 ha tem a hipótese de recorrer ao regime forfetário, mas em termos europeus o valor mínimo considerado para uma exploração agrícola é entendido como um nivelador para saber a partir de que ponto os subsídios podem ser atribuídos. Cada regime tem as suas próprias características capazes de delinear o perfil do pequeno agricultor. Se olharmos apenas para o Regime de Pequena Agricultura conseguimos identificar o pequeno agricultor rapidamente e principalmente pelo subsídio a que tem direito, mas se olharmos para os regimes nacionais identificamos o pequeno agricultor pelos rendimentos anuais que declara.

Nesta análise destacam-se três aspetos negativos que dificultam a prosperidade da pequena agricultura, os quais podem ser observados na tabela 5.4.

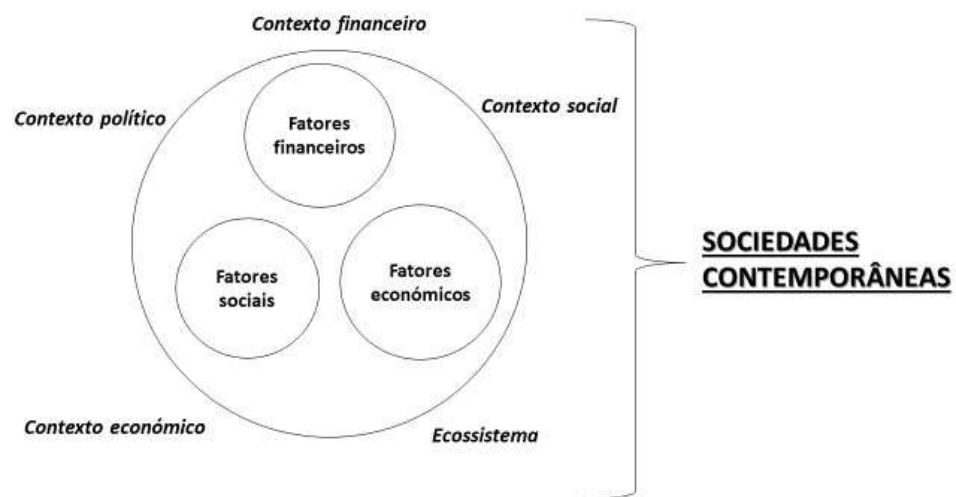
Tabela 5.4 – Alguns aspetos prejudiciais na pequena agricultura

Aspetos que prejudicam em grande medida a pequena agricultura		
Pouca organização	Pouco poder de negociação	A não união com outros agricultores

A pequena agricultura caracterizar-se por: fatores financeiros, entendidos como a “situação pecuniária de uma organização ou indivíduo”; fatores económicos onde se entende a “repartição de rendimentos para obter os bens e serviços indispensáveis à

satisfação das necessidades”; e fatores sociais traduzidos pela “referência a uma sociedade comercial ou industrial” (Porto Editora, 2008). A Figura 5.2 pretende representar os fatores que estão inseridos na influência do contexto político, económico, financeiro, social e ecossistema das sociedades contemporâneas. Os fatores financeiros, económicos e sociais, embora sejam campos diferentes, encontram-se todos num contexto político, financeiro, económico, social e ecossistema característicos de uma determinada sociedade contemporânea.

Figura 5.2 - Contextos e fatores das sociedades contemporâneas



Mesmo existindo diferentes formas de abordar a investigação devido aos numerosos critérios que poderiam ser analisados, julga-se que no contexto em que se inscreve este estudo, a análise efetuada possibilitou fazer uma sugestão precisa do problema investigado de forma coerente.

6. Aplicação da análise quantitativa

A elaboração de um método qualitativo através da revisão de literatura possível e julgada mais coincidente com o tema em estudo, juntamente com três entrevistas exploratórias e uma entrevista descritiva, contribuiu para determinar variáveis que ajudam a caracterizar a pequena agricultura e encontrar um método quantitativo por questionário

(Apêndice 6) aos pequenos agricultores com produção vegetal, que têm a atividade de venda dos seus produtos na cidade de Beja para complementar o estudo.

Pretendeu-se englobar a situação pessoal e profissional de cada inquirido, saber a sua relação de género com a atividade de pequena agricultura, as suas habilitações, tempo e dedicação à atividade, a sua relação com o meio ambiente e interesses comuns. Deste modo consegue-se uma leitura de aspetos observáveis na amostra conseguida, permitindo também destacar informações sobre o ambiente natural, a história do local ou as atividades desenvolvidas pelos pequenos agricultores que elaboraram o questionário e escoam os seus produtos na cidade de Beja.

Para atingir este objetivo pretendeu-se enveredar por uma observação direta e participante, que permitiu ir ao encontro dos sujeitos para obter a informação procurada, indagando também uma observação estruturada para que possibilite uma maior precisão do que se quer analisar.

6.1. Tipo de amostragem analisada

Para este estudo os agricultores inquiridos que declararam rendimentos superiores a 12 000 euros não foram contabilizados como pequenos agricultores porque a mentalidade de resposta representa características mais próximas da média agricultura. Este valor limite foi fundamentado no regime forfetário, onde indica que os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a 10 000 euros, mas inferior a 12 500 euros estão isentos do imposto.

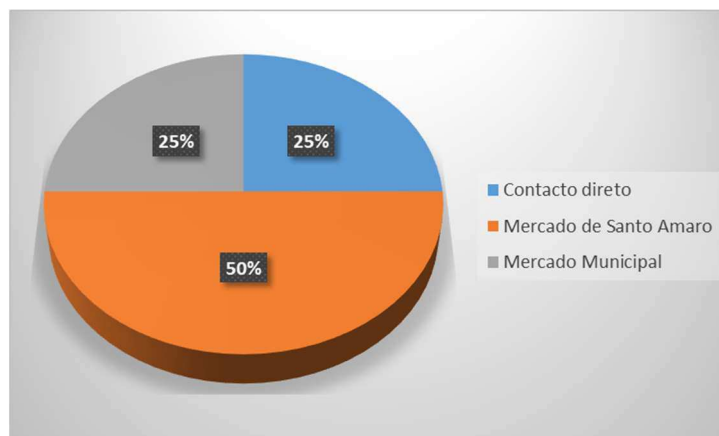
Devido à dificuldade em contactar e encontrar um grande número de pequenos agricultores com produção vegetal na cidade de Beja e à impossibilidade de apresentar a quantidade total da população destes pequenos agricultores, a amostra será não aleatória e pela observação participante efetuada no espaço onde decorrem as interações de venda, os 16 inquéritos por questionário aplicados conseguem ser significativos para representar o grupo de pequenos agricultores encontrados. A amostra foi conseguida no Mercado de Santo Amaro, onde podem ser identificados um número aproximado de doze pequenos agricultores, mas foram conseguidos oito questionários preenchidos, no Mercado Municipal, foram identificados quatro pequenos agricultores, mas foram contabilizados três questionários porque um dos questionários foi preenchido por pessoa que não

representava a pequena agricultura, verificável na declaração de rendimentos superior a 12 000 euros e foram disponibilizados sete contactos de pequenos agricultores pela “Myfarm”, mas apenas foram conseguidos quatro questionários preenchidos. A maioria dos inquéritos foram preenchidos principalmente aos sábados, no mercado de Santo Amaro e Municipal, durante os meses de agosto e setembro de 2017.

O Mercado de Santo Amaro foi o local onde se identificou o maior número de pequenos agricultores, mas nem todos se mostraram disponíveis para preencher o questionário e o prazo para terminar o estudo também não permitiu questionar um maior número de pequenos agricultores presentes no local. Os pequenos agricultores que não usufruem deste tipo de mercados foram mais difíceis de contactar, pelo que também não permitiu ampliar o número de questionários. O longo questionário e a sua elaboração em maior número no próprio local de venda também retiraram a rapidez da sua execução.

A Figura 6.1 mostra a percentagem de inquiridos em cada local onde foram abordados para a elaboração do questionário, incluindo também uma venda esporádica encontrada em uma rua da cidade de Beja por contacto direto. Nestes locais foi possível fazer uma observação direta do modo de venda e ação dos consumidores.

Figura 6.1 - Percentagem da amostra no local de contacto



Como se observa metade dos inquiridos (50 %) foram encontrados no ponto de venda coletivo onde se realiza o Mercado de Santo Amaro, junto ao Castelo de Beja, sujeito às condições climáticas, todas as sextas-feiras e sábados pela manhã. Encontra-se localizado em plena via pública, no centro da cidade, com a vantagem de não existir um

parque de estacionamento pago na sua periferia, ao contrário do mercado municipal e consegue a atenção tanto dos consumidores nacionais como dos turistas. Este local funciona como uma grande montra para os produtos, onde os consumidores aderem em número e com satisfação, embora possam comentar alguns preços mais altos que não estavam à espera mas não deixam de comprar. O Mercado Municipal é outro local de venda que demonstra condições para expor os produtos, mas não se torna tão chamativo como o Mercado de Santo Amaro e os produtores a vender neste local são mais reduzidos. O Mercado Municipal leva vantagem relativamente aos meios disponíveis para expor os produtos, ao invés do Mercado de Santo Amaro onde têm de ser os próprios vendedores a montar o seu balcão de venda, mas as condições de exposição do Mercado Municipal não se traduzem na quantidade de vendas que ocorre no Mercado de Santo Amaro. É notório que os pequenos agricultores estão a explorar muito bem as condições que o Mercado de Santo Amaro pode oferecer, principalmente através do contacto entre o vendedor e o comprador, tirando em consequência partido do meio atrativo onde se insere.

Para escoar os seus produtos os pequenos agricultores inquiridos parecem optar por vendas de proximidade, como é o caso dos pontos de venda coletivos e dos mercados locais, cooperativas para transformação da azeitona, a venda direta, de forma informal em algumas ruas de Beja ou através de empresas sociais como no caso da “*Myfarm*”.

6.2. Caracterização individual e situação profissional da amostra

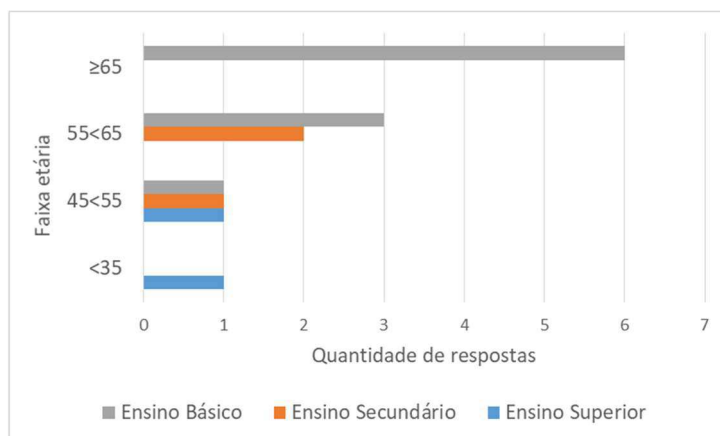
Um dos problemas apontados para a pequena agricultura é o seu envelhecimento. Os pequenos agricultores estão envelhecidos e embora os mais novos estejam a despertar para esta atividade todavia se apresentam em número reduzido. Na amostra efetuada é possível observar que os responsáveis pela prática da pequena agricultura são em larga escala indivíduos de meia-idade ou mais envelhecidos. Os dados demonstram que 40 % dos pequenos agricultores questionados possuem idade igual ou superior a 65 anos e representam a maioria, seguindo-se os pequenos agricultores com faixa etária entre os 55 e 64 anos com 33 %. Nota-se que a geração mais nova quase que não aparece nestas percentagens pelo que nenhum dos inquiridos se situa na faixa etária dos 35 aos 44 anos e apenas 7 % respondeu terem menos de 35 anos (Apêndice 7). Os dados apresentados no Tabela 6.1 confirmam a tendência de uma pequena agricultura envelhecida.

Tabela 6.1 - Caracterização individual e situação profissional

Questão	Resposta	Proporção (%)
Faixa etária dos pequenos agricultores inquiridos	≥65 Anos	40
Gênero do responsável pela exploração	Masculino	73
Habilitações literárias dos pequenos agricultores inquiridos	Ensino básico	62
Tipo de formação na área agrícola	Apenas experiência pessoal/Tratamento fitossanitário	38/38
Anos de dedicação na pequena agricultura	≥20 Anos	53
Tempo de trabalho diário na pequena agricultura	Tempo inteiro	67
Pequena agricultura como único sustento	Não	67
Motivador do começo de atividade na pequena agricultura	Família	72

Foi observado que mais de metade dos inquiridos (62 %) possui o ensino básico, o que reflete uma baixa escolaridade. Ao compararmos a faixa etária dominante com o nível de habilitação literária mais representada, notamos uma coincidência entre a maior percentagem de uma geração envelhecida com um nível de ensino baixo, conforme podemos observar pela Figura 6.2.

Figura 6.2 - Comparação faixa etária dos inquiridos e habilitações escolares



As respostas estão numeradas de 0 a 6. Os dados sugerem que os pequenos agricultores mais envelhecidos não terão continuado os estudos, tendo ficado com o ensino básico. As gerações mais novas são mais letradas, contrastam com a geração mais

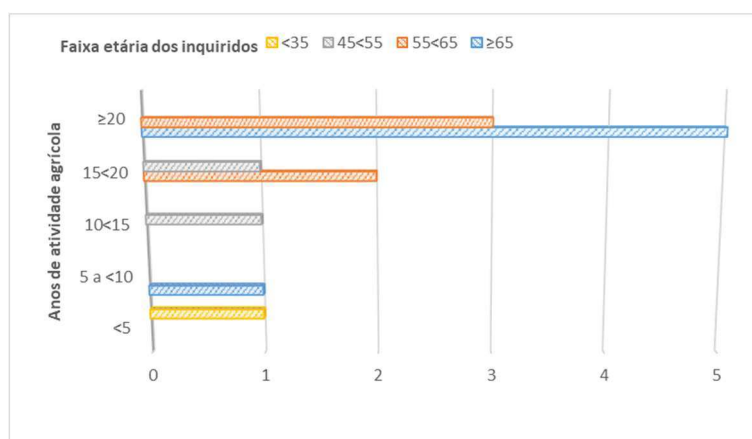
envelhecida e os inquiridos de meia-idade representam uma geração onde se nota uma diversidade de habilitações. Sublinha-se neste ponto a diferente situação geracional e cultural dos indivíduos analisados.

Curiosamente 38 % dos inquiridos responde que a formação que possuem na área agrícola advém da prática individual, simboliza apenas experiência pessoal adquirida, mas a mesma percentagem (38 %), confirma que possui um curso de tratamentos fitossanitários (Apêndice 7). Este é um exemplo da influência política na tomada de decisão dos agricultores, porque sem possuírem o curso de tratamento fitossanitário, não lhes é possível usufruir de um cartão que permite comprar produtos fitossanitários.

Dos pequenos agricultores inquiridos 53 % dedicam-se à atividade agrícola em período igual ou superior a 20 anos. A comparação da maioria dos pequenos agricultores na faixa etária dos 55 e mais de 65 anos e a percentagem de anos dedicados na atividade ser igual ou superar a 20 anos, faz suscitar que a maioria dos pequenos agricultores inquiridos detinham a sua atividade no período da reforma agrária, como se estivessem todavia em atividade os últimos filhos de uma ideologia que prometia tudo, os últimos resistentes que conseguiram continuar os seus trabalhos agrícolas ao longo da sua vida.

Ao compararmos os anos em atividade com a faixa etária dos inquiridos, reparamos na Figura 6.3 que existe uma coincidência. Os indivíduos com idades compreendidas entre os 55 anos e mais de 65 anos são aqueles que estão em atividade durante mais anos, entre os 15 anos de atividade e mais de 20 anos de atividade e representam-se em maior número.

Figura 6.3 - Comparação anos de atividade agrícola e faixa etária dos inquiridos



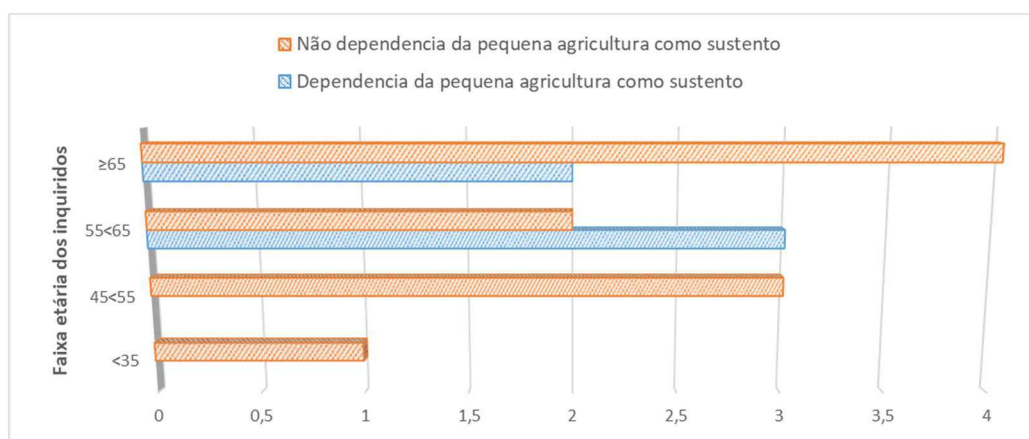
As respostas presentes na Figura 6.3 estão numeradas de 0 a 5. Os dados indicam novamente a tendência para o envelhecimento da pequena agricultura, suscitando a ideia de que os pequenos agricultores mais antigos teriam a sua atividade nos anos 70 ou 80 do século XX e terão testemunhado a política da reforma agrária pós 25 de abril.

A agricultura é uma atividade que obriga a exceder as horas de trabalho regulamentares, o agricultor tem de adotar um modo de proceder constante para conseguir uma produção sustentável e racional. A pequena agricultura mantém este padrão de alerta constante perante a produção e os pequenos produtores inquiridos também o demonstram. Pela leitura dos dados conseguidos, 13 % dos inquiridos dedicam 8 horas (≥ 50 % a < 100 %) de trabalho à sua atividade agrícola, 20 % dedica metade do tempo (> 0 a 50 %) de trabalho à atividade agrícola e 67 % dos inquiridos afirmam necessitar de ocupar mais que as 8 horas, a tempo inteiro, de trabalho na sua exploração agrícola (Apêndice 7).

Podemos também constatar que o género masculino é o mais representado pela amostra, com 73 % dos inquiridos (Apêndice 7).

Inequivocamente 67 % dos pequenos agricultores inquiridos não dependem apenas da pequena agricultura como forma de sustento. Uma das explicações para a secundarização da atividade como forma de sustento prende-se com o facto de muitos receberem a sua pensão de reforma, razão principal para que a atividade agrícola não seja o seu único sustento. Em outros casos dá-se a possibilidade de a dedicação à atividade agrícola se realizar após finalizar a atividade diária principal. A relação entre faixa etária e sustento pela pequena agricultura pode ser observado na Figura 6.4.

Figura 6.4 - Comparação entre faixa etária e sustento da atividade agrícola



As respostas presentes na Figura 6.4 estão numeradas de 0 a 4. Efetivamente nota-se um maior número de indivíduos, na faixa etária de igual ou superior a 65 anos, a responderem que a pequena agricultura não é o seu único sustento, mas também reparamos que a faixa etária dos 55 aos 65 ou mais anos demonstra alguma dependência da atividade de pequena agricultura. Os inquiridos mais novos, com menos de 55 anos, dispensam totalmente a pequena agricultura como a sua atividade principal.

Na amostra em estudo, encontramos um grupo de indivíduos que adquiriu formas de estar e de pensar conforme os seus saberes aprendidos e os resultados demonstram que 72 % dos inquiridos foram motivados e influenciados a iniciar a atividade na pequena agricultura devido à sua família. A família foi o principal agente socializador para a prática de pequena agricultura dos indivíduos que completam a amostra em estudo.

6.3. Informações sobre a organização da exploração agrícola

Tal como a análise qualitativa conseguiu desvendar, a análise quantitativa também confirma que os pequenos agricultores inquiridos tendem a usufruir pouca produção animal. O tipo de atividade agrícola predileta dos pequenos agricultores inquiridos é de produção vegetal, representada por 79 % da amostra, distante da representada pela produção animal com 21 % das respostas. Outras referências à produção animal, que em outros tempos foi mais visível, destaca-se que 57 % dos inquiridos respondeu produzir aves/galinhas, 29 % referiu criar ovelhas e 14 % detém porcos. Os pequenos agricultores que perfazem a amostra em estudo não fizeram menção a mais nenhum outro tipo de produção animal. Na produção vegetal os pequenos agricultores inquiridos preferem a produção de alguns produtos mais populares como azeitonas, couves ou melão. Observa-se que 50 % dos pequenos agricultores inquiridos preferem cultivar produtos hortícolas, ao que se seguem os produtos frutícolas representados por 29 % dos inquiridos (Apêndice 8).

As referidas afirmações podem ser observadas na Tabela 6.2, onde se analisam outros esclarecimentos referentes à organização da exploração agrícola que a amostra representa.

Tabela 6.2 - Informações sobre a organização

Questão	Resposta	Proporção (%)
Tipo de atividade agrícola desenvolvido	Produção vegetal	79
Atividade de produção vegetal	Hortícolas	50
Produção animal mais representada	Aves/galinhas	57
Preocupações de desenvolvimento rural	Gestão da água/Fertilizantes	23/23
Motivo da preocupação	Fatores ambientais	35
Atividade agrícola com cultura permanente	Sim	79
Cultura permanente mais praticada	Olival	33
Atividade agrícola com cultura temporária	Sim	80
Cultura temporária de outono-inverno	Couves	24
Cultura temporária de primavera-verão	Melão	20
Possui trator próprio	Sim	56
Área da SAU	1ha a <5ha	54
Conhecimento do tipo de solo	Não tenho conhecimento	60
As finanças têm conhecimento da atividade	Sim	80
Costuma pagar IRS	Não	53
Qual a declaração do último IRS	Não sabe/não responde	54
Distinção do trabalho conforme o género	Não	93
Propriedade dos terrenos agrícolas	Do próprio	67
Freguesia onde se encontra a exploração agrícola	Santiago Maior e São João Batista	40

Os inquiridos respondem em 79 % que possuem uma atividade agrícola de cultura permanente. A cultura permanente mais enunciada pelos pequenos agricultores inquiridos é o olival com 33 %, símbolo da região do Alentejo, seguindo-se o laranjal com 29 %, também muito visível e apreciado na região. Paralelamente os pequenos agricultores inquiridos responderam com 80 % que também praticam culturas temporárias. Relativamente às culturas temporárias, no período de outono-inverno destacam-se como mais representadas o cultivo de couves (24 %), espinafres (16 %), nabos (13 %), rábanos (13 %) e alface (8 %). De entre a atividade agrícola praticada na cultura temporária de primavera-verão, destaca-se o melão a ocupar lugar de destaque e a ser referenciado por 20 % dos inquiridos, seguindo-se o tomate com 16 % e o pepino com 14 %. Os pequenos agricultores inquiridos optam pelos dois tipos de atividade agrícola, permanente e temporária. Embora os pequenos agricultores inquiridos demonstrem um cultivo de produtos variados, são poucos os que fazem um registo das quantidades que produzem, muitos não sabem responder ou afirmam que produzem quantidades pequenas, mas sem

fazerem uma quantificação (Apêndice 8). Nota-se que as culturas mais evidenciadas pela amostra são também as prediletas ao gosto da dieta regional.

Confrontados com as preocupações sobre o desenvolvimento rural, os pequenos agricultores inquiridos apontam o mesmo patamar para a gestão da água e para os fertilizantes, com respetivamente 23 %. A resposta para a gestão da água pode estar influenciada pelas condições climáticas na altura em que o questionário foi implementado (agosto/setembro de 2017). O maior motivo dado às suas preocupações foram os fatores ambientais com 35 % das respostas. A variável apontada aos fatores ambientais engloba também respostas como as preocupações relativas a biodiversidade, fertilidade do solo, sustentabilidade do meio envolvente ou camada do ozono (Apêndice 8). Denota-se uma atenção virada para o clima e o ambiente e as suas influências nas produções.

Quanto à mobilização dos solos, apenas 6 % dos inquiridos responde que não faz qualquer tipo de mobilização, 23 % refere que faz a mobilização dos solos com alfaías de mobilização vertical, a mesma percentagem refere que faz a mobilização dos solos com alfaías que promovem o reviramento do solo ou levantamento do torrão, outras respostas frisam a utilização da fresagem e da charrua com respetivamente 18 %. A gradagem é utilizada por 12 % dos inquiridos (Apêndice 8). Ressalva-se que não foi perguntado aos inquiridos que responderam fazer a mobilização com a charrua qual a profundidade da lavoura que praticavam. Moreira (2013) refere na sua obra que as lavouras profundas estão entre os 25 e 35 cm de profundidade, as lavouras médias estão entre 15 a 25 cm de profundidade e as lavouras superficiais entre 8 a 12 cm de profundidade, parafraseando, as alfaías agrícolas denominadas por charruas servem para cortar e revolver a terra “para que as camadas inferiores venham para a superfície” e as que estavam na superfície vão para uma camada inferior.

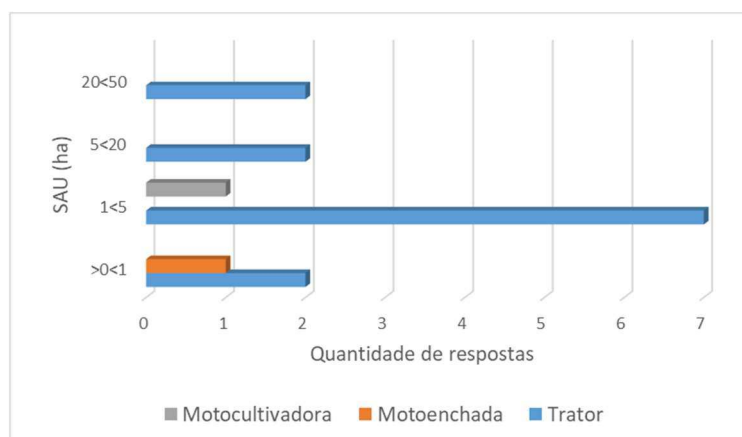
Se recordarmos o referido pela portaria 25/2015, descrita no subcapítulo 3.9, verificamos que se encontra “interdito o uso de alfaías que promovam o reviramento do solo ou levantamento do torrão”, pelo que a resposta dada à utilização de charruas irá ser anexada à resposta dos que referem a utilização de alfaías que promovem o reviramento dos solos, perfazendo deste modo 41 % das respostas. A alternativa à utilização de charruas poderá ser a utilização de subsoladoras ou riper de modo a evitar, como menciona Moreira (2013), a vinda à superfície das camadas mais profundas.

A gradagem consiste em uma mobilização do solo superficial que não ultrapassa os 8 cm. A fresagem também consiste em uma mobilização superficial mas tem o

inconveniente de destruir a estrutura dos solos, dificulta a infiltração da água, das raízes, dos raios solares e a vida microbiana (Moreira, 2013). Se for feita uma junção entre o número de inquiridos que respondeu utilizar a gradagem e a fresagem com a resposta dada ao uso de alfaías de mobilização vertical iremos obter 53 % de respostas, o que pode ser entendido como uma prática mais marcada pela mobilização mínima dos solos.

Para trabalhar as suas terras, a maioria dos pequenos agricultores inquiridos não dispensam o trator, com 56 % a responder terem trator agrícola próprio na sua exploração, independentemente da dimensão da SAU, como podemos observar pela Figura 6.5. Pela análise efetuada 54 % dos inquiridos demonstra possuir uma SAU entre 1 ha e <5 ha.

Figura 6.5 - Máquinas agrícolas em uso na SAU mencionadas pelos inquiridos

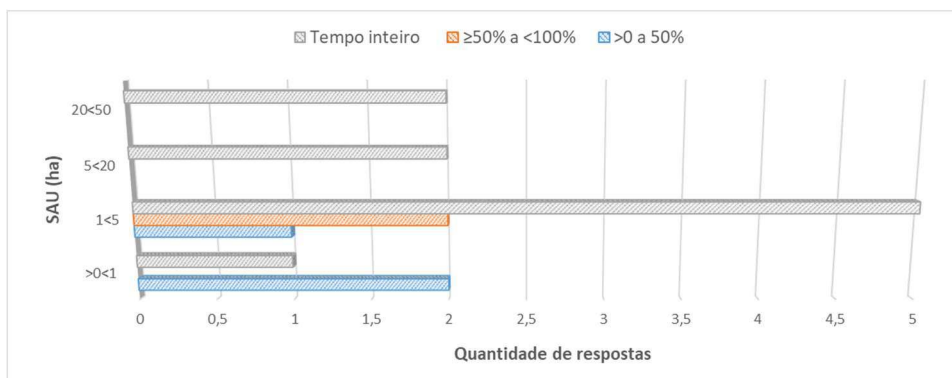


As respostas apresentadas pela Figura 6.5 estão numeradas de 0 a 7. Em explorações inferiores a 5 ha aparecem alternativas à utilização do trator, sendo reveladas pelo estudo o uso do motocultivador e da motoenxada.

Se compararmos o tempo diário dedicado ao trabalho agrícola com a área de SAU pelos inquiridos iremos obter os dados mostrados pela Figura 6.6. As respostas estão numeradas de 0 a 5. Para SAU com uma área entre os 0 ha e 1 ha, aparece uma maior probabilidade de dedicação diária ao trabalho agrícola menor que 8 horas (> 0 a 50 %) e para SAU entre 1 ha e <5 ha é possível observar que apenas neste intervalo de áreas existe uma dedicação ao trabalho agrícola entre $\geq 50\%$ a <100 % onde 100 % é entendido como as 8 horas de trabalho diárias. De uma forma geral também reparamos que os pequenos

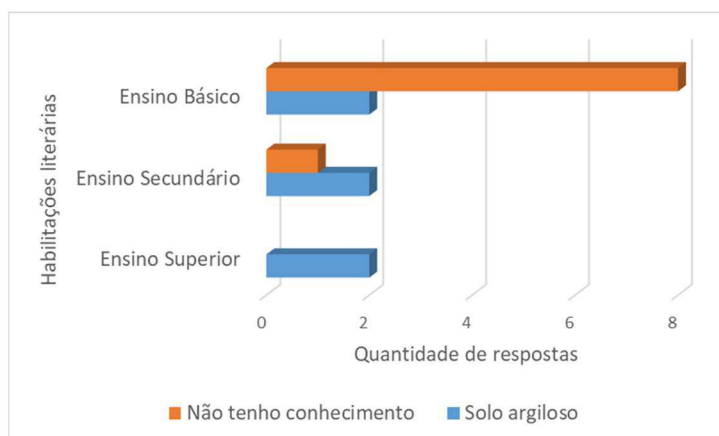
agricultores sentem necessidade de empregar no seu trabalho agrícola, independentemente da área, o seu tempo inteiro.

Figura 6.6 - SAU e tempo diário de trabalho agrícola



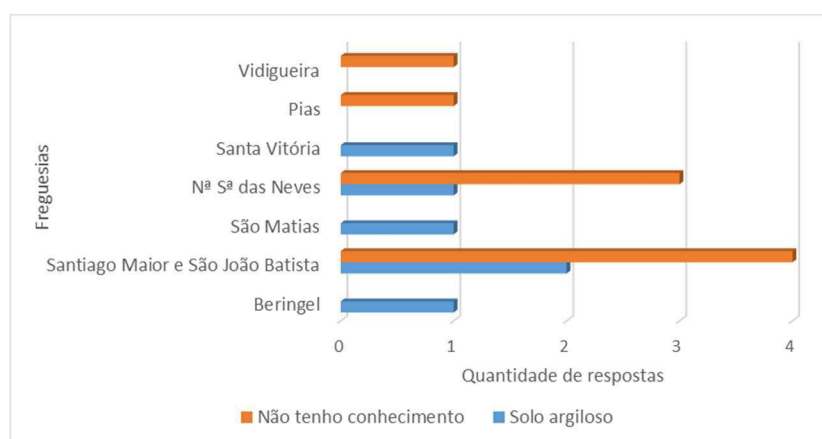
Para efetuarem a melhor produção seria benéfico para os agricultores saberem que tipo de solo possuem para cultivar, e assim escolher a cultura que melhor se adapte ao terreno. Os solos de Beja são conhecidos por serem bons solos argilosos (barros de Beja) mas mais de metade dos inquiridos (60 %) desconhece o tipo de solo onde produz, embora 40 % afirmem possuir um solo argiloso (Apêndice 8). Se compararmos o nível de escolaridade dos inquiridos com o conhecimento sobre o solo em que trabalham, reparamos que existe uma correlação entre as habilitações literárias e o conhecimento do tipo de solo, como pode ser observado na Figura 6.7.

Figura 6.7 - Habilidade literária e conhecimento do solo



O número de respostas na Figura 6.7 estão numeradas de 0 a 8. A informação recolhida demonstra que existe um maior número dos pequenos agricultores inquiridos com produção, nos terrenos da união de freguesias de Santiago Maior e São João Batista e na freguesia da N^a S^a das Neves a dizer que não têm conhecimento do tipo de solo onde trabalham, como pode exemplificar a Figura 6.8.

Figura 6.8 - Conhecimento do tipo de solo por freguesias



As respostas na Figura 6.8 estão numeradas de 0 a 4. Curiosamente é também na união de freguesias de Santiago Maior e São João Batista, onde mais inquiridos afirmam trabalharem em solo argiloso.

Para compreender melhor o tipo de solo onde os pequenos agricultores inquiridos trabalham, designa-se que os solos com textura argilosa são ricos em nutrientes, proporcionam um grande poder de fixação para as raízes e possuem uma grande capacidade de retenção de água. Em comparação com outras texturas, a circulação do ar, a infiltração da água e a entrada dos raios solares é consideravelmente menor. Encharcam rapidamente durante o inverno e secam drasticamente no verão. O estado de sazão (estação mais favorável) acontece quando a terra retém o grau de humidade ideal e deste modo também permite fazer as mobilizações de forma eficiente (Moreira, 2012).

Em futuros estudos poderá ser perguntado se os pequenos agricultores que têm as suas explorações em terrenos argilosos aplicam algum tipo de corretivo para melhorar as capacidades do solo, devido à característica reduzida dimensão de espaços lacunares (espaço entre as partículas do solo).

Os terrenos pertencentes aos inquiridos estão localizados em diversas zonas da região mas encontram-se relativamente próximo da cidade de Beja como ilustra a Figura 6.9.

Figura 6.9 - Freguesias representadas pelos inquiridos



A carta dos solos de Portugal, da autoria de Carvalho Cardoso (EC, 2017), confirma que nas freguesias representadas predominam os vertissolos (Anexo D). Cerqueira (1992) classifica os vertissolos como solos argilosos, também chamados Barros. Os Barros Pretos não Calcários são conhecidos por barros de Beja. Os Barros Castanho Avermelhados Calcários Muito Descarbonatados encontram-se entre Baleizão, Pias e Vila Nova de São Bento. Os Barros Pretos localizam-se a norte de Ferreira do Alentejo e Beja.

Reparamos que a união de freguesias de Santiago Maior e São João Batista e a freguesia da Nossa S^a das Neves assumem grande importância na entrada de produtos agrícolas nos pontos de venda da cidade de Beja representados na amostra, ao que correspondem respetivamente 40 % e 27 % dos pequenos agricultores inquiridos.

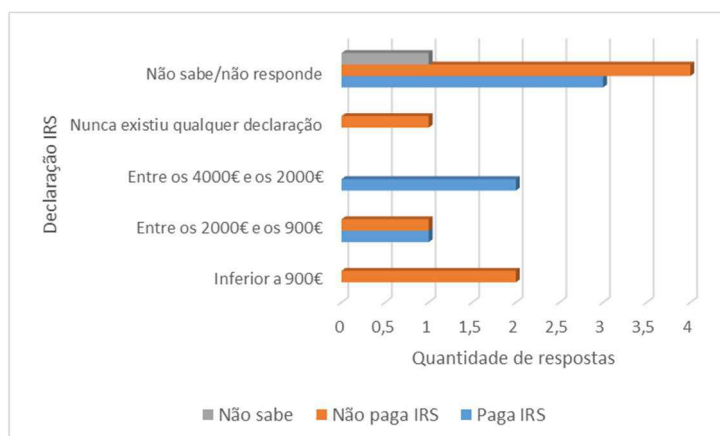
Outras observações relacionadas com o terreno revelam que 67 % dos inquiridos são os proprietários dos terrenos onde praticam a sua atividade de pequena agricultura, o que se torna uma mais-valia, porque para além de não terem de pagar uma renda também são os próprios proprietários os decisores do que querem cultivar nos seus terrenos.

Os resultados dos questionários ditam que 80 % dos pequenos agricultores inquiridos comunicaram a sua atividade nas finanças e 53 % afirmam que não pagam IRS. O não pagamento de IRS seria o pretendido para uma situação de pequena agricultura. Já foi

referido que a não tributação dos rendimentos agrícolas só é possível se os rendimentos do agregado familiar não excederem os 22 751, 28 euros. Por este motivo, relativamente aos 40 % dos inquiridos que dizem pagar IRS (Apêndice 8), António Hilário (Apêndice 10), explica que têm outros rendimentos, porque por um lado ficam excluídos os rendimentos agrícolas mas é preciso que o total do rendimento do agregado familiar não ultrapasse o limite dos 22 751, 28 euros (para o ano de 2017), porque se ultrapassar são tributados.

A figura 6.10, com respostas numeradas de 0 a 4, demonstra uma conexão entre a declaração de IRS e o pagamento de impostos. Reparamos que as declarações de rendimentos mais baixas, próximas dos 900 euros não pagam IRS. O pagamento de IRS faz-se notar a partir do intervalo de declaração de rendimentos entre os 900 e os 2000 euros.

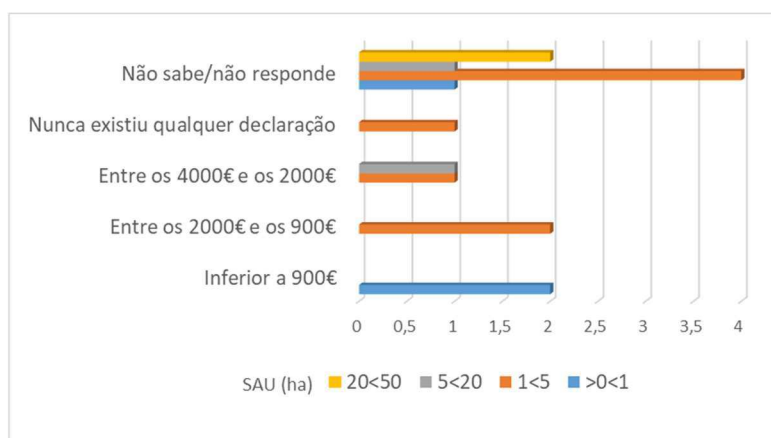
Figura 6.10 - Relação entre declaração de IRS e pagamento de impostos



O estudo refere que 54 % dos inquiridos não sabe ou não responde qual foi a sua última declaração de IRS. Muitos entregam a tarefa do IRS a outros com essa responsabilidade e não sabem ao certo quanto declaram, o que suscita alguma falta de organização pessoal para estes assuntos. Pode-se notar também por esta atitude um fugir à complicada burocracia. Contudo, de entre os pequenos agricultores inquiridos denota-se em 13 % que o valor mais alto declarado situa-se entre os 4000 e os 2000 euros e o valor mais baixo é inferior a 900 euros (Apêndice 8). Embora um grande número de inquiridos não tenha esclarecido que rendimentos declararam no seu último IRS, continua

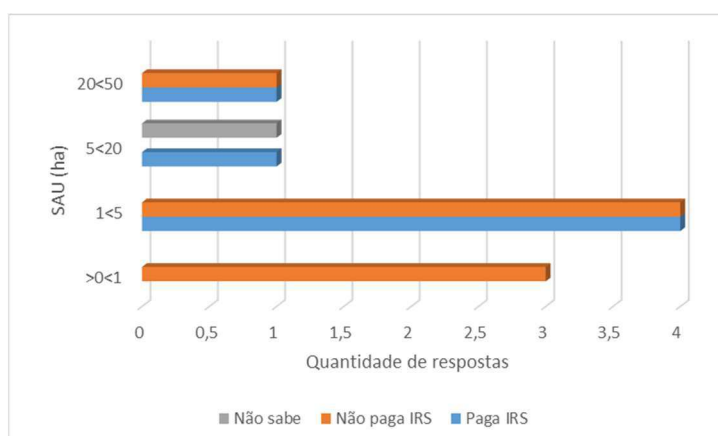
a ser possível observar pelo número de respostas uma correlação entre a menor SAU e a menor declaração de rendimentos, tal como demonstra a figura 6.11. As respostas estão numeradas de 0 a 4.

Figura 6.11 - Correlação entre declaração de rendimentos e SAU



A figura 6.12 correlaciona a comparação entre os inquiridos que disseram pagar IRS e a área de SAU que possuem. Quanto menor for a SAU, maior possibilidade de não pagar IRS. Reparamos que no intervalo de 1 a 5 ha começam a surgir casos de pagamento de IRS. Também é possível observar um caso em que mesmo com uma SAU superior a 20 ha não existe pagamento de IRS, mas, não sabemos nesse caso a declaração de rendimentos aferida.

Figura 6.12 - Correlação entre pagamento de IRS e SAU



O facto de se possuir uma SAU com alguma dimensão não quer dizer que se traduza em grandes rendimentos. Verifica-se que para este estudo de caso parece existir uma relação entre SAU, rendimentos conseguidos e pagamento de IRS.

A situação da organização mais comum entre todos os pequenos agricultores inquiridos é a de 93 % não fazer distinção de trabalhos conforme se trate de trabalhadores do género feminino ou masculino. A resposta demonstrada suscita que impera a igualdade entre homens e mulheres na relação com o trabalho, faltou saber neste estudo se a igualdade de géneros também se reflete no vencimento.

6.4. Gestão e política da exploração agrícola

Os pequenos agricultores também têm de optar por fazer a melhor gestão para o seu negócio, instalar os melhores recursos de forma a retirar o maior proveito da sua exploração e com a melhor estratégia que conseguirem. Atualmente existem políticas que podem influenciar as escolhas dos agricultores, pelo que a gestão das explorações combina-se com as políticas existentes. A Tabela 6.3 sintetiza algumas características mais evidenciadas pelos pequenos agricultores inquiridos.

Em relação a diferença de género, quanto à contratação de trabalhadores, reparamos em uma predominância do género masculino com 39 % das respostas.

A análise traduz uma grande existência da pequena agricultura familiar. O tipo de mão-de-obra mais praticado na exploração agrícola dos pequenos agricultores inquiridos é precisamente a mão-de-obra familiar, com 67 % das respostas. A maior vantagem identificada da pequena agricultura prende-se com o facto de poder ser uma produção para a família, com 25 % das respostas (Apêndice 9). Relativamente à ideia de envolver no negócio que envolve a sua pequena exploração outros membros não familiares, a resposta é completamente inequívoca, com 93 % dos inquiridos a preferir a não integração de membros não familiares.

Ao interrogar se existe intenção de conduzir o negócio para algo que possa garantir mais rentabilidade, os pequenos agricultores inquiridos mostram-se retraídos. A resposta mais equilibrada deste estudo diz respeito a 40 % afirmarem que têm o objetivo de maximizar os seus lucros, mas 47 % dizem que não estão interessados em aumentar os seus lucros e 13 % talvez estejam interessados em aumentar os seus lucros (Apêndice 9).

Tabela 6.3 - Gestão e política da exploração

Questão	Resposta	Proporção (%)
Tipo de mão-de-obra	Mão-de-obra familiar	67
Número de trabalhadores por género	Masculino	39
Integração do negócio com membros não familiares	Não	93
Objetivo de maximizar os seus lucros	Não	47
Estratégia de negócio	Não	54
Relação com alguma organização/associação	Não	56
O maior concorrente	Não sinto concorrência	67
Maior problema para a pequena agricultura	As alterações climáticas	35
Maior vantagem para a pequena agricultura	Produção para a família	25
Produtos com certificação de qualidade	Não	100
Modo de instalação	Extensivo ar livre	71
Sequeiro ou rega	De rega	60
Tipo de rega	Por gota-a-gota	48
Uso de fertirrigação	Não	64
Escoamento dos produtos	Mercados locais	48
Satisfação com as vendas	Satisfeito	73
Obtenção de subsídios	Não	60
Continuação da exploração agrícola	Devido a valor afetivo/complemento ao rendimento	33/33

Consequentemente, mesmo com a vontade demonstrada por alguns dos pequenos agricultores inquiridos em aumentar os seus lucros, 54 % não têm uma estratégia de negócio. O relacionamento com organizações ou associações para ajudar ao escoamento dos produtos e a aumentar o negócio não aparece como opção prioritária, uma vez que 56 % dos pequenos agricultores inquiridos não querem associações. Apesar da aparente inercia demonstrada pela gestão do negócio, 67 % dos inquiridos afirmam que não sentem concorrência e apenas 27 % conseguem identificar os grandes produtores como o seu principal concorrente (Apêndice 9).

O modo de escoamento da produção exposta pelos pequenos agricultores inquiridos é mais evidente em mercados locais com 48 % das respostas, seguindo-se a venda direta com 20 %. Apesar das dificuldades da pequena agricultura, 73 % dos inquiridos estão satisfeitos com a sua atividade, embora 60 % não obtenham subsídios.

O maior problema para a pequena agricultura apontado pela amostra deste estudo são as alterações climáticas, com 35 % das respostas, o que demonstra uma atenção dos inquiridos para o ecossistema. Em segundo plano encontram-se as pragas e as doenças com 19 % respetivamente.

O modo de instalação da produção agrícola mais utilizado pelos inquiridos é o extensivo ao ar livre, com rotação de culturas, representado por 71 % destes pequenos agricultores, seguindo-se o extensivo em estufa com 19 %. O modo de instalação intensivo ao ar livre efetuado de forma sucessiva e intensivo em estufa ocupam cada um 5 % das práticas. 60 % dos inquiridos menciona que efetua rega na sua exploração. O tipo de rega mais apreciado é de gota-a-gota com 48 % das preferências, seguindo-se os regos/sulcos com 20 % e 64 % não fazem uso de fertirrigação. 40 % usufrui de ambas as modalidades, de rega e sequeiro. (Apêndice 9).

Apesar de todas as dificuldades e benefícios que a pequena agricultura possa trazer, realça-se o valor afetivo e o complemento ao rendimento como causas para a continuação da pequena exploração, representado em ambos os casos por 33 % dos inquiridos, não muito longe dos 24 % que realçam a possibilidade de conseguirem ter uma vida económico-social mais estável (Apêndice 9).

6.5. Assuntos específicos

O questionário distribuído demonstrou as práticas mais utilizadas e as ideias mais reproduzidas num grupo de pequenos agricultores identificado, que vende os seus produtos em pontos de escoamento específicos na cidade de Beja. Com base na análise efetuada através do questionário proposto é possível resumir o perfil do alvo estudado, onde podemos encaixar as suas perspetivas e atitudes.

6.5.1. Relação social dos pequenos agricultores inquiridos

Realça-se que para os pequenos agricultores que constituem a amostra analisada, a maior vantagem para a pequena agricultura é precisamente produzir para a família. Contudo, os dados encontrados demonstram um perfil que se distancia das características de uma agricultura familiar tradicional, baseada apenas na experiência pessoal, em uma

mão-de-obra predominantemente familiar, num negócio familiar ou numa produção para a família. Estamos perante a junção de outras características consonantes com uma pequena agricultura familiar moderna, porque ostenta formação na área agrícola, enceta formações como a dos tratamentos fitossanitários, têm preocupação em utilizar um sistema de rega gota-a-gota, têm o objetivo de escoar os seus produtos em mercados locais, pretendem continuar com a sua exploração não só por motivos afetivos mas também para complementar os seus rendimentos e acrescenta-se que a maioria utiliza trator ou outra máquina agrícola. Complementa-se com o facto de a amostra representar uma grande percentagem de referências à comunicação da sua atividade nas finanças, bem como terem a posse do seu próprio terreno e embora para o caso estudado não existe vontade para integrar no negócio outros membros que não envolvam a família e o tipo de mão-de-obra predominante seja familiar, quando sentem necessidade também recorrem a outros tipos de mão-de-obra (Apêndice 9).

Através da leitura destes fatores e com base na posição da amostra com o mercado e o trabalho, consegue-se identificar a classe social dos inquiridos conforme o esquema de classes de Goldthorpe. Pelas suas características, os inquiridos parecem inserir-se num nível de classe intermédia IVc, descrito por reconhecer uma relação de emprego tanto por conta própria ou de empregador. Acrescentando-se que esta classe está destacada para os “agricultores e pequenos proprietários” e “outras pessoas com emprego próprio na agricultura”. Esclarece-se que Goldthorpe inclui onze localizações de classe comprimidas em três níveis: classe de serviços (I e II), classe intermédia (III a IVc) e classe trabalhadora (V a VIIb) (Giddens, 2004: 291).

6.5.2. Dedicção na pequena exploração dos inquiridos

A maioria dos inquiridos revela que trabalha na agricultura em período igual ou superior a 20 anos e dedica, diariamente, tempo inteiro à sua atividade de pequena agricultura. A maioria pretende dar continuidade à sua exploração agrícola, principalmente devido ao valor afetivo que sente pela atividade.

A maioria dos pequenos agricultores em atividade possuem o ensino básico e contam maioritariamente com a sua experiência pessoal na prática da pequena agricultura, mas também conjugam esse conhecimento com formações especializadas.

Para os pequenos agricultores inquiridos as alterações climáticas são entendidas como

o maior problema para a pequena agricultura. O conjunto das preocupações que sentem compreende o receio pela falta de água e a utilização de produtos químicos.

6.5.3. Gestão de negócio dos inquiridos

Para a maior parte dos inquiridos a pequena agricultura não é o seu único sustento. As finanças têm conhecimento da sua atividade, não costumam pagar IRS mas não conseguem ser claros quanto aos rendimentos que declaram. Não existe uma tendência clara por parte deste grupo de pequenos agricultores para colocar como objetivo prioritário maximizar os seus lucros, pelo que também não demonstram a intenção de possuir uma estratégia de negócio que proporcione o maior encaixe financeiro possível.

Não pretendem associações e também não sentem concorrência. Preferem o mercado local para se relacionarem com o comprador e demonstram-se maioritariamente satisfeitos com as suas vendas e atividade.

Os pequenos agricultores que englobam a amostra têm uma origem não demasiado longe do local de escoamento. A maioria dos terrenos fica na união de freguesias de Santiago Maior e São João Batista em Beja, o que pode traduzir-se em frescura dos produtos. Os locais de venda prediletos dos inquiridos são bastante chamativos tanto para os habitantes locais como para os turistas, que param e compram os seus produtos, principalmente no Mercado de Santo Amaro. Este tipo de comportamento parece retratar uma pequena agricultura de proximidade. O espaço rural inter-relaciona-se com o espaço urbano para abastecer os bens alimentares que produz, levando-os aos consumidores numa relação de troca entre campo e cidade.

A obtenção de algum subsídio poderia servir para sustentar melhor o negócio mas grande parte dos inquiridos não recebe nenhum tipo de subsídio derivado da sua atividade. A pequena agricultura desenvolvida pelos pequenos agricultores que completam a amostra em estudo parece praticar uma economia social, porque não tem como “objetivo principal o lucro, sendo o lucro geralmente desenvolvidas por associações ou cooperativas” (Porto Editora, 2008).

Embora o género mais representado e com maior número de trabalhadores empregados seja o masculino, não existe distinção do trabalho agrícola conforme as distinções de género.

6.5.4. Gestão da exploração dos inquiridos

As explorações agrícolas de pequena agricultura representadas na amostra são maioritariamente geridas por indivíduos na faixa etária de idade igual ou superior a 65 anos. A produção animal é bastante reduzida, mas evidencia um maior número de produção de galinhas ou outras aves. Existe um grande número de produção vegetal onde sobressaem as hortícolas. A cultura permanente mais saliente é o olival e relativamente às culturas temporárias no período de outono-inverno os pequenos agricultores inquiridos destacam o cultivo de couves, enquanto no período de primavera-verão destacam o melão. De um modo geral praticam um modo de instalação extensivo ao ar livre, com rotação de culturas, com rega gota-a-gota e sem uso de fertirrigação. A maioria dos inquiridos desconhece o tipo de solo que possuem na sua exploração. Os pequenos agricultores inquiridos demonstram que usufruem de trator em qualquer SAU mencionada.

O grupo de pequenos agricultores representado no estudo não demonstra estar a desenvolver uma agricultura de subsistência, porque embora possuam características desse tipo de agricultura, como a procura da estabilidade de um rendimento, a segurança do agregado familiar, o pouco uso de fertilizantes ou a utilização preferencial de força de trabalho familiar. Também apresentam métodos de cultivo que não se mostram apenas tradicionais nem rudimentares, todos os inquiridos demonstram trabalhar com alguma tecnologia como máquinas agrícolas e a maioria manuseia o trator, incluindo a utilização de um sistema de rega gota-a-gota e a maioria faz o escoamento dos seus produtos para o mercado local, apesar da atividade de pequena agricultura não se mostrar como o seu único sustento.

7. Conclusão

Embora alguns pequenos agricultores possuam um conhecimento familiar intergeracional, surgem mecanismos que os capacitam com outros tipos de aprendizagem. A pequena agricultura, tal como qualquer organização, sente as influências do meio onde está envolvida que, por sua vez, afetam as atitudes dos pequenos agricultores. A definição de pequena agricultura sujeita-se às mudanças ideológicas históricas e políticas. Está envolvida por fatores de natureza política, económica, financeira, social e de ecossistema. A agricultura não consegue evoluir sem este tipo de estímulos ou intervenção política e administrativa, no entanto, dificilmente a pequena agricultura consegue originar rendimentos suficientes e por esse motivo, muitos pequenos agricultores procuram outras fontes de rendimento.

Os pequenos agricultores portugueses podem usufruir de três regimes: ou as suas características vão de acordo com o regime forfetário, que proporciona recompensas ao nível do IVA e entende que os rendimentos declarados para a pequena produção têm de corresponder a um limite máximo entre os 10 000 e 12 500 euros; ou está de acordo com um regime simplificado, que aporta benefícios relacionado com a não tributação após declaração de rendimentos do agregado familiar até aos 22 751,28 euros em 2017; ou condizem com o regime de pequena agricultura, que recorre a pagamentos diretos comunitários, que em Portugal o governo decidiu em 2017 ser de 600 euros anuais, sendo um dos requisitos principais possuírem no mínimo 0,5 ha.

A pequena agricultura pode todavia ser separada em explorações muito pequenas e explorações pequenas. O que faz com que a exploração agrícola seja tida como pequena prende-se aos critérios da sua dimensão económica.

O estudo aludiu que a pequena agricultura representada na amostra retrata hábitos adquiridos por uma geração envelhecida e de baixa escolaridade que, por estar em maioria, denota a reprodução de um contexto cultural característico desta atividade agrícola. Todavia nota-se uma ligação muito forte à agricultura familiar moderna, mais sofisticada. A amostra também representa uma agricultura de proximidade, com produtos tradicionais, de produção vegetal. A situação com o mercado encaixa no contexto local e regional, principalmente porque não existe apenas preocupação em alimentar o agregado doméstico, a produção é também destinada ao consumo urbano. Os inquiridos preferem escoar os seus produtos em mercados locais ou por venda direta e os seus produtos podem

fazer a diferença pela variedade e qualidade. Devido às características apresentadas, mais viradas para a venda que para o consumo familiar, a amostra não representa a agricultura de subsistência.

A amostra representa uma atividade na pequena agricultura vista como um complemento ao rendimento ou como um modo de vida, muito devido ao gosto pelo trabalho na terra. O rendimento mais alto declarado neste estudo situa-se entre os 4000 e os 2000 euros, mas a maior parte desconhece a sua contabilidade. O estudo demonstra que quanto mais baixos forem os rendimentos conseguidos maior a probabilidade de não pagarem impostos, pelo que esse valor ronda as declarações de rendimentos de 900 euros. Persiste um contrassenso quando os pequenos agricultores inquiridos não demonstram vontade de maximizar os seus lucros e não querem associações, mas, demonstram satisfação pela sua atividade. Esta atitude traduz-se em uma economia social, reforçada pelo apego à prática agrícola.

A SAU mais comum encontrada neste estudo situa-se entre 1 ha e menos que 5 ha e a maioria possui os seus próprios terrenos. O conjunto de características apresentadas pelos pequenos agricultores da amostra revelam que pelo esquema de classes sociais de Goldthorp inserem-se num nível de classe intermédio IVc.

Existiu neste estudo uma grande dificuldade em encontrar bibliografia com uma exposição precisa sobre o tema abordado. Foi também sentida dificuldade em encontrar disponibilidade por parte de eventuais entrevistados, pelo que as três entrevistas exploratórias foram as possíveis, sendo também preparada uma entrevista descritiva para ajudar a entender as questões financeiras. O estudo acabou por ficar limitado em termos de tempo para aumentar a amostra e combinar mais variáveis. A maioria dos pequenos agricultores que preencheram o questionário foram abordados no próprio local de venda, perturbando a sua concentração, embora tenha possibilitado uma participação observante e que alguns pequenos agricultores tenham partilhado histórias de vida. A questão nº 25 do questionário não foi mencionada no estudo porque considerou-se que não foi formulada de uma forma clara e precisa.

Para próximos estudos deste género, recomenda-se a elaboração de uma entrevista exploratória ao IFAP para um melhor esclarecimento relativamente ao subsídio do regime de pequena agricultura. As entrevistas por questionário a pequenos agricultores devem salvaguardar a correta e precisa interpretação das perguntas, o questionário deve ser curto e de resposta direta. Em alternativa podem ser efetuadas entrevistas exploratórias aos pequenos agricultores por forma a ficar um registo diferente da sua perspetiva.

Referências Bibliográficas

Autoridade tributária e aduaneira (2014) *Regime forfetário dos produtores agrícolas*, artigos 59.º-A a 59.º-E do Código do IVA, aditados pelo n.º 1 do art.º 198.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Autoridade tributária e aduaneira (2016) *Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares*, Decreto-Lei n.º 41/2016, de 01 de agosto.

Autoridade tributária e aduaneira (2016) *Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado*, Lei n.º 36/2016, de 21 de novembro.

Barros, V. C. e J. B. Ramos (2005) *Evolução da Família Agrícola*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas.

Câmara Municipal de Beja (2009) *O Concelho de Beja* [Online]. Disponível em: https://www.ipbeja.pt/eventos/em.cantos/Documents/concelho_beja.pdf, [Acedido em: 30 de junho de 2016].

Câmara Municipal de Beja (2013) *Diagnóstico social do concelho de Beja '13. Rede social do concelho de Beja* [Online]. Disponível em: http://www.cm-beja.pt/docs/PDFs/GDS/DS_2013.pdf, [Acedido em: 06 de setembro de 2017].

Cardoso, A. e M. C. Silva (2015) *Crise e impactos da crise em espaços rurais: o caso de uma aldeia do noroeste de Portugal*, VI Congresso de Estudos Rurais [Online]. Disponível em: http://cer2015.sper.pt/wp-content/uploads/2015/06/Crise-e-impactos-da-crise-em-espacos-rurais_-o-caso-de-uma-aldeia-do-noroeste-de-Portugal.pdf, [Acedido em: 03 de agosto de 2017].

Carvalho, L. (2004) *Reforma Agrária da utopia à realidade*, Porto, Campo das Letras – Editores, S.A.

Cerqueira, J. (1992) *Solos e clima em Portugal*, Lisboa, Clássica Editora.

Clara, A. (2015) *Regime forfetário dos produtores agrícolas: conheça as regras e prazos* [Online], Agronegócios. Disponível em: <http://www.agronegocios.eu/noticias/regime-forfetario-dos-produtores-agricolas-conheca-as-regras-e-prazos/>, [Acedido em: 03 de outubro de 2017].

Comissão Europeia (2011) *Proposta de regulamento do parlamento europeu e do concelho relativo ao financiamento, à gestão e à vigilância da política agrícola comum*, Bruxelas.

Comissão Europeia (2012) *A Política Agrícola Comum. A história continua*, Luxemburgo, Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Diário da República, 1ª série – Nº27 – 09 de fevereiro de 2015, Portaria nº 25/2015.

Diário da República, 1ª série – Nº41 – 27 de fevereiro de 2015, *Portaria nº 57/2015*.

Diário da República, 1ª série – Nº71 – 13 de abril de 2015, *Portaria nº 107/2015*.

Diário da República, 1ª série – Nº29 – 11 de fevereiro de 2016, *Portaria nº 24-B/2016*.

Diário da República, 1ª série – Nº101 – 25 de maio de 2016, Portaria nº 152/2016.

European Commission (2011) What is a small farm? *EU Agricultural Economic Briefs*, Brief Nº 2, 1-11.

European Commission (2017) *Soil Map Portugal - Carta dos solos de Portugal* [Online], European Soil Data Centre (ESDAC). Disponível em: <https://esdac.jrc.ec.europa.eu/content/soil-map-portugal-carta-dos-solos-de-portugal-3>, [Acedido em: 23 de outubro de 2017].

Franco P. e J. Carrapiço (2013) *Regras de emissão e comunicação de guias de transporte e faturação*, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Freire, D., I. Fonseca e P. Godinho (2004) *Mundo Rural Transformação e Resistência na Península Ibérica*, Lisboa, Edições Colibri.

Giddens, A. (2004) *Sociologia*, 4ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (2015) *Regime da Pequena Agricultura* [Online], Ministério da Agricultura e do Mar. Disponível em: http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico_recursos/GC_RP_ajudas/Regime%20da%20Pequena%20Agricultura/Flyer_Pequena%20Agricultura_FINAL_REV.pdf, [Acedido em 13 de junho de 2017].

Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2014) *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013*, Lisboa, Statistics Portugal.

Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2016) *Estatísticas Agrícolas 2015*, Lisboa, Statistics Portugal.

Jornal Oficial da União Europeia (2008) Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Estratégia para as regiões ultraperiféricas: Progressos alcançados e perspectivas futuras».

Jornal Oficial da União Europeia (2010) Versão consolidada do tratado sobre o funcionamento da união europeia.

Jornal Oficial da União Europeia (2013) Regulamento (UE) N° 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013, L 347/608 - L 347/670.

Marques, A. P. (2016) Contribuições da Sociologia para a Análise sobre o Espaço, *Desenvolvimento e Sociedade*, nº1, 93-117.

Moreira, U. (2013) *Práticas de Solos*, Porto, Publindústria, Edições Técnicas, Lda.

Myfarm (2017) *My Farm certificado como ES+* [Online], Adelaide.farm. Disponível em: <http://www.adoteumagricultor.com/>, [Acedido em 19 de maio de 2017].

Notícias (2014) *Frutas e legumes a preço justo* [Online], Deco Proteste. Disponível em: <https://www.deco.proteste.pt/familia-consumo/supermercado/noticias/frutas-e-legumes-a-preco-justo>, [Acedido em 03 de outubro de 2017].

Perista, H. e S. Nogueira (2013) *Empresas sociais em Portugal: Uma breve análise com base em estudos de caso* [Online], Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/dpr4616dcd72e64e_1.pdf, [Acedido em 20 de setembro de 2017].

Porto Editora (2008) *Dicionário da língua portuguesa*, Porto, Dicionários Editora.

Plano Diretor Municipal (2014) *Agricultura e desenvolvimento rural* [Online], Câmara Municipal de Beja. Disponível em: [http://www.cm-beja.pt/docs/PDFs/DPO/PDM_2014/2ElementosAcompanhamentoPDM/k\)EstudosCaractDiagnostico/Vol2_AgriculturaCaracterizacao.pdf](http://www.cm-beja.pt/docs/PDFs/DPO/PDM_2014/2ElementosAcompanhamentoPDM/k)EstudosCaractDiagnostico/Vol2_AgriculturaCaracterizacao.pdf), [Acedido em 09 de junho de 2017].

Queiroz, M. C. (2017) Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da Construção Civil do Nordeste de Portugal, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 13, 19-55.

Rebelo, J. (2014) *Império do sol, a questão da agricultura*, Lisboa, Edições Colibri.

Ribeiro, A. L. (2011) *Valorização do cabrito da gralheira IGP: estudo exploratório junto dos consumidores*, Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Ciências do Consumo Alimentar, Universidade Aberta.

Rua, O. L. e J. S. Pinto (2014) *Empreendedorismo e Plano de Negócio no Setor Agrícola*, Porto, Vida Económica.

Santos, J. L., I. Carmo, P. Graça e I. Ribeiro (2013) *O futuro da alimentação: Ambiente, saúde e economia*, Fundação Calouste Gulbenkian.

Schmidt, L., M. Truninger e J. G. Ferreira (2015) Entre a terra e a tecnologia, *Gazeta Rural*, nº 252, 18.

Silva, A. R. (2014) *A pequena agricultura está a sair do armário* [Online], Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/11/08/economia/noticia/a-pequena-agricultura-esta-a-sair-do-armario-1675592>, [Acedido em 09 de junho de 2017].

Silva, C. P. e P. Franco (2015) *Manual de Boas Práticas Fiscais para Pequenos Agricultores*, CAP Agricultores de Portugal, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Silva, M. C. (2012) *Sócio-antropologia rural e urbana. Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*, Porto, Edições Afrontamento.

Sousa, J. M. S. (2011) *A Reforma Agrária em São Manços*, Évora, Cooperativa Agrícola de Produção Unidade dos Trabalhadores Agrícolas de S. Manços, CRL.

Apêndice 1

Requerimento para Direção de Finanças de Beja

Artur Daniel dos Santos Ortiz Rodrigues

Rua xx, n° xx, xx.

7800-xxx Beja

Tlm: xxxxxxxx

Exmos. Senhores

Sou um estudante do Mestrado de Agronomia da Escola Agrária do Politécnico de Beja com o número de aluno 15628 e neste momento estou a preparar a minha tese relativa ao conhecimento e comportamento do Pequenos Agricultores das freguesias de Santiago Maior e São João Batista do concelho de Beja.

Para conseguir uma maior consideração e o mais correto possível com os dados que possa apresentar venho por este meio pedir a V. Ex^{as} a possibilidade de me ser fornecido para fins estatísticos a quantidade total de pequenos agricultores com produção vegetal registados e possíveis contactos para efetuação de questionários.

Atenciosamente

Artur Ortiz Rodrigues

Apêndice 2

Modelo de entrevista exploratória

1. O que entende por Pequeno Agricultor?

2. Ambiente

O programa de desenvolvimento rural (PDR 2020) estabelece linhas que pretendem melhorar a gestão dos recursos naturais, proteção do solo, água, ar, biodiversidade e paisagem.

2.1 Relativamente ao ambiente, qual a preocupação do pequeno agricultor com:

2.1.1 A biodiversidade?

2.1.2 A Gestão da água, fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos?

2.1.3 E erosão do solo?

3. Quais as principais dificuldades do pequeno agricultor?

4. O que produzem?

5. Que quantidades produzem?

6. Como fazem o escoamento do que produzem?

7. A pequena agricultura ainda representa um lugar importante na estrutura económica do Alentejo? Possui dados estatísticos que o representem?

8. Acredita que uma nova reforma agrária para o Alentejo poderia ser benéfica para a região e em particular para os pequenos agricultores?

9. Quem são e o que fazem os intermediários?

Apêndice 3

Entrevista Exploratória

MyFarm

19/05/2017

Entrevistador – O que entende por Pequeno Agricultor?

Luís Guerreiro – Eu, na minha tese estou a definir como pequeno agricultor, com base nos projetos que foram feitos também, tens duas hipóteses, ou fases a definição de pequeno agricultor pela área de produção e aí assumes que o pequeno agricultor é um produtor com uma área de produção de menos de 5 ha total ou então pelo rendimento anual que é menos de 8000 euros por ano.

Luís Luz – Pelos dados do INE.

Luís Guerreiro – E isso é o que eu estou a usar como padrão e é o que normalmente pelo que tenho encontrado é o que os define. Ou um ou outro.

Entrevistador – Pois, não há mais hipóteses porque eu realmente também tinha chegado a essa conclusão. Eu não ia pela produção do terreno pelo tamanho do terreno mas sim ao que eles ganham e ao que eles declaram no IRS.

Luís Guerreiro – Isso também é complicado, porque tu depois podes ter terrenos pequenos que têm produções muito rentáveis.

Entrevistador – Por isso não vou para a hipótese do terreno.

Luís Luz – É complexo. Mesmo os que ganham menos de 8000 euros podem ter uma atividade secundária bem mais rentável e fazem daquilo uma brincadeira e ganham 8000 euros. Por exemplo, o Sr. Sardinha é um caso disso, por um lado é um pequeno agricultor mas por outro lado ele está na reserva da força aérea, portanto, ele próprio já me disse que se quisesse não estava naquilo. Ele está naquilo porque gosta, há um gosto pela lidação à terra. É algo muito complexo.

Entrevistador – Mas para ser considerado pequeno agricultor tem de haver uma dedicação apenas à pequena agricultura?

Luís Luz – Isso é muito redutor também, porque isso era válido se calhar à umas décadas, agora com a baixa que houve de rentabilidade dos pequenos agricultores muitos deles foram obrigados a ter uma atividade secundária e se tu retiras esse item da equação então a pequena agricultura desaparece.

Entrevistador – Então um pequeno agricultor não consegue viver apenas da pequena agricultura?

Luís Luz – A maior parte deles não. Da nossa experiência, a “Alice”, que é a gestora da “Myfarm”, anda na zona rural de Lisboa e Margem Sul à procura de pequenos agricultores e andei também pelo Algarve e a realidade é semelhante em todo o país. Os pequenos agricultores têm muita dificuldade em escoar os seus produtos e em obter rentabilidade dos mesmos e posso dizer mais, é um problema não só nacional. Em março estivemos na Polónia e deparamo-nos exatamente com a mesma situação.

Entrevistador – Creio que os pequenos agricultores têm uma ajuda anual de 500 Euros pela PAC em Portugal.

Luís Luz – Não ponho em causa, pode ser ignorância minha mas nunca ouvi falar. Se isso existe, e eu acredito que possa existir, ninguém sabe que tem essa benesse. Eu não conheço que algum agricultor receba.

Entrevistador – Os pequenos agricultores têm um baixo índice de produtividade?

Luís Luz – Não. Tudo ao contrário aí. Essa é a ideia que 99,9 % da população tem sobre a pequena agricultura e é exatamente o contrário. Estamos a falar de quantidade não estamos a falar de rendimento. O pequeno agricultor é muito mais produtivo que o médio agricultor ou o grande agricultor, estamos a falar por área de terreno, por razões óbvias há uma mão-de-obra muito mais intensiva e o pequeno agricultor está sempre em cima das culturas, está sempre a ver se tem ervas, se a planta morre, se morre ele planta outra etc. Na grande agricultura isto não acontece. Em uma seara que por algum motivo não cresce não vai lá plantar outra vez. Há estudos que dizem que a pequena agricultura pode

perfeitamente alimentar o mundo, daí não fazer sentido a pequena agricultura estar a desaparecer, muito pelo contrário devia estar a ser incentivada.

Entrevistador – Há quem diga que a reforma agrária não devia ter acabado, devia ter-se moldado. Existiram ideias mais assertivas que deviam ter continuado.

Luís Luz – Isso é uma questão política. Aqui no Alentejo há o trauma da reforma agrária, isso é mais evidente aqui do que por exemplo na região onde vivo o Ribatejo. Esse trauma da reforma agrária faz com que por exemplo haja aqui na região uma muito maior dificuldade dos pequenos agricultores trabalharem em conjunto do que em outras zonas do país, ou seja, por norma o agricultor já é uma pessoa que tem alguma dificuldade a associar-se a outra isso é evidente em vários estudos em termos sociais. Com a reforma agrária houve a ocupação de várias herdades, algumas com algum sentido, outras sem muito sentido, mais por questões políticas e vinganças. Essas ocupações foram de certa forma realizadas pelo estado e foram criadas as UCP, Unidades Coletivas de Produção. Essas UCP eram geridas por trabalhadores rurais, algumas delas tinham à sua frente pequenos agricultores que já tinham alguma noção de gestão de exploração mas a maior parte deles não tinham grande noção de como seria uma exploração agrícola, e o que aconteceu? Aquilo que naturalmente teria de acontecer, não deu em nada, implodiu porque existia a ideia de “somos todos iguais, mandamos todos e ninguém manda” e não havia hierarquias. Esta inclusão principalmente no Alentejo deu origem a um grande desconforto depois entre os agricultores. Quando se fala agora em associação nota-se um histórico que pesa ainda muito aqui no Alentejo e eles não se querem associar, não só porque naturalmente têm algumas dificuldades mas também por causa dessa história.

Entrevistador – Mas será que esse receio também se reflete nos pequenos agricultores mais novos?

Luís Luz – Eu acho que já há alguma mudança. Pelos contactos que nós temos tido eu sinto que nos mais novos já existe uma maior abertura. A geração pós 25 de abril está a desaparecer portanto a nova geração já tem outra mentalidade.

Luís Guerreiro – A malta mais nova está mais aberta para trabalhar em conjunto com outros trabalhadores. Por exemplo uns produzem umas coisas outros outras, está mais

aberto a isso enquanto os produtores mais antigos são mais reticentes, é mais difícil convencê-los de que é esse o caminho.

Luís Luz – Claro. É esse o caminho para conseguirem por exemplo obterem o tal poder comercial que não têm. Por exemplo em França um grupo de consumidores contacta o agricultor para que ele alimente esse grupo de consumidores, eles escolhem o que querem, em outros sítios um grupo de pequenos agricultores junta-se e vai produzir para certos restaurantes, os restaurantes dizem o que querem e eles experimentam produzir. O truque é que os pequenos agricultores se juntem e que realmente possam produzir em variedade e de acordo com as necessidades.

Luís Guerreiro – A variedade vem do grupo. A ideia é não haver uma competição entre eles. Cada um produz algo diferente.

Entrevistador – Uma outra questão que tenho está relacionada com o ambiente, será que eles têm preocupação com a biodiversidade, fitofarmacêuticos...?

Luís Luz – São obrigados pela sua vida, porque se eles não têm em conta a proteção dos seus terrenos, da biodiversidade envolvente, da paisagem onde estão inseridos a sua atividade não vai durar muito tempo. Se os solos esgotam o pequeno agricultor morre.

Luís Guerreiro – Inconscientemente está preocupado com o ambiente, mesmo que não tenha noção.

Luís Luz – Se pensarmos nos olivais superintensivos toda a gente sabe que daqui a uns anos é arrancar tudo e esperar para ver se a terra recupera. Um pequeno agricultor não pode fazer isso se não morre à fome daqui a uns anos.

Entrevistador – O pequeno agricultor sabe disso por experiência própria?

Luís Luz – O pequeno agricultor tem uma prática de gerações e já sabe como as coisas se processam e que tem de ter cuidado com a terra e com a água.

Entrevistador – Então os vossos pequenos agricultores já herdaram o seu ofício dos seus pais?

Luís Luz – Nos mais velhos é uma questão geracional. A Alice fica chocada a ouvir as pessoas com 50 e tal anos 60 com filhos novos e quando ela pergunta: Então não gostava que o seu filho continuasse a atividade? E eles dizem não, isto não é vida. Por outro lado também gostam daquilo que fazem, não querem isso para os filhos mas como também não conhecem outra forma de viver e há um grande apego à terra, que depois também se liga a questões ambientais, é muito difícil para eles desistir, o desistir para eles é já numa fase de desespero e infelizmente já existe pequenos agricultores desesperados.

Entrevistador – Parece que está a surgir uma vontade de regressar à terra.

Luís Luz – Está, a crise provoca o regresso, mas eu só acredito no regresso daqui a uns tempos. Porque muitas pessoas regressam ao campo mas depois não sabem que têm de trabalhar. Trabalhar no campo às vezes não é pera doce. Quero esperar uns anos para realmente saber se esse regresso ao campo fixou pessoas ou se foi só uma experiência.

Entrevistador – Esses agricultores também são capazes de gerar postos de trabalho?

Luís Luz – Depende, por exemplo na agricultura biológica os rendimentos, como está na moda, são um bocadinho superiores e consegue-se.

Luís Guerreiro – Podem-se ter duas situações que eu tenha conhecimento. Na agricultura biológica pelos rendimentos serem mais altos consegue-se e precisa-se de apoios porque é complicado para uma pessoa só e temos uma outra situação de produtores que são mais velhos e já não conseguem chegar ao campo todo, como é o caso do Sr. Francisco, precisam de arranjar encarregados, ou seja, pessoas que a mando deles fazem o que eles querem. Não é um emprego mas são apoios como por exemplo na altura da apanha ou para podas.

Entrevistador – Quais são as maiores dificuldades sentidas pelos pequenos agricultores?

Luís Guerreiro – Para o pequeno agricultor é mesmo o escoamento dos produtos. A resolução desse problema aqui na região passa muito por contactos pessoais, vendem no mercado...

Luís Luz – Por vezes vão bater à porta do Intermarché por exemplo. Mas de qualquer maneira têm dificuldades em escoar e nessas grandes superfícies têm dificuldades em obter um preço que seja justo, é muito complicado e às vezes aparecem intermediários a oferecer preços. Os agricultores à volta de Lisboa, margem Sul são muito pressionados por intermediários. Conhecemos situações de um pequeno agricultor que diz: Se me oferecem esse preço, prefiro entregar os produtos a uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), perder por perder prefiro que vá fazer bem a alguém. Como os pequenos agricultores não se juntam, não têm força para definir um preço acontece situações deste tipo.

Luís Guerreiro – Não é o produtor que define o produto, é a empresa que obriga o produtor a vender a determinado preço, muitas vezes está sujeito a isso se quer continuar.

Entrevistador – O que produzem os pequenos agricultores das freguesias de Santiago Maior e São João Baptista em Beja?

Luís Guerreiro – Do que conheço dos pequenos produtores não se consegue dizer o que produzem mais. Isto porque normalmente os pequenos produtores são caracterizados por variedade de produto, ou seja, não há a especificação do produto. Por exemplo, eles em 5ha são capazes de ter se calhar dez variedades de produtos diferentes, não há a tal especificação do produto. Isso acontece mais em produtores que fazem contratos com grandes superfícies, por exemplo com a SONAE em que lhes diz assim: O que o Sr. vai fazer é tem um terreno com potencialidade para produção de alface então faça a alface segundo estes parâmetros e se a alface tiver este tamanho esperamos que tenha determinada produção, tudo super controlado. Fazem um contrato de estimação. Isto em produções extensivas, na pequena produção não é tão fácil dizer qual é o produto mais produzido. Há uma tendência para haver uma maior variedade de produtos numa menor área de produção, ou seja, o terreno é mais aproveitado. Não consigo dizer exatamente o que se produz mais mas na região que eu saiba há muita produção de alface, tomate, abóbora, couves, laranja...

Luís Luz – Desde que haja água. Os prados são espetaculares, para hortícolas é do melhor.

Luís Guerreiro – Aqui temos a vantagem que se pode produzir tudo. Resumindo, o que se produz mais? Não consigo dizer. A tendência é para haver mais variedade na pequena produção.

Entrevistador – Há mais variedade na pequena produção?

Luís Luz – Os pequenos agricultores têm de produzir em variedade se não estão tramados.

Luís Guerreiro – Imagina que um produtor vai ao mercado e só vende produtos seus e só vende alface, ao consumidor não lhe interessa comprar só alface. Tens de garantir uma variedade de produtos para chegar lá e dizer: tenho isto, compre o que quiser.

Luís Luz – Por exemplo o Sardinha tem pouca variedade de produtos seus, então o que faz? Compra em outros sítios os produtos e tem a bancada composta com vários produtos e está à espera dos seus e vai gerindo o *Stock* das compras que ele faz à medida que vai tendo mais produção sua e diminuindo o que compra.

Luís Guerreiro – Isto se calhar até é pressão dos próprios consumidores. O produtor adapta-se ao mercado. O consumidor está à espera de quando chega a um sítio ter uma grande variedade de produtos.

Luís Luz – A *Alice* está toda orgulhosa porque ontem foi contactada por uma produtora de Palmela e essa agricultora telefonou-lhe hoje a agradecer, é uma pessoa nova, porque desde que ela lá foi, ontem, o pai dela anda com um novo ânimo e anda mais entusiasmado com a atividade porque vê aqui um interesse e uma possível via para o escoamento do produto. Para veres como é que o pequeno agricultor está desesperado, até telefona a agradecer o nós lá irmos. Por um lado é bom, mas por outro mostra o desespero que existe.

Entrevistador – Será que a pequena agricultura ainda representa um lugar importante na estrutura económica do Alentejo?

Luís Luz – Do Alentejo e do País. Cada vez estou mais convencido, quanto mais me informo sobre a pequena agricultura mais convencido eu fico de que tem de ser o futuro, tem de haver um investimento do país na pequena agricultura.

Entrevistador – E sente que há esse apoio?

Luís Luz – Não, de todo. A Comissão Europeia fala muito mas em termos de ações concretas pouco tem sido feito. Tem havido algumas experiências, isto funciona um pouco por tentativa e erro na minha perspetiva e não devia ser assim, há muita pressão por parte da grande agricultura industrial, dos grandes grupos o que é normal e se calhar essa pressão faz com que realmente não haja uma aposta concreta e incisiva sobre a pequena agricultura e temos de ser depois nós empresas que tentam encontrar aqui um nicho de mercado e achamos que há aqui um nicho de mercado e tentamos fazer a ligação que falta fazer entre os pequenos agricultores e os consumidores, enquanto no meu entender deveria ser o próprio estado a fazer essa ligação, o próprio estado e a própria comunidade.

Entrevistador – Será que essa dificuldade advém da ideia que surgiu no princípio dos anos 90 de que o pequeno agricultor era aquele que não queria trabalhar muito?

Luís Luz – Sim.

Entrevistador – E agora parece que há a ideia de querer ressuscitar o pequeno agricultor?

Luís Luz – Sim. Mas eu acho que ainda estamos muito na teoria. Na prática o pequeno agricultor continua a fugir, continua a desaparecer.

Apêndice 4

Entrevista Exploratória

ACOS

30/06/2017

Entrevistador – Podemos começar por falar um pouco da ACOS.

Claudino Matos – Sim. Tem à volta de 1500 associados com atividades muito diversificadas. De início começou por ser uma associação só de criadores de bovinos e há medida que os tempos foram passando outras atividades se foram adicionando ao tipo de trabalho que nós fazemos. Nós temos um agrupamento de defesa sanitário que foi criado também desde o início com o objetivo de cumprir os problemas sanitários nacionais que são obrigatórios junto dos associados que têm animais, depois temos um laboratório veterinário que presta também apoio não só aqui ao agrupamento onde temos a nossa associação mas também a algumas associações e alguns agrupamentos aqui da região por forma a fazer análises variadas que têm a ver com o plano nacional de sanidade animal que faz o recolher das análises obrigatórias para esta ADS aqui de Beja assim como alguns limítrofes aqui à volta, depois temos, fruto do desenvolvimento aqui da região e principalmente do regadio, resolveu a associação fazer um laboratório de azeitona e azeite. É a atividade mais recente que temos devido à importância que o olival começou a ter aqui na região. Basicamente o que a associação tem vindo a fazer ao longo dos tempos é ir criando serviços à medida que eles vão sendo necessários, ou seja, prestação de serviços para os associados para dar resposta ao que os associados necessitam. Sentiu-se a necessidade relativamente ao olival de haver aqui um laboratório que fizesse análise do azeite, então nós fizemos esse investimento. Depois, é uma associação sem fins lucrativos que basicamente o que faz é prestar serviços aos associados. Entrando um bocado na pequena e grande agricultura, os associados são de uma mais diversificada natureza, temos associados que são pequenos agricultores, empresas agrícolas com alguma dimensão, algumas até internacionais no caso de empresas espanholas que se instalaram aqui com o olival e há aqui um leque enorme de dimensão em termos de associados e nós dentro desta diversidade que existe tentamos oferecer os serviços que vêm sendo requisitados. Por exemplo, um dos serviços que nós prestamos

para além daquilo que já falei fazemos também as candidaturas dos vários agricultores, ou seja, as candidaturas às ajudas da PAC, portanto, temos um conjunto de agricultores que vêm aqui, tanto pequenos como grandes e nós fazemos aqui todo o procedimento de entrar na plataforma e fazer toda a documentação, tudo o que estiver associado à candidatura nós fazemos aqui. Outro serviço que fazemos também é, que surgiu principalmente com o desenvolvimento do regadio, foi o apoio aos regantes, portanto, nós temos uma equipa que conjuntamente com outras entidades da região fazem a certificação dos regantes, portanto, há uma legislação que está em vigor que exige que um agricultor que faça regadio e que concorra a ajudas comunitárias tem de ter um certificado de regante, tem de ter uma certificação de regante e a nossa organização está a fazer esse tipo de serviço. Uma outra necessidade que surgiu recentemente com esta questão do regadio foi a inspeção de pulverizadores, ou seja, os pulverizadores cada vez estão sendo mais utilizados no combate a pragas e doenças, fitofármacos na agricultura mais intensiva de regadio e então nesse sentido o que se tem vindo a fazer é criarmos aqui um centro de inspeção de pulverizadores, temos uma equipa de três técnicos neste momento que se deslocam à exploração e fazem a inspeção. Portanto, para além de tudo o que é identificação animal, registos animais, tudo o que é obrigatório por lei, dos nossos criadores de animais terem os registos em dia, os nascimentos dos animais que têm de ser declarados, os animais que são vendidos têm de se passar guias, enfim, todo esse trabalho nós proporcionamos aos associados. Basicamente e não é pouco, este trabalho tem 50 e tal pessoas em contrato, tem um sector de formação profissional também a associados e não só para as áreas agrícolas e florestal e é a entidade que organiza a Ovibeja, basicamente estas são as grandes atividades.

Entrevistador – Então, com base em toda a história da ACOS e de todos os associados que já conhece, o que entende por pequeno agricultor ou pequena agricultura, qual a sua principal distinção?

Claudino Matos – A principal distinção é a dimensão, a escala. Associa-se normalmente a pequena agricultura a uma agricultura de subsistência, no fundo é uma agricultura com pouca terra, muitas vezes a pequena agricultura resulta de uma segunda atividade, há pessoas que têm uma atividade principal e depois utilizam a agricultura como uma atividade secundária, mas a pequena agricultura basicamente da maneira como eu a entendo tem a ver com a dimensão da propriedade, com a dimensão das atividades porque

pode haver pequena propriedade onde possam ter tudo muito concentrado de modo intensivo, mas tem a ver basicamente com a utilização sustentável dos recursos existentes na propriedade. Na semelhança do que existe em micro empresas, pequenas e médias e depois grandes empresas, penso que a pequena agricultura pode-se descrever nestes termos.

Entrevistador – Há pouco estava a dizer que a agricultura era vista como um segundo trabalho. Isso quer dizer que não se pode sobreviver apenas da pequena agricultura?

Claudino Matos – Depende das atividades. Talvez na nossa região isso não seja tão evidente. Se formos para a região do minifúndio geralmente é onde se dá mais. Normalmente trabalha-se numa fábrica ou noutra coisa qualquer e depois têm um pedaço de terra onde fazem agricultura basicamente de subsistência. Se for pequena agricultura de regadio é uma coisa se for pequena agricultura de sequeiro é outra, depende muito das atividades, mas não é muito fácil viver só da pequena agricultura. A pequena agricultura conforme a entendemos está ligada à agricultura de subsistência basicamente.

Entrevistador – As ajudas para os pequenos agricultores são evidentes?

Claudino Matos – As ajudas comunitárias vêm para os agricultores que têm a agricultura como atividade. As ajudas são dadas em função da atividade que é praticada, em função da dimensão da exploração, com as áreas que são elegíveis para exploração e principalmente com o tipo de atividade, se é atividade pecuária, se é atividade agrícola, se é atividade mista, se é atividade de regadio, se é agricultura biológica, se é produção integrada, depende do tipo de atividade que exista, as ajudas são dadas em função disso, se é olival tradicional, se é olival moderno, portanto, depende dos cuidados agroambientais que se utilizam, há um conjunto de medidas ou de apoios que são dados em função da atividade que o agricultor pratica.

Entrevistador – Os agricultores que conhece têm conhecimento do apoio de 500 euros anual previsto pela PAC em Portugal?

Claudino Matos – É natural que haja. Ou seja, o agricultor a receber esse subsídio tem de estar registado como agricultor, tem de ter uma atividade, tem de ter as parcelas todas

identificadas. Para aquele agricultor que faça várias coisas se calhar esses 500 euros deve de ser o mínimo.

Entrevistador – Os pequenos agricultores têm preocupação com o meio ambiente?

Claudino Matos – Penso que sim, toda a gente tem, penso que todos os agricultores de um modo geral têm, são os grandes guardiões da biodiversidade que temos. Provavelmente todos têm, uns mais do que outros mas isso é assim mesmo, a vida é assim mesmo. Se pensar, por exemplo, numa agricultura de subsistência normalmente associada à pequena agricultura que é para as pessoas consumirem, se pensarmos em vegetais, em alface e couves não estou a ver um pequeno agricultor a fazer uma desinfeção com um produto químico qualquer ou um fitofármaco para no dia a seguir não ter alface para comer, está a por em risco a sua vida, portanto, penso que as pessoas têm noção da perigosidade que é a utilização massiva de fitofármacos e dos intervalos de segurança e do cuidado do solo.

Entrevistador – Tendo em conta o contexto em que os pequenos agricultores se inserem e os apoios que têm, quais são as suas maiores dificuldades?

Claudino Matos – Se houver alguma comercialização de produtos excedentes a maior dificuldade está na organização do fator de comercialização, acho que essa é a maior dificuldade mas isso é uma dificuldade igual ao médio e ao grande. A maior dificuldade é a pouca apetência que os agricultores têm em geral para se unirem, para se associarem e levarem as coisas em conjunto, defender os seus interesses em conjunto. Se os pequenos agricultores estiverem associados a cooperativas, como no caso do olival, há muito pequeno agricultor aqui na região que tem a sua parcelazinha pequena de olival e entrega a sua azeitona na cooperativa que transforma e faz a comercialização também. Em termos gerais a grande dificuldade está na organização para os agricultores utilizarem mais eficientemente os recursos que têm, tanto a nível da parte produtiva como a nível da parte de comercialização. Na parte produtiva se estiverem organizados se calhar conseguem comprar as rações mais baratas, conseguem comprar medicamentos mais baratos, conseguem comprar fertilizantes mais baratos, sementes etc. A nível da comercialização é natural que, se eles estiverem organizados e comercializarem todos pelo mesmo canal, que se livrem de intermediários que às vezes aparecem no circuito de comercialização e

que levam mais-valias que podiam ser ganhas se tivessem organizados. Esse é o principal problema, mas como disse e repito, é o pequeno, o médio e o grande agricultor. O grande agricultor provavelmente tem a sua situação mais salvaguardada porque tem canais de comercialização próprios, tem conhecimentos, tem poder económico para isso, agora... os pequenos e os médios não. Isso é o que nós enquanto associação andamos a batalhar há anos.

Entrevistador – O principal meio de escoação dos produtos são as associações e cooperativas?

Claudino Matos – Principalmente cooperativas, ou até podem escoar individualmente.

Entrevistador – O pequeno agricultor tem noção de que quantidades produzir e o que produzir?

Claudino Matos – Penso que sim, vamos lá ver...uma pessoa que tenha um pequeno olival não pode estar a produzir outra coisa, tem de produzir azeite, uma pessoa que tenha um bocado de terra um pouco pequeno, seja para produção animal ou outra, a atividade agropecuária e florestal é muito diversificada e depende dos gostos de cada um, as pessoas são livres e as opções que tomam é em função também do conhecimento que têm, das características da propriedade... há coisas que passam de pais para filhos...

Entrevistador – Como é que adquirem esse conhecimento, passa de pais para filhos ou vão buscar a outro lado?

Claudino Matos – Tradicionalmente era de pais para filhos, agora já existe uma formação profissional inclusivamente para terem acesso a um determinado nível de ajudas comunitárias é necessário as pessoas frequentarem formação profissional específica para isso, por exemplo imagine um pequeno agricultor não pode fazer agricultura biológica sem fazer uma formação prévia que o capacite e se não tiver essa formação não vai receber os subsídios que tem direito pelo facto de estar a fazer agricultura biológica.

Entrevistador – Vocês aqui na ACOS dão essa formação?

Claudino Matos – Sim, sim, damos formação a vários níveis, tanto na área de produção integrada, como na área de produção agrícola, produção florestal, damos aqui uma área de formação para jovens agricultores por exemplo. Um jovem agricultor que se candidate a um projeto de investimento e a ajudas comunitárias se não tiver formação na área agrícola tem de fazer formação específica na área onde vai investir, se forem vacas é em produção de bovinos, se for em ovelhas é em produção de ovinos, se for em horticultura é em produtos hortícolas. Há uma diversidade de oferta formativa para responder às necessidades de quem se inicia, neste caso, jovens agricultores.

Entrevistador – Perante este contexto atual da pequena agricultura, acredita que ocupa um lugar importante na estrutura económica do Alentejo e até mesmo do país?

Claudino Matos – Sim, penso que sim.

Entrevistador – Acha que a reforma agrária não deveria ter acabado para a pequena agricultura?

Claudino Matos – As reformas agrárias podem fazer-se de várias maneiras. A reforma agrária que estava pensada era a usurpação da propriedade privada, isso no meu entender não é a melhor maneira de fazer a reforma agrária, penso que vivemos numa sociedade liberal, a nossa opção é o liberalismo, optamos pelo socialismo clássico e nesse sentido aquela reforma agrária que se começou e que se retrocedeu não faz nenhum sentido, apesar de eu saber que há forças políticas que não fazem sentido até porque nós olhamos para as expressões eleitorais e vemos o que essas forças políticas representam. O que me parece é que pelo respeito pela propriedade privada seja ela pequena, média ou grande o que é necessário fazer é encontrar os mecanismos e as estratégias para valorizar cada um destes tipos de agricultura para viabilizar uma agricultura sustentável porque há a parte ambiental que também é muito importante que se tenha em consideração e ambiente e agricultura intensiva se calhar não casam muito bem. Há a necessidade de encontrar pontos de equilíbrio.

Entrevistador – A preocupação com o ambiente é europeia ou nacional?

Claudino Matos – É mundial. Há certos países onde há utilização abusiva de recursos que existem. O Brasil, por exemplo, existe a destruição da floresta amazónica para a instalação de agricultura até intensiva. Eu acho que a preocupação tem sido global, deve ser global, até porque o mundo não é só aqui assim o Alentejo, não é só Portugal. Estamos inseridos num contexto geopolítico e geoestratégico mais abrangente temos de olhar para as coisas de uma maneira global e julgo que é aí o grande problema dos nossos políticos e das nossas sociedades modernas é não olharmos muitas vezes para o global, olharmos só para o nosso país, para os direitos que temos no nosso país, termos direito a uma educação, termos direito a um trabalho e depois é a economia, temos estas discussões todos os dias mas se nós formos ver as opções políticas por exemplo aqui em Portugal podem ser muito diferentes das opções políticas em Espanha e os resultados a longo prazo podem ser diferentes. Não foi por acaso que nós aqui há 700 ou 800 anos nos separamos da Espanha, quando se fez o Condado Portucalense e se fez a diferença e em termos de Península Ibérica temos o mesmo tipo de clima, o mesmo tipo de ambiente, um recurso se calhar em termos do uso da terra a Espanha tem uma área muito maior do que nós, as opções produtivas não são assim tão diferentes mas se calhar se nós formos ver em termos de riqueza *per capita* o espanhol em produção de agricultura tem uma riqueza superior à nossa. Em termos de qualidade não sei garantir se o produto espanhol é melhor que o nosso... Temos um problema que aqui na altura da reforma agrária havia aqui muitos agricultores que abusavam, ...“então agora vamos ocupar as terras desta gente que agora agente é que trata delas”... não é assim que as coisas funcionam, como não funcionaram nem vai funcionar assim.

Entrevistador – Acredita que os jovens de hoje todavia se interessam pela agricultura?

Claudino Matos – Eu penso que sim, penso que há uma vaga neste momento. Até porque a agricultura, como o agricultor, é um sector que está a modernizar-se, há um modelo, há um referencial e há a possibilidade de haver retorno principalmente nestas áreas aqui assim no Alentejo. Para fazer regadio não é qualquer pessoa que o pode fazer, tem de se haver conhecimento, tem de usar equipamentos sofisticados, esses equipamentos também permitem de alguma maneira que a pessoa tenha os seus momentos de ósseo, hoje em dia podemos pôr um pivô a regar ali em Quintos à meia-noite, posso estar na discoteca a beber um copo com um amigo e posso pô-lo a trabalhar. A modernização da agricultura, as novas opções que existem, de alguma maneira a viabilidade económica, afinal é o setor

primário que está aqui em causa e como nós vemos o nosso país está cada vez mais a contribuir para as exportações, os produtos agrícolas cada vez têm um peso maior nas exportações, portanto, isto tudo é de alguma maneira um chamariz a que jovens se instalem e que haja um regresso. Nos cursos de jovens agricultores nós temos sempre a casa cheia, portanto, isto leva-nos que nós o encaremos com algum otimismo seja a pequena agricultura seja a grande agricultura seja o que for.

Entrevistador – Sempre com uma ligação às novas tecnologias?

Claudino Matos – Sim, novas tecnologias, novos conhecimentos.

Apêndice 5

Entrevista Exploratória

DRAP Évora

22/08/2017

Entrevistador – O que se entende por pequena agricultura?

José Veiga – Parece que não existe uma definição para pequena agricultura. Eu depois de ter aqui indicação, que se calhar já conhece, da legislação relacionada com esta questão do regime da pequena agricultura, que é um regime de ação voluntária, que é o próprio agricultor que se define como pequeno, há aqui um fator linear, há uma superfície de meio ha e depois como isto é um regime voluntário, no ano passado era de 500 euros este ano vai ser de 600 euros, o ministro da agricultura aumentou para 600 euros. Como que estes 500 euros marca aqui um linear, porque quem recebe mais não tem vantagem nenhuma, perdia, só quem recebe menos de 500 euros é que tem vantagem porque passou a receber os 500 euros e agora 600 euros. Quem recebe mais do que isto já não tem vantagem nenhuma e está no Regime Normal.

Entrevistador – Ao que se refere quando diz “quem recebe”?

José Veiga – O que ele recebe de subsídios do estado, de pagamentos diretos. Porque isso controlamos nós, controla o IFAP que é quem paga isso. Podia receber anteriormente no pagamento único ou naqueles pagamentos associados que ainda existem por vaca ou por ovelha. Tudo isso somado, se ele recebesse menos de 500 euros aderiria a este novo Regime de Pequena Agricultura e tinha algumas vantagens, não era tão intensa, não era obrigado a certas práticas ambientais o que nós chamamos a condicionalidade, é um regime mais flexível e mais aberto. Mas portanto não há aqui uma definição do que nós pudéssemos tirar aqui do que é a pequena agricultura. Eu estive a ver o regulamento, no regulamento há um método de cálculo de pagamento direto que podia estar num intervalo entre os 500 euros e os 1250 euros e eles aqui a dada altura põe duas alternativas, seria o pagamento não superior a 25 % do pagamento médio por beneficiário, portanto, seria visar este

pagamento não superior a 25 % do pagamento médio por beneficiário ou então um montante correspondente ao pagamento médio nacional por ha multiplicado por um valor correspondente a um número que não exceda os 5 ha. Há aqui uma referência a 5 ha nesta forma de cálculo.

Entrevistador – De onde retirou os dados que está a apresentar?

José Veiga – Estes dados estão no Regulamento Comunitário 1307/2013, nos Artigos 61º a 65º que define o Regime de Pequena Agricultura. Portanto, por aqui não vamos muito longe porque apanhamos aqui esta referência aos 5 ha e antes apanhamos a referência aos pagamentos diretos, quem recebe menos de 500 euros à partida viriam para este regime e tem de ter mais de meio ha, com menos de meio já não pode e alias não recebe.

Queria aqui também falar do Programa de Desenvolvimento Rural que nós temos agora em vigor que é o PDR, temos pequenos investimentos nas explorações agrícolas. De alguma forma houve uma altura com o PRODER que já foi no anterior governo eleitoral, o pequeno investimento era independente da dimensão da exploração, podíamos ter um pequeno investimento numa exploração grande. Mas agora neste PDR houve uma preocupação de ligar mais o pequeno investimento à pequena exploração, mas também não se fez uma definição do que era a pequena exploração ou o pequeno agricultor, portanto quem pode beneficiar, ter um volume de negócios igual ou inferior a 50 000 euros no ano anterior e não ter recebido pagamentos diretos no valor de igual ou superior a 5000 euros. Por tanto, tem aqui mais uns indicadores que só levantam um pouco mais de confusão. 50 000 euros é bastante, já é um volume de negócio já bastante grande e quem recebe valor igual ou superior a 5000 euros de pagamentos diretos está muito longe destes 500 euros. Portanto, aqui havia também a preocupação de não restringir tanto que às tantas não existissem quase candidatos diferenciais e daí alargar até aos 50 000 euros o volume de negócio, superior a 5000 euros de pagamentos diretos para verem se alargavam, portanto, por esta aqui também não vamos lá.

Agora em termos das estatísticas nacionais do INE, que você também já deve de ter visto, em termos das classes etárias que é o que utilizava mais não há uma classificação das explorações pequenas, médias ou grandes, mas quando vamos para poderes económicos para a DE da própria produção eles aí têm, inferior a 8000 euros no valor da produção padrão que chamam muita pequena, entre 8000 euros e 25000 euros chamam pequena e pronto continua, mas estaria aqui a produção muito pequena e

pequena com um valor padrão de produção inferior a 25000 euros. Em termos das classes de áreas também não há. Em termos mais académicos a União Europeia tem uma publicação em que eles perguntam o que é a pequena agricultura e depois tentam definir critérios. De alguma forma, pelos critérios que aí andam que são esses critérios em termo de área, subsídios aos agricultores ou do emprego, da mão-de-obra ou das dependências normais da pecuária que nem terra têm ou então o autoconsumo, portanto, eles vão por aí e o que fica em termos de área, por exemplo na SAU são os 5 ha e partem dos 2 ha, portanto, dizem que até aos 2 ha seria muito pequena e até aos 5 ha seria então a pequena e depois em termos económicos, quando eles fizeram este exercício em 2011 ainda não se falava em Produção Padrão, em vez da Produção Padrão utilizava-se a Margem Bruta Padrão e portanto eles na Margem Bruta Padrão andavam com três hipóteses que estariam entre os 1200 euros e os 9600 euros. Eu penso que estes 9600 euros poderia andar aqui em termos de Valor de Produção poderia andar por volta dos 8000 euros, portanto o que aqui chamariam pequena estava aqui nesta classe. De maneira em que olha é isso em termos de pequena não há muito para dizer e estes da união europeia estão a comparar os países todos da união europeia. São sempre critérios um bocado subjetivos.

Entrevistador – Será conveniente falarmos de área para definir a pequena agricultura?

José Veiga – O INE também não define aqui classes de área mas este documento da União Europeia sim, fala nos 5 ha e têm o meio ha como mínimo. Aderem ao Regime de Pequena Agricultura se tiverem vantagem e a vantagem é receberem os 500 euros ou os 600 euros que vai passar a ser este ano. Se ele recebe menos do que isto tem toda a vantagem em aderir ao regime, se ele recebe mais não tem vantagem nenhuma porque iria reduzir o pagamento que estava a receber.

Entrevistador – E o pequeno agricultor adere com facilidade ao Regime de Pequena Agricultura?

José Veiga – Eu tenho dados que conferem que ainda houve bastantes que aderiram, sim. Há muitos que não beneficiam de nada. Há um ditado popular que diz “quando a esmola é grande o pobre desconfia”. Por vezes também a burocracia desincentiva. Meia dúzia de tostões envolve muita burocracia, controlo um conjunto de regras. Por vezes põem lá alguém a controlar e se não estiver em condições têm de devolver tudo. Agora não são

obrigados a cumprir todas as regras. Tenho aqui 4755 candidatos ao Regime de Pequena Agricultura no Alentejo, 16 600 ha.

Entrevistador – Os pequenos agricultores ficam mesmo livres das preocupações ambientais ou há necessidade de haver um controlo?

José Veiga – Há sempre obrigações que eles vão seguir que têm a ver com os objetivos da política agrícolas. Cada vez mais a política agrícola está mais ambiental e aí as exigências são cada vez maiores e vai ter algumas restrições, mas não têm aquele rigor de uma regra geral tendo em conta os objetivos da política agrícola, de proteção da natureza, da biodiversidade, eles não estarão neste ambiente obrigatório dentro deste regime que não são todos porque há outros que estão no regime normal e estando no regime normal têm de cumprir estas regras da condicionalidade. Também não são assim tão exigentes. Eles antes recebiam ajudas ligadas à recuperação ambiental, podiam receber o dinheiro e não fazer nada, daí dizer que “é obrigado a ter as árvores bem tratadas, a tratar bem do solo, não deixar estevas...” é obrigado a uma série de regras dependendo se é uma área protegida ou não protegida, se existe risco de incêndio... No Regime da Pequena Agricultura está mais aligeirado, eles não são obrigados às regras da condicionalidade o que não quer dizer que possam abandonar aquilo, pode ser fiscalizado por aquela questão social.

Entrevistador – Se calhar o facto de haver muita informação mas pouco esclarecida faz com que as pessoas não entendam esses princípios?

José Veiga – Sim. Eu acho que também existe uma certa pressão social que hoje já existe e condiciona a comunidade. O estado que tem de ter as coisas claras do ponto de vista da agricultura, o que eu estou a dizer é que neste caso as coisas estão muito associadas às ajudas. Se ele recebe ajudas públicas tem de cumprir uma série de regras, os que aderiram este Regime de Pequena Agricultura aligeirou-se as coisas para facilitar, não têm tanta capacidade técnica. É evidente que depois existe essa pressão social toda no sentido de ver se a exploração está abandonada ou não, se as árvores estão bem tratadas, se existe risco de incêndio, têm de contar com essas questões todas que lhe caem em cima.

Entrevistador – No panorama atual acredita que o pequeno agricultor tem preocupações ambientais?

José Veiga – Dentro dos pequenos agricultores temos uma percentagem muito grande de agricultura familiar e depois temos uma outra percentagem mais pequena de explorações que não são familiares e que eventualmente até seriam de pessoas que têm outras profissões, trocaram secretárias, nós não vamos discutir aqui qual é o rendimento embora agente saiba que o rendimento provém fora da agricultura. Para os agricultores pequenos então é mais complicado. Dentro da pequena agricultura pode haver esses dois tipos de situações, os que são familiares e os que não são familiares mas que têm terra, compraram terra e têm áreas pequenas e têm a sua exploração agrícola dentro das pequenas. E em relação aos familiares eu diria que tradicionalmente eles têm essas preocupações todas, na maioria são famílias muito antigas na agricultura, atividade que passou de pais para filhos e portanto foram preservando o ambiente, foram mantendo as condições ambientais para que as condições se perpetuassem e pudessem passar de pais para filhos e portanto nessa lógica da sustentabilidade. Na minha perspectiva o que acaba por ser mais problemático é a questão da agricultura familiar e do património da família confunde-se com património produtivo, família e exploração agrícola e os herdeiros. A guerra das partilhas, enfim, as terras começam a ficar abandonadas e às vezes o mais velho ainda é vivo e começa também a desinteressar-se pela exploração, ou se já morreu depois os herdeiros não se entendem e aquilo fica abandonado e aí fica com todo o tipo de problemas para o ecossistema.

Entrevistador – Por vezes dá-me a impressão de que os pequenos agricultores não conseguem definir as suas preocupações com o meio ambiente!

José Veiga – Eles têm um conhecimento empírico, mas há uma outra questão, esse conhecimento empírico também foi-se degradando e foi-se perdendo. Agora é normal verem-se horticultores a porem carradas de adubo completamente inconscientes apesar de agora todos terem de ter um curso, uma prova, para poderem ter um cartão para lhe permitir utilizar os produtos fitofarmacêuticos, isso cada vez mais começa a ser condicionado, mas mesmo assim existe gente com muito poucos conhecimentos. Eu acho que há um conhecimento empírico, a biodiversidade é um tema muito recente do início dos anos 90 que muitos técnicos e pessoas já com alguma formação não sabem bem o que

isso é nem como isso se pode proteger, a conservação da natureza também é um conceito recente, portanto, empiricamente iam fazendo as coisas numa produção familiar, policultura, produção vegetal associada a produção animal, os animais produziam o estrume, o estrume era introduzido na terra, isso era aquele ideal que hoje se foi perdendo e outros já não têm bem a noção do que estão a fazer. Têm dificuldade em explicar esse conhecimento empírico.

Entrevistador – Qual a maior dificuldade da pequena agricultura?

José Veiga – A maior dificuldade é conseguirem obter rendimento suficiente para puder ser agricultor e a situação não é muito favorável. A partir dos anos 70 começaram estes circuitos tradicionais, o agricultor quase que não saía da exploração agrícola, o comprador ia comprar lá na exploração agrícola, tiravam a fruta da árvore vendiam as coisas à porta da exploração e de repente essa gente toda, esses circuitos comerciais do trigo, da antiga EPAC, da técnica da lavoura todas essas infraestruturas públicas que existiam, as cooperativas agrícolas, começaram a desaparecer e ele vai ter de ir à procura de quem lhe compre os produtos, já não está na fase em que iam lá a casa comprar as coisas e depois é a tendência para a diminuição dos preços porque em vez de subirem e acompanhar a exploração os preços tendem a diminuir só agora em 2007 ou 2008 entraram uma série de capitais especulativos no sistema e fizeram subir os preços muitíssimo mas isso depois não tem muita referencia aqui na povoação porque com o preço alto eles não vão vender e também não tinham produtos para venda. Essa baixa dos preços, no caso por exemplo do leite que já vai a níveis muito baixos, abaixo do nível de produção, aqueles aqui no Alentejo que tinham vacas já desapareceu tudo, aquele que tinha 100 ou 200 vacas já sente dificuldade em sobreviver. Em outro tipo de culturas que conseguem depois desta euforia do consumidor português comprar tudo nos supermercados e hipermercados e não comprar nada nos mercados locais, penso que isso está a acabar, pelo menos há movimentos no sentido de constituir esses circuitos curtos, mercados locais baseados na qualidade, ou com cabazes, portanto, está a ter outra movimentação e é possível que por aí possam ter rendimento e lucrar.

Entrevistador – Beja tem todas as sextas-feiras e sábados um mercado de fruta e legumes. O preço de venda no mercado local é um pouco mais elevado mas tem produtos de qualidade!

José Veiga – Têm qualidade. Todo este movimento da agricultura reduziu as variedades da fruta, reduziu quase tudo, duas ou três aquelas mais produtivas, aquelas mais fáceis de fazer, são aquelas que têm melhores condições para o transporte, para a armazenagem para o frio e essas variedades tradicionais estava tudo a desaparecer. Agora nesses mercados podem voltar essas variedades, agora apanho variedades de maçã ou de pera que pensava que já não existiam e aparecem nesses mercados. Eu estive em Lagos e eles também fazem um mercado e têm variedades de tomate, variedades de batata, coisa que agente não encontra, embora os supermercados também se vão adaptando porque a concorrência é terrível, no Continente já vai ter lojas que chamam de alimentação saudável, produtos biológicos e vão acompanhando, descobrem que há variedades que estão com êxito nesses mercados locais dos pequenos agricultores e rapidamente começam a introduzir isso nos circuitos deles.

Entrevistador – Acredita que os pequenos agricultores se preocupam em encontrar formas mais diversificadas para vender os seus produtos?

José Veiga – Há alguma resistência ainda, mas penso que a pouco e pouco vai mudar com o pessoal mais novo.

Entrevistador – Noto que os mais jovens conseguem identificar melhor os seus concorrentes ao invés dos mais velhos que parece não encontrarem qualquer concorrente. Os pequenos agricultores sentem que têm concorrência?

José Veiga – Há uma grande concorrência. Eventualmente os pequenos agricultores mais velhos conseguiram arranjar os seus circuitos e conseguem fugir à concorrência, ou pelo menos terem essa aparência de que não têm coconcorrência. Hoje vamos a qualquer mercado de uma aldeia e para além das condições do Intermarché, Pingo Doce ou Continente, do próprio mercado aqueles vendedores profissionais também vão aos armazenistas, vêm aqui e compram algumas coisas como todo o mundo e hoje é possível comprar e fazem concorrência não há dúvida. Agora os circuitos que vão conseguindo criar vão ficando à sombra da concorrência por causa da questão da qualidade. Aqui a alguns anos ali em Alvito havia um produtor já antigo de laranja muito boa que consegui vender muita laranja, outro vendedor mais novo não conseguia vender a laranja tinha uma exploração maior e ia entregar a laranja para sumo em Silves até que desistiu porque

aquilo não dá nada porque a laranja para sumo tem um valor muito inferior à laranja para consumo. De maneira que há situações e situações, eu não sei mas às vezes pode ser um bocado pela ambição de produzir em maior escala e começa a sentir mais a concorrência. Os mais velhos já têm o seu “arranjinho”.

Entrevistador – Qual a maior vantagem da pequena agricultura?

José Veiga – Em termos económicos como estava a dizer a desvantagem é não conseguirem obter rendimento suficiente. A grande vantagem que se aponta é a grande capacidade de resistência, de resiliência como agora se diz, essa capacidade que eles têm, porque como eles não têm um salário fixo eles vão-se sujeitando. Há épocas em que ganham um pouco mais há épocas em que ganham um pouco menos e vão gerindo as coisas e nessa gestão do património e do rendimento já vão conseguindo sobreviver, têm uma capacidade de sobrevivência muito grande quando se pensava que desapareciam. Agora a grande vantagem que eles têm e entrariamos nas questões mais económicas, tem a ver com os produtos que fazem, com o sistema de produção que instalam. Se vão instalar coisas que à partida sejam produtos de grande comércio dos mercados globais, aí dificilmente conseguiriam sobreviver. Eu penso que a nível vegetal, tendo em conta a qualidade dos produtos e os nossos hábitos alimentares, das variedades locais, com sabor local que agente aprecia, as coisas são mais fáceis, a nível animal, não sei como é em Beja mas acho que o facto das exigências sanitárias deu um golpe muito profundo a esta pequena agricultura quer a nível das aves quer a nível dos borregos ou cabritos ou porcos e hoje a pequena agricultura quase que já não tem animais. Depois veio aquela história da gripe das aves que colocou o pequeno agricultor a controlar as ovelhas os pintos, agora têm de ter um licenciamento, têm uma certa burocracia que começou a aparecer por causa disso e eles como são muito avessos a esse tipo de burocracia preferem não ter. Nessa base eles têm vantagens, daí eles venderem por vezes a preços superiores aos preços dos produtos que estão no supermercado. O grande trunfo é a diferença pela qualidade.

Entrevistador – Os pequenos agricultores têm noção do que produzir?

José Veiga – Eu penso que sim. Os mais novos, os jovens agricultores a instalar-se vão atrás das modas. Apareceram os produtos aromáticos e medicinais, o que era uma coisa que pode ser feito em pequena escala e que se conseguia tirar um rendimento, até sem

formação agrícola instalam-se até licenciados com outras profissões, informáticos, vão à internet e aos livros e vão atrás das modas e até conseguem explorações boas com alguma dimensão. Os mais velhos vão sabendo porque vão escutando o que as pessoas querem, vão sendo pressionados pelas pessoas para fazer. No Canadá diz-se que os consumidores adotam o produtor, é o que se queria fazer com os cabazes da horta que, no fim de contas, é aproximar os consumidores dos produtores mas numa relação contratual em que o consumidor começa a financiar o produtor, e ele aí vai fazer, “precisamos de 50Kg de batatas, precisamos de 20Kg de cebola, você faz e damos-lhe aqui um avanço para comprar as sementes, para comprar as plantas”. Este sistema aqui em Portugal ainda não está completo, já há algumas experiências mas muito raro ainda, temos os cabazes que tentam fazer isso e associa os consumidores à produção que pagam uma cota. Há experiências que estão a surgir mas em termos gerais não. O mercado aqui em Évora é muito pouco diversificado. Há umas cerejas de São Julião que até têm Denominação de Origem que não se consegue comprar em sítio nenhum e este ano apareceram no mercado em Évora, já só há um produtor na Serra de São Mamede.

Entrevistador – Os certificados de qualidade não seriam uma vantagem para a pequena agricultura?

José Veiga – Era uma vantagem se eles conseguissem um preço mais alto e em muitos produtos não se está a conseguir. Por exemplo, produzem biológico e depois vendem para o geral, não conseguem em muitas situações vender mais caro. Depois o mercado é muito reduzido. Se formos ver os enchidos e os queijos também não temos vantagem nenhuma em certificar o produto. Tem um custo associado, tem de ter um organismo certificador em que eles têm de pagar. Mas o que é um facto é que eles depois não conseguem fazer subir o preço. A única coisa que era muito clara era com o presunto de Barrancos, aí eles duplicaram o preço, a denominação de origem duplicou o preço, mas era com a Barrancarnes que depois exportava presunto a preço de ouro, é caríssimo, mas depois industrializou. Os outros passaram a ser clandestinos, já não podem dizer que são de Barrancos.

Entrevistador – Qual o motivo para que os pequenos agricultores não se associem e que estejam afastados das cooperativas?

José Veiga – Eles de um modo geral o pequeno agricultor tem uma grande aversão em perder a independência e autonomia em termos de tomada de decisão. Quando constitui numa cooperativa delega nessa cooperativa a tomada de decisão e eles têm alguma resistência a isso. Eu penso que isso é uma questão complexa, penso que tem a ver com alguma preocupação, quando a exploração está ligada à família, com o futuro da família, prefere ser ele a controlar o negócio do que depois estar a dar a outro. As cooperativas, principalmente as de transformação, as que estavam mais próximas eram os de lagares de azeite e as adegas, eu penso que há muitos que ainda estão lá, com as adegas ganharam dimensão mas com os lagares o problema é que cada vez que o lagar fazia um investimento eles fugiam e iam vender a outra cooperativa, porque cada vez que faziam um investimento, um lagar novo por exemplo, fizeram-se muitos investimentos aí sem pés nem cabeça, um indivíduo chegava à cooperativa, porque antigamente as cooperativas era como se fossem do estado, os agricultores diziam “se as coisas correrem mal vamos entregar a chave ao secretário de estado”, depois do 25 de abril, no meio dos anos 70 anos 80, que isso é um fenómeno global, aconteceu em todo o mundo, as cooperativas estavam muito ligadas ao estado, a partir daí o estado tornou-as independentes e desligou-se das partilhas, então, houve muitos que não entenderam essa mudança e faziam investimentos loucos, de capacidade superior ou que era necessário e depois isso correspondia, e é muito claro, a menos dinheiro na azeitona, direto, era logo o que eles entendiam, portanto, aquele investimento traduz-se em menos 2 escudos menos 3 escudos, ainda no tempo dos escudos, no quilo da azeitona, de maneira que fugiam para outro, de Alvito fugiam para a Vidigueira depois fugiam para o Torrão, entretanto Torrão fazia investimentos, voltavam para a Vidigueira outros iam tentar vender a privados, portanto, há esse problema dos investimentos o que também revela algum egoísmo nisso. Há outra questão muito importante que pode ter em conta que é as necessidades de tesouraria. Aqueles produtos que o pequeno agricultor tinha, as hortícolas ou os animais, e que a receita era quase constante, vendiam leite todos os dias se não fosse do dia era do dia a seguir, se precisa de dinheiro vende um porco um borrego ou um cabrito para fazer circular o dinheiro. Com a azeitona ou com a uva não, a azeitona é um ano depois com os cereais também já era assim, portanto, essa questão de tesouraria também é complicado e às vezes não se tem em conta, agora, desapareceu o leite, os animais também é uma dificuldade

para vender, eles estão mais restringidos em termos dessa questão de tesouraria, estão mais limitados.

Entrevistador – Estava-mos a falar das décadas de 70 e 80 que foram épocas da reforma agrária e de grandes mudanças.

José Veiga – Sim. Estas grandes mudanças são globais, no meio dos anos 70 o preço do petróleo subiu e apareceu e o 25 de Abril na pior altura em plena crise do petróleo. A reforma agrária aqui no Alentejo foi mais de trabalhadores rurais e associaram o pequeno agricultor, mas não foram muitos, muitos deles não quiseram aderir à reforma agrária. Foram criadas as unidades de produção que mais tarde passaram a cooperativas, mas de facto o problema foi que não tiveram segurança na propriedade, mais tarde veio-se a ver que não havia garantia de continuidade e a partir do momento em que começaram a devolver terras aos anteriores proprietários entraram numa instabilidade permanente e foram poucos os casos que conseguiram sobreviver e que conseguiram ter rendimentos para pagar os terrenos que estavam a criar. Os pequenos agricultores, muitos afastaram-se das terras cooperativas e das UCP e depois entraram num esquema chamado na altura “Reforma do Sá Carneiro”. Foi o Sá Carneiro que veio introduzir a divisão da propriedade em pequenas parcelas, mas isso foi feito de tal maneira mal, na minha opinião e não só na minha opinião, propositadamente, foi propositadamente mal feito até porque foram buscar pessoas que eram contra isso. A nossa prática cá em Portugal é de que quando não se quer fazer uma coisa vai-se buscar alguém que seja contra e é esse que se põe à frente e foram buscar pessoas que eram contra isso e então, criaram explorações agrícolas que à partida tecnicamente e economicamente não seriam fiáveis, estava já há vista que aqui na Comporta uns ficaram com arroz, outros ficaram com uma área de pinheiro, outros ficaram com as taipas, quer dizer estava-se a dividir uma grande propriedade em lotes que não chegariam a ser explorações agrícolas. No arroz, por acaso, alguns ainda conseguiram, nas áreas de regadio alguns ainda foram conseguindo mas nas áreas de sequeiro ou em zonas mais pobres dividir uma herdade pelos senhorios, mas os senhorios o que tinham era o equipamento mecânico, tratores para fazer searas, não tinham condições, em termos ecológicos também tinham a vida contada, não podiam estar a fazer cereal em cima de cereal, criaram explorações que não foram estudadas técnica e economicamente no sentido de terem resultados práticos

Entrevistador – Ou seja, foi uma ideia que morreu à nascença?

José Veiga – Eventualmente o Sá Carneiro estaria cheio de boas intenções mas depois as pessoas que foram concretizar o projeto fizeram tudo ao contrario para não ter êxito. De maneira que eu penso que nunca se conseguiu aqui no Alentejo, mesmo com o regadio, aquilo que se discutia ainda antes do 25 de abril, com tentativas de reforma agrária, uma vez que havia investimento público em grandes obras de engenharia hidráulica e de perímetros rega que era razoável dividir a terra por pequenos agricultores. Mas mesmo esses planos que na altura diziam isso tinham ideia que não podia ser só o regadio, portanto, para criar explorações deveria ser também com algum sequeiro, quer dizer, criar uma exploração que pudesse ter uma justificação de atividades, nomeadamente pecuárias, sustentável para o futuro, não criar ali uma coisa de tal maneira especializada, 10 ha de olival e estar preso a esses 10 ha de olival, ou 5 ha de arroz onde está ocupado um ou dois meses e o resto do tempo esta lá a espantar os passarinhos ou não tem nada para fazer porque nem sequer o ocupa em termos de trabalho o ano inteiro, estava à vista que nem sequer ocupava em termos de trabalho, contrata as máquinas, contrata os tratores, contrata as ceifeiras, quer dizer, torna-se um empresário de contratação de serviços e a única tarefa que tinha era de espantar os pardais para não lhe comerem o arroz todo. Eu penso que em termos de reforma agrária foi sempre impossível politicamente e não vejo que o seja no futuro, agora cada vez menos, com a população aqui do Alentejo a ser como que expulsa do meio rural e foram lá para ao pé Lisboa, os próprios proprietários foram-se embora, hoje os campos não têm quase ninguém, qualquer intensificação, e está à vista no Alqueva, que se faça tem que se ir buscar água nas trincheiras, não é só pelo facto de serem mal pagos é também pelo facto de não existir, há lá pessoas mas têm a sua vida que se dedicaram e encontram outras soluções, trabalham nos escritórios, trabalham nas vilas, nas cidades, fazem biscates ou vivem de subsídios que possam receber, os velhotes vivem das pensões e portanto, não vejo já que seja viável uma reforma agrária no Alentejo.

Entrevistador – Como vê a pequena agricultura atualmente?

José Veiga – Tem alguns apoios, como estávamos a ver estes 600 euros é quase ridículo, ninguém vive com 600 euros anuais, é uma ajuda muito pouca, têm de ter um rendimento muito superior a isso, mas eu penso que, na minha opinião, o futuro desta pequena

agricultura estará muito associado ao futuro urbano, nas cidades e nas vilas aqui do Alentejo. Se se conseguir vingar e ser competitivo relativamente aos supermercados, às três cadeias de supermercados, acredito que sim. Só por si, pensando em outro tipo de mercados, eles dependem muito dos rendimentos que fazem e isso depende de nós, das pessoas que vivem da cidade, se agente conseguir mantê-los mais os cidadãos consumidores do que o estado tudo bem, se não acabam. Muitas das situações que encontramos são situações desativadas, o velhote vive da reformazinha e depois tem umas oliveiras, um olivalzinho tradicional, pode ter uma vinha, umas galinhas, vai vendendo umas batatas, tem uma hortinha, mas é uma coisa muito desativada, já não corresponde àquela exploração antiga que havia aqui no Alentejo que para além da horta tinha porcos, tinha ovelhas, tinha cabras e tinha a atividade, iam comprando e vendendo e isso a pouco e pouco foi diminuindo, deixou de ter os animais, portanto, eu acho que isso é já um caminho para a desativação.

Entrevistador – A pequena agricultura ainda é importante para a estrutura económica do Alentejo e do país?

José Veiga – Acho que sim, é importante em termos sociais, será em termos ambientais, termos o território povoado, termos pessoas e em termos económicos também para a economia local. Não são as grandes explorações que trazem grande benefício para as aldeias e para as vilas, muitas vezes não compram lá nada, não empregam ninguém de lá é uma coisa que está ali mas não tem relação praticamente nenhuma com os territórios, enquanto a pequena agricultura tem, embora também tenha vindo a perder mas esta relação com o local pode ser construída.

Apêndice 6

Questionário

Caracterização do pequeno agricultor atual na cidade de Beja e zonas envolventes

Este estudo pretende entender como se caracteriza a pequena agricultura atual e como os pequenos agricultores da cidade de Beja e zonas envolventes desenvolvem a sua atividade desde a produção nos seus terrenos até ao escoamento dos produtos.

Por favor assinale com um ☐ na resposta mais adequada à sua situação. Pode também ser-lhe pedido para escrever em algumas questões. **Todos os questionários serão anónimos**, não necessitam de ser assinados ou rubricados.

I. Caracterização individual e Situação Profissional

1. Qual a idade do agricultor responsável pela exploração?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X)

1.1. <35 ☐

1.2. 35 a < 45 ☐

1.3. 45 a < 55 ☐

1.4. 55 a < 65 ☐

1.5. ≥ 65 ☐

2. Qual o género do proprietário agrícola?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X)

2.1. Masculino ☐

2.2. Feminino ☐

3. Quais são as habilitações literárias do agricultor responsável pela exploração?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X)

- 3.1. Nenhuma ☐
- 3.2. Ensino Básico ☐
- 3.3. Curso Técnico-Profissional ☐
- 3.4. Ensino Secundário ☐
- 3.5. Ensino Superior ☐
- 3.6. Outro. Qual? _____

4. Tem algum tipo de formação na área agrícola?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X ou escreva a sua resposta)

- 4.1. Não. Apenas experiência pessoal ☐
- 4.2. Sim. Qual? _____

5. Há quanto tempo se dedica à pequena agricultura?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X)

- 5.1. < 5 anos ☐
- 5.2. 5 a < 10 anos ☐
- 5.3. 10 a < 15 anos ☐
- 5.4. 15 a < 20 anos ☐
- 5.5. \geq 20 anos ☐

6. Qual o tempo de trabalho agrícola que despende diariamente tendo como referência as 8 horas de trabalho diário?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X)

- 6.1. > 0 a 50 % ☐
- 6.2. \geq 50 % a < 100 % ☐
- 6.3. Tempo inteiro ☐

7. A atividade proporcionada pela pequena agricultura é o seu único sustento?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X)

7.1.Sim ☐

7.2.Não ☐

8. O que o motivou a começar a atividade agrícola?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X ou escreva a sua resposta)

8.1.Família ☐

8.2.Grupos de amigos ☐

8.3.Escolas ☐

8.4.Outros, quais _____

II. Informação sobre a organização

A portaria 25/2015 do Diário da República, 1ª série – Nº27 – 09 de fevereiro, entende por atividades agrícolas a “produção, a criação ou o cultivo de produtos agrícolas, incluindo a colheita, a ordenha a criação de animais, e a detenção de animais para fins de produção”.

9. Qual o tipo de atividade agrícola que desenvolve?

(Por favor, pode assinalar mais do que uma opção com um X ou escreva a sua resposta)

9.1. Produção Vegetal ☐

9.1.1. Qual atividade/atividades? _____

9.2.Produção Animal ☐

9.2.1. Qual atividade/atividades? _____

9.3.Produção Florestal ☐

9.3.1. Qual atividade/atividades? _____

9.4.Atividades Associadas ☐

9.4.1. Qual atividade/atividades? _____

9.5. Outra. Qual? _____

O programa de desenvolvimento rural (PDR 2020) estabelece linhas que pretendem melhorar a gestão dos recursos naturais, proteção do solo, água, ar, biodiversidade e paisagem.

10. Tem preocupações relativamente a:

(Por favor, pode assinalar mais do que uma opção com um X ou escreva a sua resposta)

- 10.1. Biodiversidade ☐
- 10.2. Gestão da água ☐
- 10.3. Fertilizantes ☐
- 10.4. Produtos fitofarmacêuticos ☐
- 10.5. Erosão do solo ☐
- 10.6. Outras. Quais _____

11. Qual o motivo da preocupação assinalada na resposta anterior?

(Por favor, escreva a sua resposta)

A portaria 25/2015 do Diário da República, 1ª série – N°27 – 09 de fevereiro, entende por cultura permanente “as culturas não rotativas, com exclusão dos prados e pastagens permanentes, que ocupam as terras por cinco ou mais anos e dão origem a várias colheitas”

12. A sua atividade agrícola pratica uma cultura permanente?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X ou escreva a sua resposta)

- 12.1. Sim. Qual? _____
- 12.2. Não ☐

A portaria 25/2015 do Diário da República, 1ª série – N°27 – 09 de fevereiro, entende por culturas temporárias as culturas que “desenvolvem a maior parte do seu ciclo vegetativo” no período de outono – inverno ou no período de primavera – verão.

13. A sua atividade agrícola pratica uma cultura temporária?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X ou escreva a sua resposta)

13.1. Sim, no período de outono – inverno. Qual? _____

13.2. Sim, no período de primavera – verão. Qual? _____

13.3. Não ☐

14. Que quantidades produz?

(Por favor, escreva a sua resposta)

15. Faz a mobilização dos seus solos?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X ou escreva a sua resposta)

15.1. Não ☐

15.2. Sim, com alfaías de mobilização vertical ☐

15.3. Sim, com alfaías que promovam o reviramento do solo ou levantamento do torrão ☐

15.4. Sim com outras. Quais? _____

16. Possui trator próprio para trabalhar na sua exploração?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X ou escreva a sua resposta)

- 16.1. Sim ☐
- 16.2. Utilizo mas não pertence à exploração ☐
- 16.3. Não ☐
- 16.4. Não e não utilizo ☐
- 16.5. Outra. Qual? _____

17. Qual a área da sua Superfície Agrícola Utilizada?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X)

- 17.1. > 0 a < 1 ha ☐
- 17.2. 1 a < 5 ha ☐
- 17.3. 5 a < 20 ha ☐
- 17.4. 20 a < 50 ha ☐
- 17.5. ≥ 50 ha ☐

18. Qual o tipo de solo onde se encontra a sua Superfície Agrícola Utilizada?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X ou escreva a sua resposta)

- 18.1. Não tenho conhecimento ☐
- 18.2. Solo Argiloso ☐
- 18.3. Solo Franco ☐
- 18.4. Solo Arenoso ☐
- 18.5. Outro tipo de solo. Qual? _____

19. Comunicou a sua Atividade Agrícola nas Finanças?

- 19.1. Sim ☐
- 19.2. Não ☐

20. Costuma pagar IRS devido a praticar pequena agricultura?

20.1. Sim ☐

20.2. Não ☐

21. Qual o valor da última declaração de rendimentos para o seu IRS devido à prática da pequena agricultura?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X)

21.1. Superior a 12 000 € ☐

21.2. Entre os 12 000 € e os 10 000 € ☐

21.3. Entre os 10 000 € e os 8 000 € ☐

21.4. Entre os 8 000 € e os 6 000 € ☐

21.5. Entre os 6 000 € e os 4 000 € ☐

21.6. Entre os 4 000 € e os 2 000 € ☐

21.7. Entre os 2 000 € e os 900 € ☐

21.8. Inferior a 900 € ☐

21.9. Nunca existiu qualquer declaração ☐

22. Para o seu tipo de exploração existem trabalhos agrícolas mais dirigidos para os homens e outros mais dirigidos para as mulheres?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X)

22.1. Sim ☐

22.2. Não ☐

Se respondeu **Não** pode passar para a questão 25 por favor.

23. Na sua opinião:

23.1. Qual é o trabalho mais dirigido para as mulheres?

23.2. Qual é o trabalho mais dirigido para os homens?

24. As terras onde trabalha são:

(Por favor, assinale a sua resposta com um X ou escreva a sua resposta)

24.1. Do próprio ☐

24.2. Arrendadas ☐

24.3. Outra. Qual? _____

25. O proprietário do terreno influencia o tipo de cultura instalada?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X)

25.1. Sim ☐

25.2. Não ☐

26. As terras onde trabalha estão nas freguesias de Santiago Maior e São João Batista do Concelho de Beja?

26.1. Sim ☐

26.2. Não. Onde? _____

III. Gestão e política

A exploração agrícola de tipo familiar tem como principal missão assegurar o bem-estar familiar utilizando também a própria como mão-de-obra.

27. Qual o tipo de mão-de-obra praticado na sua exploração agrícola?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X ou escreva a sua resposta)

27.1. Mão-de-obra familiar ☐

27.2. Mão-de-obra semifamiliar ☐

27.3. Mão-de-obra assalariada permanente ☐

27.4. Mão-de-obra assalariada eventual ☐

27.5. Apenas o produtor ☐

27.6. Outra. Qual? _____

28. Quantos trabalhadores possui na sua exploração do género:

(Por favor, escreva o número sem utilizar letras, ou assinale a resposta com um X)

28.1. Feminino _____

28.2. Masculino _____

28.3. Sou o único trabalhador ☐

29. Pretende integrar no seu negócio outros membros que não envolvam a sua família?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X)

29.1. Sim ☐

29.2. Não ☐

29.3. Talvez ☐

30. Tem como objetivo maximizar os lucros da sua exploração agrícola?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X)

30.1. Sim ☐

30.2. Não ☐

30.3. Talvez ☐

31. Possui uma estratégia de negócio?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X)

31.1. Sim ☐

31.2. Não ☐

31.3. Não, mas pretendo ter uma estratégia de negócio:

31.3.1. A curto prazo ☐

31.3.2. A médio prazo ☐

31.3.3. A longo prazo ☐

31.4. Não, mas estou a pensar nessa possibilidade ☐

32. Está relacionado com alguma organização ou sociedade?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X ou escreva a sua resposta)

- 32.1. Não. ☐
- 32.2. Sim. Para obter maior quota de mercado ☐
- 32.3. Sim. Qual o motivo? _____

33. Na sua opinião, qual é o maior concorrente que sente ser uma ameaça à viabilidade e ao crescimento da sua pequena empresa?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X ou escreva a sua resposta)

- 33.1. Outros pequenos produtores agrícolas ☐
- 33.2. Os médios produtores ☐
- 33.3. Os grandes produtores ☐
- 33.4. Não sinto qualquer concorrência ☐
- 33.5. Outro. Qual? _____

34. Na sua opinião, qual é o maior problema para a pequena agricultura?

(Por favor, assinale a/s sua/s resposta/s com um X ou escreva a sua resposta)

- 34.1. Outros produtores ☐
- 34.2. As alterações climáticas ☐
- 34.3. As pragas ☐
- 34.4. As doenças ☐
- 34.5. Outro. Qual? _____

35. Na sua opinião, qual é a maior vantagem para a pequena agricultura?

(Por favor, escreva a sua resposta)

36. Os seus produtos têm certificação de qualidade?

(Por favor, assinale a/s sua/s resposta/s com um X ou escreva a sua resposta)

- 36.1. Sim. Denominação de Origem Protegida (DOP) ☐
- 36.2. Sim. Indicação Geográfica Protegida (IGP) ☐
- 36.3. Sim. Especialidade Tradicional Garantida (ETG) ☐
- 36.4. Sim. Agricultura Biológica (AB) ☐
- 36.5. Sim. Qual? _____
- 36.6. Não ☐

37. Pratica um modo de instalação:

(Por favor, assinale a/s sua/s resposta/s com um X ou escreva a sua resposta)

- 37.1. Extensivo ao ar livre (rotação de culturas) ☐
- 37.2. Intensivo ao ar livre (efetuada de forma sucessiva) ☐
- 37.3. Extensivo em estufa ☐
- 37.4. Intensivo em estufa ☐
- 37.5. Outra. Qual? _____

38. A sua exploração agrícola é:

(Por favor, assinale as suas respostas com um X)

- 38.1. De sequeiro ☐
- 38.2. De rega ☐
- 38.3. De sequeiro e rega ☐

Se respondeu **De sequeiro** pode passar para a questão 41 por favor.

39. Que tipo de rega utiliza na sua exploração?

(Por favor, assinale a/s sua/s resposta/s com um X ou escreva a sua resposta)

- 39.1. Por regos/sulcos ☐
- 39.2. Por aspersão fixa ☐
- 39.3. Por aspersão móvel ☐
- 39.4. Por gota-a-gota ☐
- 39.5. Outra. Qual? _____

40. Faz uso de fertirrigação?

(Por favor, assinale as suas respostas com um X)

40.1. Sim ☐

40.2. Não ☐

41. De que forma faz o escoamento dos seus produtos?

(Por favor, assinale a/s sua/s resposta/s com um X ou escreva a sua resposta)

41.1. Mercados locais ☐

41.2. Pontos de venda coletivos ☐

41.3. Vendas de proximidade ☐

41.4. Vendas à distância ☐

41.5. Mercados grossistas ☐

41.6. Venda direta ☐

41.7. Agrupamentos de agricultores ☐

41.8. Outras: _____

42. Está satisfeito com as oportunidades que tem para poder vender os seus produtos?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X)

42.1. Insatisfeito ☐

42.2. Pouco satisfeito ☐

42.3. Satisfeito ☐

42.4. Muito Satisfeito ☐

43. Recebe algum tipo de subsídio por praticar pequena agricultura?

(Por favor, assinale a sua resposta com um X ou escreva a sua resposta)

43.1. Sim. Qual? _____

43.2. Não ☐

43.3. Desconheço a obtenção de subsídios ☐

44. Pretende continuar com a sua exploração agrícola?

(Por favor, assinale a/s sua/s resposta/s com um X ou escreva a sua resposta)

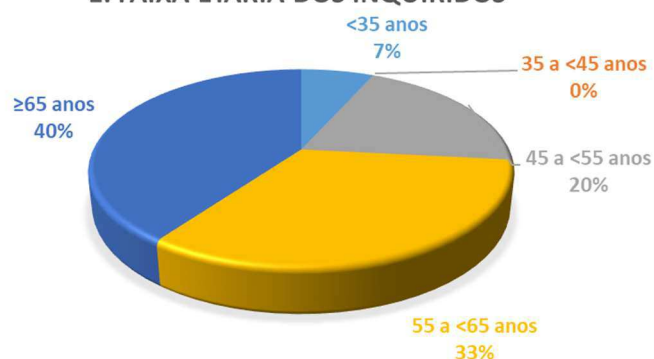
- 44.1. Sim, devido ao valor afetivo ☐
- 44.2. Sim, porque é um complemento ao rendimento ☐
- 44.3. Sim, devido à ausência de alternativas profissionais ☐
- 44.4. Sim, mas a curto prazo ☐
- 44.5. Sim, porque permite-me ter uma vida económico-social estável ☐
- 44.6. Não ☐
- 44.7. Ainda não decidi ☐
- 44.8. Outra: _____

O seu questionário terminou, muito obrigado pela sua colaboração!

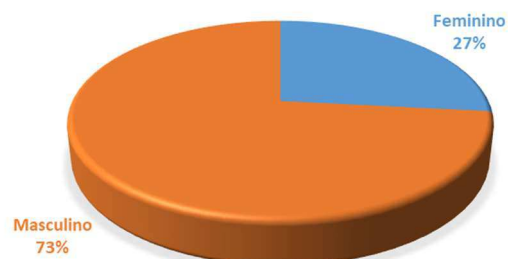
Apêndice 7

Gráficos de caracterização individual e situação profissional

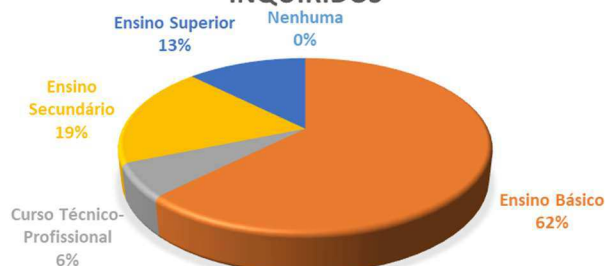
1. FAIXA ETÁRIA DOS INQUIRIDOS



2. SITUAÇÃO DE GÊNERO



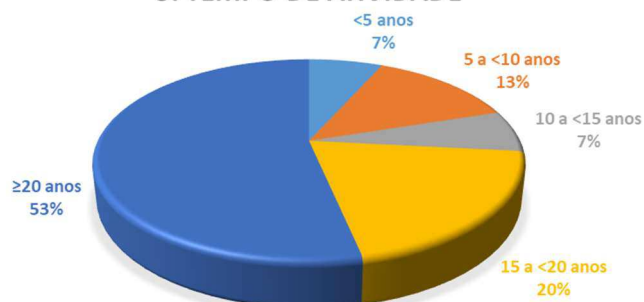
3. HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DOS INQUIRIDOS



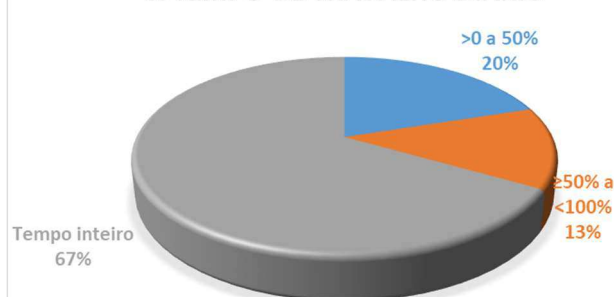
4. FORMAÇÃO NA ÁREA



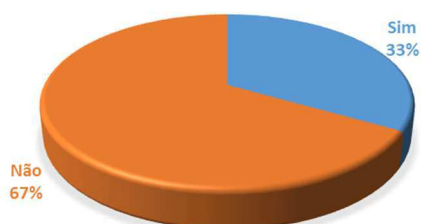
5. TEMPO DE ATIVIDADE



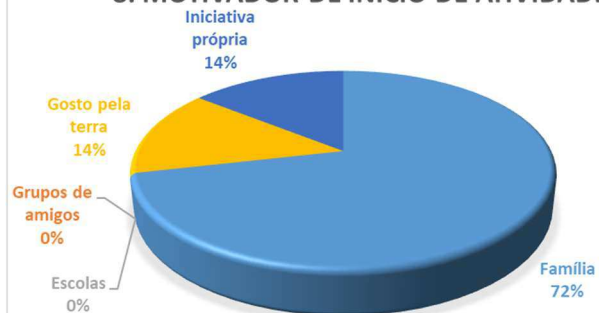
6. TEMPO DE TRABALHO DIÁRIO



7. PEQUENA AGRICULTURA COMO ÚNICO SUSTENTO



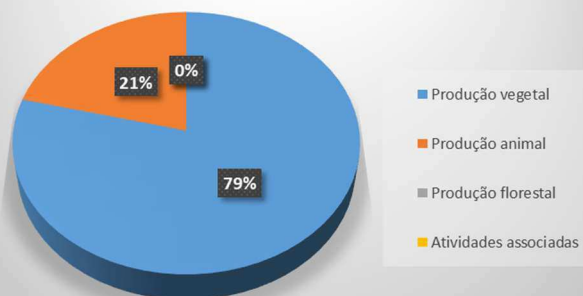
8. MOTIVADOR DE INICIO DE ATIVIDADE



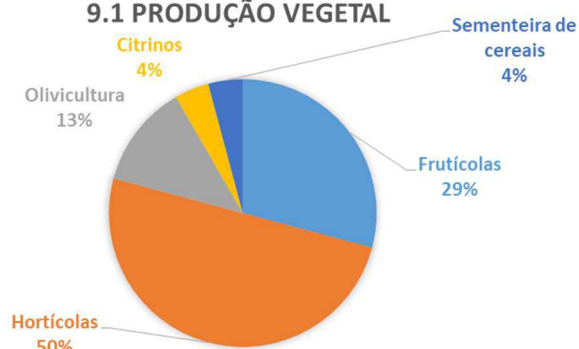
Apêndice 8

Gráficos de informações sobre a organização

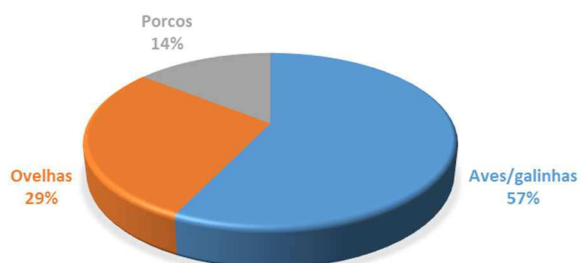
9. Tipo de atividade



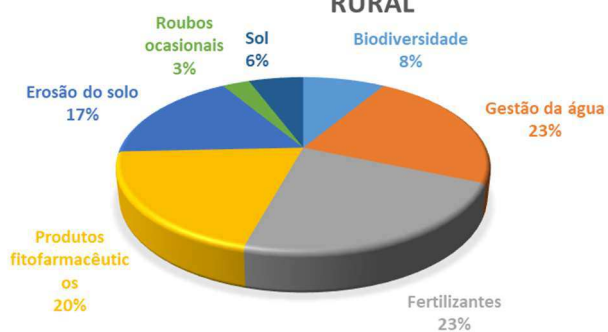
9.1 PRODUÇÃO VEGETAL



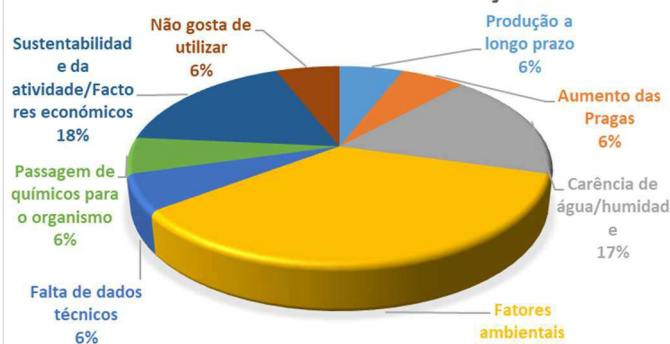
9.2 PRODUÇÃO ANIMAL MAIS REPRESENTADA



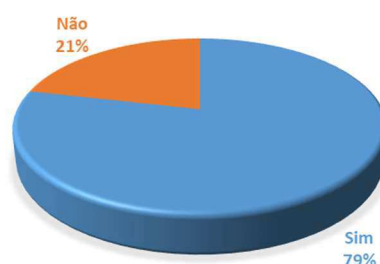
10. PREOCUPAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO RURAL



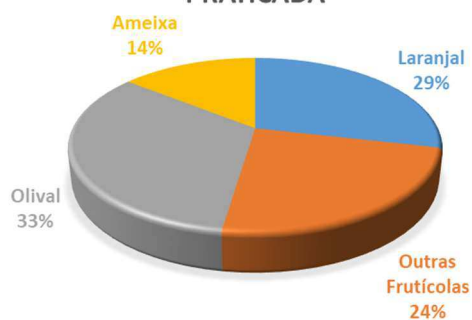
11. MOTIVO DA PREOCUPAÇÃO



12. ATIVIDADE AGRÍCOLA COM CULTURA PERMANENTE



12.1 CULTURA PERMANENTE MAIS PRATICADA



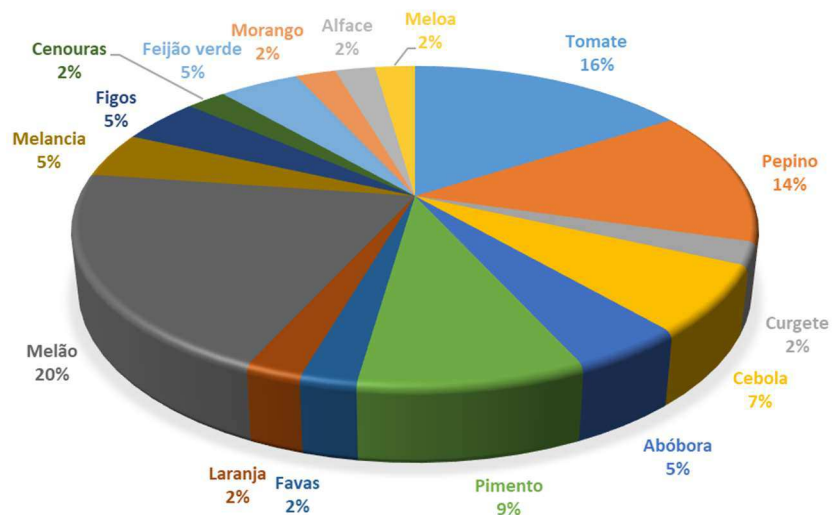
13. ATIVIDADE AGRÍCOLA COM CULTURA TEMPORÁRIA



13.1 CULTURA TEMPORÁRIA DE OUTONO-INVERNO



13.2 CULTURA TEMPORÁRIA PRIMAVERA-VERÃO



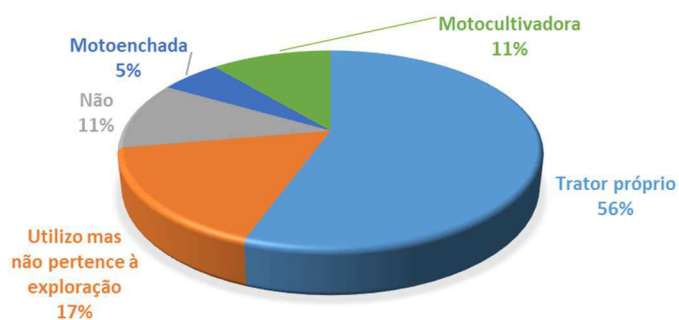
14. QUANTIDADES PRODUZIDAS



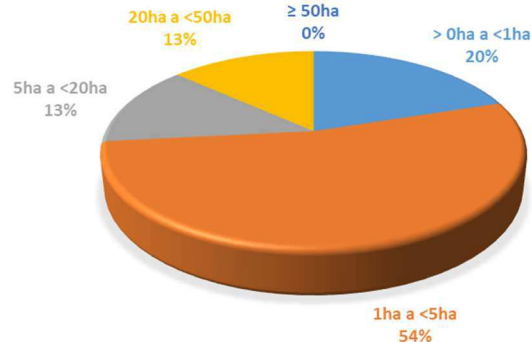
15. MOBILIZAÇÃO DOS SOLOS



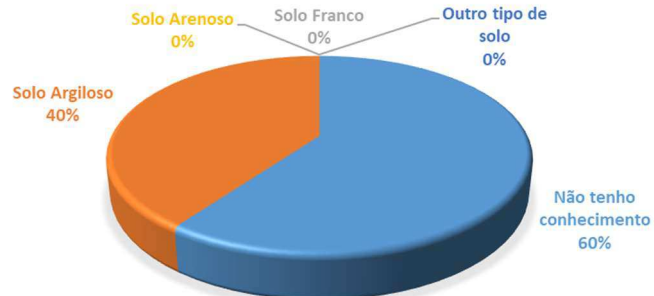
16. PROPRIETÁRIO DE TRATOR



17. ÁREA DA S.A.U.



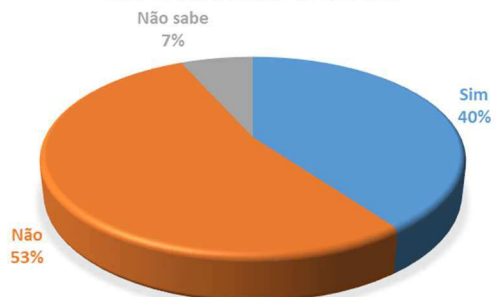
18. CONHECIMENTO DO TIPO DE SOLO



19. COMUNICAÇÃO DA ATIVIDADE NAS FINANÇAS



20. PAGAMENTO DE IRS



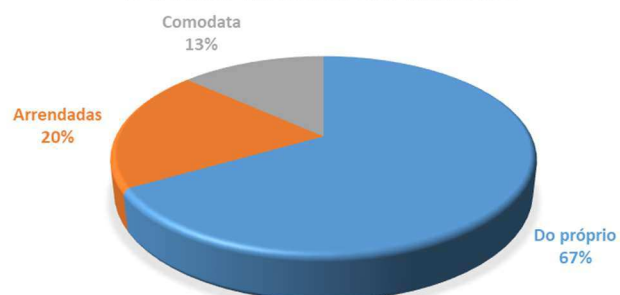
21. DECLARAÇÃO DE IRS



22. DISTINÇÃO DO TRABALHO CONFORME GÉNERO

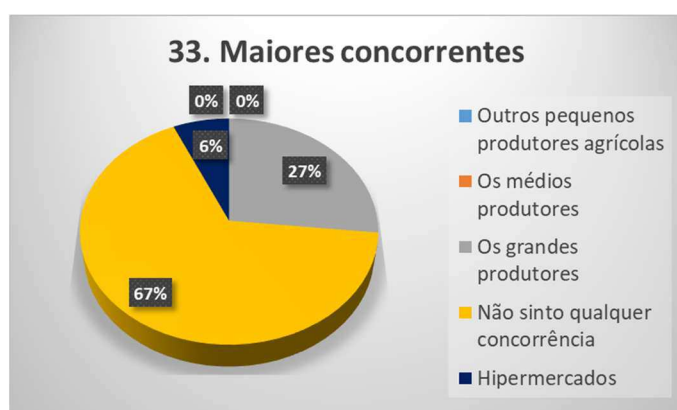
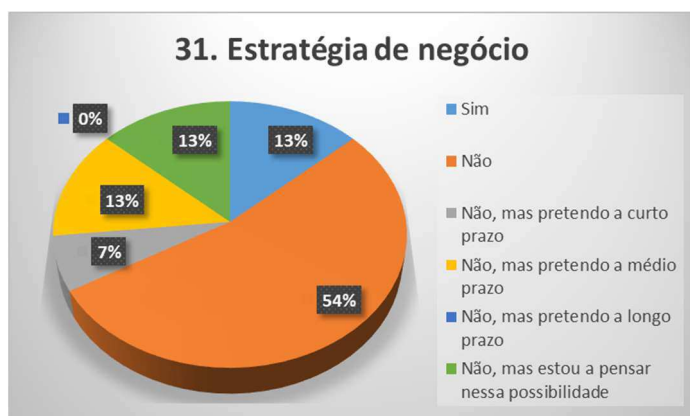
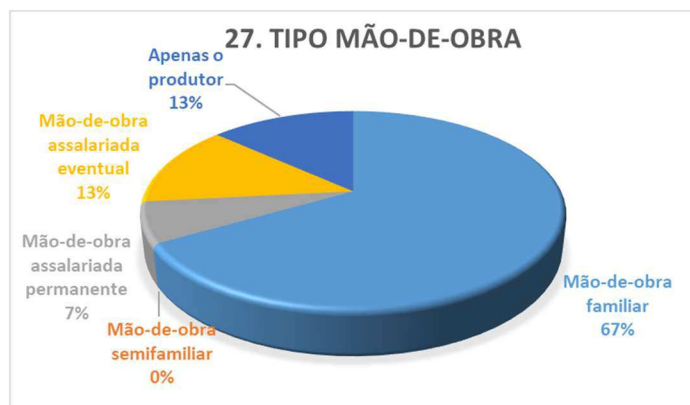


24. PROPRIEDADE DO TERRENO

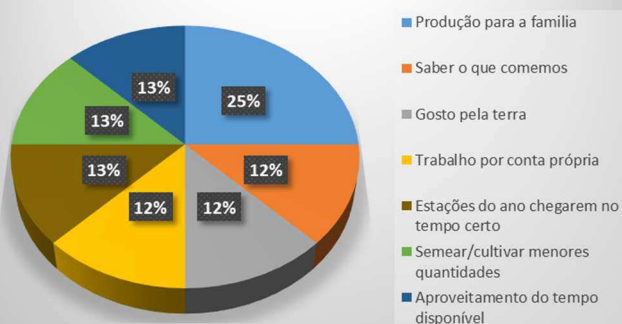


Apêndice 9

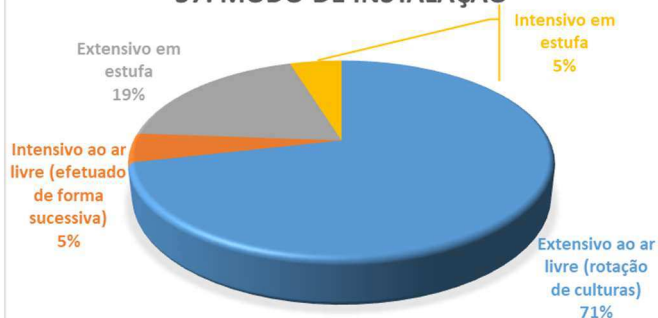
Gráficos da gestão e política



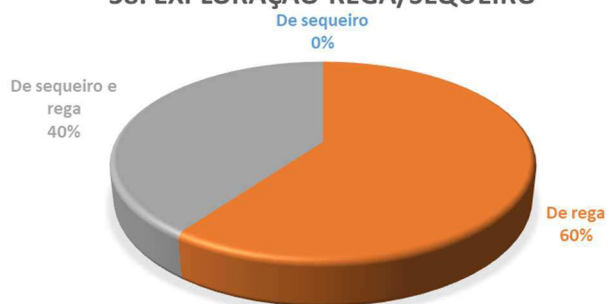
35. Maior vantagem da P.A.



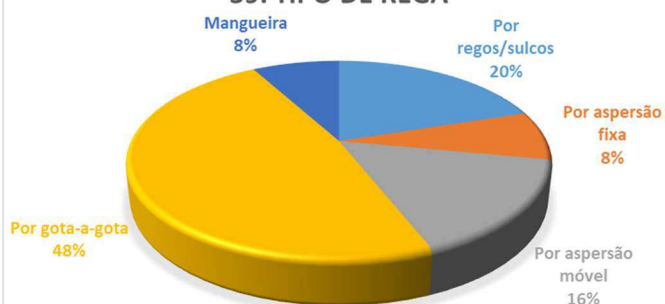
37. MODO DE INSTALAÇÃO



38. EXPLORAÇÃO REGA/SEQUEIRO



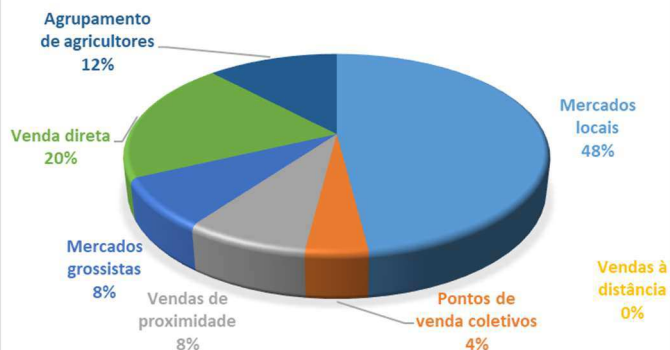
39. TIPO DE REGA



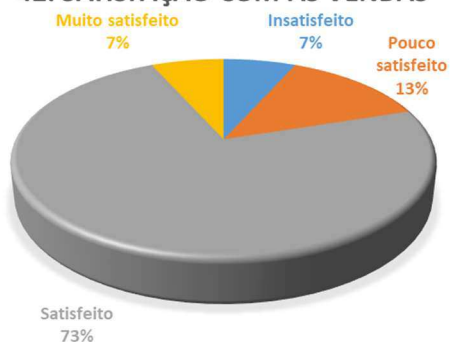
40. USO DE FERTIRRIGAÇÃO



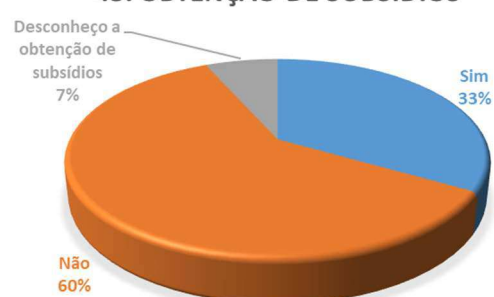
41. ESCOAMENTO DOS PRODUTOS



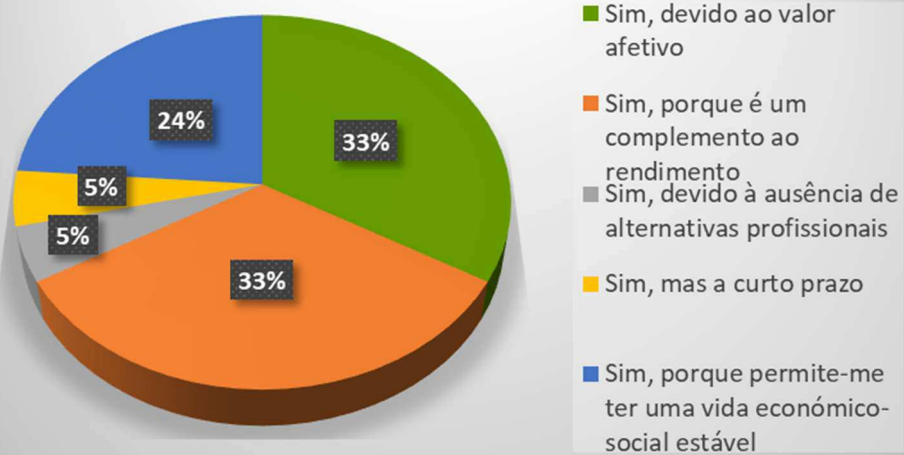
42. SATISFAÇÃO COM AS VENDAS



43. OBTENÇÃO DE SUBSÍDIOS



44. Continuação da exploração



Apêndice 10

Entrevista descritiva

Direção de Finanças Beja

27/10/2017

Entrevistador – Os pequenos agricultores excluem-se da tributação de rendimentos conforme menciona o CIRS?

António Hilário – Esse foi um regime de transição, que decorreu para o período de 2001 a 2004. Foi um período em que houve redução da tributação. No primeiro ano foram tributados 60 %, depois 70 %, 80 % e 90 %. Mas isto foi para aquele período. Neste momento não existe isso. Agora se só tiverem subsídios nem têm de estar registados. São aquelas pessoas que não têm atividade nenhuma, não será este o caso. O que também existe neste momento é que, se o total do rendimento do agregado familiar, e isto é o nº 4 do artº 3º, não ultrapassar os 4,5 IAS anuais não há tributação dos rendimentos agrícolas. Repare, por exemplo, um agregado familiar em que tem 5000 euros de rendimentos agrícolas, se só tiver este valor não é tributado, não ultrapassa os 22 000 euros. Agora imagine, tem 5000 euros de rendimentos agrícolas e tem 20 000 euros de outro tipo de rendimento, já não tem exclusão. Supondo que tem 5000 euros de rendimentos agrícolas e tem 15 000 euros de outros rendimentos, só é tributado pelos 15 000 euros, não é tributado pelos rendimentos agrícolas.

Entrevistador – Neste estudos, muitos pequenos agricultores estão a baixo dessa declaração de rendimentos de 22 000 euros e pagam tributação. Isto quer dizer que têm outras fontes de rendimento?

António Hilário – Têm outros rendimentos. Porque repare, por um lado ficam excluídos os rendimentos agrícolas mas é preciso o total do rendimento do agregado familiar, no caso de marido e mulher conta o rendimento dos dois. Se o rendimento do agregado familiar ultrapassar o limite dos 22 000 euros são tributados por tudo, se não ultrapassar não são tributados pelo rendimento agrícola. E há outra coisa que por vezes causa

confusão, em termos de IRS categoria B, existem dois tipos de rendimento, é o regime simplificado e o regime geral de contabilidade organizada. Para esta situação conta o total do rendimento do agregado familiar, mas atenção que quando estamos a falar de rendimentos estamos a falar de proveitos. Imagine uma pessoa que tem contabilidade organizada, a esposa tem 10 000 euros de trabalho pendente e o marido tem de proveitos agrícolas 10 000 euros, aqui não era tributado porque a soma dos dois não ultrapassa os 22 000 euros. Imagine que tem contabilidade organizada na atividade agrícola e tem prejuízo, esses prejuízos não são considerados porque como não é considerado ter, não é considerado ter prejuízo e ter de deduzir esses prejuízos. Se os rendimentos estão excluídos, o total dos proveitos não ultrapassa os 22 000 euros, quer dê lucro quer dê prejuízo e só há prejuízo se tiver contabilidade organizada, não são considerados, nem para efeitos de tributação nem para efeitos de cálculo dos planos seguintes. No regime simplificado não há prejuízo, na contabilidade organizada pode haver.

Entrevistador – Este sistema de IRS entra no regime forfetário?

António Hilário – A agricultura já foi isenta de IVA nos termos do artº 9º e aí independentemente do volume de negócios a atividade agrícola estava sempre isenta, mas depois passou a ser uma atividade sujeita como qualquer outra. Ou seja, se não atingirem os 10 000 euros podem ficar isentos de IVA, mas aí não é pelo facto de ser pequeno agricultor. Qualquer atividade desde que não tenha contabilidade organizada, depois há aqui outra condição no artº 53º, desde que não atinja os 10 000 euros, quer seja por verbas ou prestação de serviços, podem ficar no regime de isenção de IVA. No regime forfetário podem ir buscar parte do IVA, mas para puderem estar no regime forfetário não podem ultrapassar o limite dos 10 000 euros. O IRS não pode ser englobado no regime forfetário. Uma coisa é IRS outra coisa é IVA. O IRS é igual para todos quando temos esta exceção para os rendimentos agrícolas, se não ultrapassarem os tais 22 000 euros podem não ser tributados, mas atenção conta o total do rendimento do agregado familiar. Em termos de IVA, entra no bolo normal, no artº 53º, têm esse benefício de depois ir buscar parte do IVA, porque se ultrapassarem os 10 000 euros no volume de negócios ficam enquadrados no regime normal de IVA tal como outra atividade qualquer.

Entrevistador – Recorda-se de mais algum ponto que deva ser referenciado e que influencie a pequena agricultura?

António Hilário – Não me vou prenunciar muito, porque ainda não há certezas de nada, a única coisa que surgiu foi a proposta do orçamento, mas parece-me que mesmo ao nível da agricultura vai haver uma reviravolta mesmo ao nível do regime simplificado. Vai haver muitas pessoas apanhadas de surpresa porque a agricultura tem duas principais componentes, as vendas e os subsídios. Em bom rigor, se calhar não deveria de haver rendimentos agrícolas por prestação de serviços, porque uma pessoa vai prestar um serviço com uma máquina agrícola, mas isso não é uma atividade agrícola, é uma atividade de prestação de serviços. Se formos ao código de IRS na atividade agrícola não fala de prestação de serviços, já falou em tempos, antes da reforma fiscal de 2001 falava, agora neste momento não. Neste momento, as vendas estando no regime simplificado que pode ir até aos 200 000 euros, as vendas são tributadas sobre 15 % e dentro dos subsídios, temos dois tipos de subsídios: subsídios à exploração e subsídios não destinados à exploração.

Entrevistador – Parece-me que está tudo muito confuso.

António Hilário – Tem havido alguma polémica e ainda continua a haver em relação ao subsídios destinados à exploração e não destinados à exploração. Salvo algumas exceções a separação é feita assim: subsídios de investimento são subsídios não destinados à exploração, o agricultor vai fazer uma plantação de uma cultura qualquer, vai comprar máquinas, subsídios de investimento, são subsídios não destinados à exploração. Depois, quase toda a gente recebe subsídios como os *greening's*, são subsídios ligados à exploração, por exemplo, temos a situação da florestação, embora tenham também vários tipos de subsídios, têm um para a plantação em si e esse é um subsídio ao investimento. Os não destinados à exploração são tributados sobre 35 % e no regime simplificado são contabilizados 1/5 em cada ano, não são totalmente tributados no ano em que é cedido mas sim ao longo de 5 anos, dividem-se os rendimentos ao longo de 5 anos, isto no regime simplificado. No regime de contabilidade organizada já tem a ver com a taxa de amortização de bens. Conforme vai sendo a taxa de amortização assim vai sendo a parte do proveito que vai entrando. Os subsídios destinados à exploração são tributados sobre 10 % e as vendas em 15 %. Se isto der a volta com a proposta que está no orçamento de estado 2018, isto praticamente acaba, ou seja, vai ser considerado proveito a diferença

entre os proveitos e as despesas, estamos a especular porque não sabemos como vai ficar, mas convém ir alertando as pessoas.

Entrevistador – Estamos sempre sujeitos a mudanças deste género.

António Hilário – A alteração mais significativa em que reparei foi a alteração do regime simplificado. O que é verdade hoje amanhã torna-se mentira. Outra situação é a do nº 2 do artº 58º em que estão mesmo dispensados do apresentar declarações, são aqueles que recebam apenas subsídios agrícolas que não ultrapassem quatro vezes o IAS. Pode reunir as duas situações. Aqueles que vão para a situação de pequena agricultura que recebem os 500 euros ou 600 euros e se não tiverem qualquer venda, porque se tiverem vendas já não é, já não funciona, mas se for só os subsídios estão englobados aqui e nem precisam de estar registados. Outra situação que pode facilitar é para as pessoas que têm vendas de baixo valor e que tinham de emitir faturas mas a partir do ano passado passou a ser permitido emitir faturas no portal para transmissão de bens, para não mandarem fazer um livro de faturas pode ser feito através do portal.

Anexo A

Artigo 53.º do CIVA

Âmbito de aplicação

1 - Beneficiam da isenção do imposto os sujeitos passivos que, não possuindo nem sendo obrigados a possuir contabilidade organizada para efeitos do IRS ou IRC, nem praticando operações de importação, exportação ou atividades conexas, nem exercendo atividades que consista na transmissão dos bens ou prestação dos serviços mencionados no anexo E do presente Código, não tenham atingido, no ano civil anterior, um volume de negócios superior a (euro) 10 000.

2 - Não obstante o disposto no número anterior, são ainda isentos do imposto os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a (euro) 10 000, mas inferior a (euro) 12 500, que, se tributados, preencheriam as condições de inclusão no regime dos pequenos retalhistas.

3 - No caso de sujeitos passivos que iniciem a sua atividade, o volume de negócios a tomar em consideração é estabelecido de acordo com a previsão efetuada relativa ao ano civil corrente, após confirmação pela Direcção-Geral dos Impostos.

4 - Quando o período em referência, para efeitos dos números anteriores, for inferior ao ano civil, deve converter-se o volume de negócios relativo a esse período num volume de negócios anual correspondente.

5 - O volume de negócios previsto nos números anteriores é o definido nos termos do artigo 42.º

Anexo B

Anexo E do Artigo 53.º do CIVA

Lista dos bens e serviços do sector de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis a que se refere a alínea i) do n.º 1 do artigo 2.º

- a) Transmissões de resíduos ferrosos e não ferrosos, sucata e materiais usados, nomeadamente de produtos semiacabados resultantes do processamento, manufatura ou fusão de metais ferrosos e não ferrosos e suas ligas.
- b) Transmissões de produtos ferrosos e não ferrosos semitransformados e prestações de certos serviços de transformação associados.
- c) Transmissões de resíduos e outros materiais recicláveis constituídos por metais ferrosos e não ferrosos, suas ligas, escórias, cinzas, escamas e resíduos industriais que contenham metais ou as suas ligas, bem como prestações de serviços que consistam na triagem, corte, fragmentação ou prensagem desses produtos.
- d) Transmissões, assim como prestações de certos serviços de transformação conexos, de resíduos ferrosos e não ferrosos, bem como de aparas, sucata, resíduos e materiais usados e recicláveis que consistam em pó de vidro, vidro, papel, cartão, trapos, ossos, couro, couro artificial, pergaminho, peles em bruto, tendões e nervos, cordéis, cordas, cabos, borracha e plástico.
- e) Transmissões dos materiais referidos no presente anexo após transformação sob a forma de limpeza, polimento, triagem, corte, fragmentação, prensagem ou fundição em lingotes.
- f) Transmissões de sucata e resíduos resultantes da transformação de materiais de base.

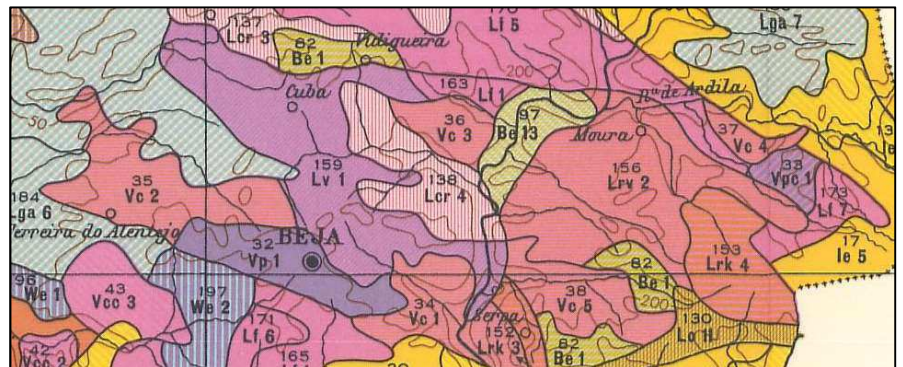
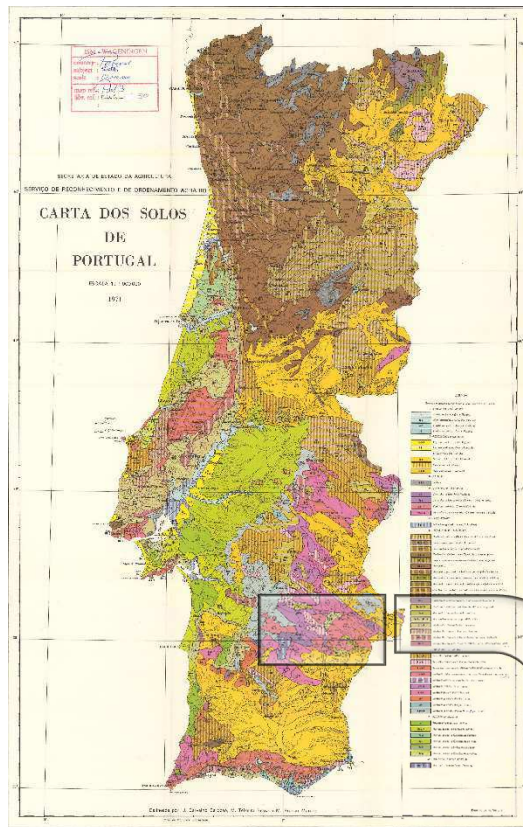
Anexo C

Lista de Sujeitos Passivos em Cadastro à data de 31-12-2016 na União de
Freguesias de São João Batista e Santiago Maior

Cód CAE	CAE	Total de SP's
01111	CEREALICULTURA (EXCEPTO ARROZ)	164
01112	CULTURA DE LEGUMINOSAS SECAS E SEMENTES OLEAGINOSAS	15
01120	CULTURA DE ARROZ	2
01130	CULTURA DE PRODUTOS HORTÍCOLAS, RAÍZES E TUBEÉRCULOS	7
10092	OUTRAS CULTURAS TEMPORÁRIAS, N.E.	10
01210	VITICULTURA	12
01220	CULTURA DE FRUTOS TROPICAIS E SUBTROPICAIS	10
01230	CULTURA DE CITRINOS	2
01240	CULTURA DE POMÓIDEAS E PRUNÓIDEAS	11
01251	CULTURA DE FRUTOS DE CASCA RIJA	10
01252	CULTURA DE OUTROS FRUTOS EM ÁRVORES E ARBUSTOS	10
01261	OLIVICULTURA	119
01290	OUTRAS CULTURAS PERMANENTES	5
01410	CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA PRODUÇÃO DE LEITE	4
01420	CRIAÇÃO OUTROS BOVINOS (EXC. P/PROD. DE LEITE) E BÚFALOS	10
01430	CRIAÇÃO DE EQUINOS, ASININOS E MUARES	1
01450	CRIAÇÃO DE OVINOS E CAPRINOS	7
01460	SUINICULTURA	2
01470	AVICULTURA	1
01491	APICULTURA	5
01494	OUTRA PRODUÇÃO ANIMAL, N.E.	21
01500	AGRICULTURA E PRODUÇÃO ANIMAL COMBINADOS	137
01610	ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS RELACIONADOS COM A AGRICULTURA	34
01701	CAÇA E REPOVOAÇÃO CINEGÉTICA	4
01702	ACTIV. SERV. RELACIONADOS C/CAÇA E REPOV. CINEGÉTICO	2
	Soma	605

Anexo D

Carta dos solos de Portugal de Carvalho Cardoso (1971)



V—VERTISSOLOS (VERTISOLS)

Vp1	Vertissolos pélicos (Pellic Vertisols)
Vpe1	Vertissolos pélicos calcários (Calcareo - pellic Vertisols)
Vo1-7	Vertissolos crômicos (Chromic Vertisols)
Vce1-3	Vertissolos crômicos calcários (Calcareo - chromic Vertisols)

L—LUVISSOLOS (LUVISOLS)

Lo1-14	Luvissolos órticos (Orthic Luvisols)
Lor1-11	Luvissolos rodocrômicos (Rhodo-chromic Luvisols)
Lrk1-5	Luvissolos rodocrômicos calcários (Calcic-rhodo-chromic Luvisols)
Lrv1-3	Luvissolos rodocrômicos calcários vérticos (Vertic-Calcic-rhodo-chromic Luvisols)
Lkv1	Luvissolos calcários vérticos (Vertic-calcic Luvisols)
Lv1-3	Luvissolos vérticos (Vertic Luvisols)
Lf1-9	Luvissolos férricos (Ferric Luvisols)
Lp1	Luvissolos plintílicos (Plinthic Luvisols)
Lg1	Luvissolos gleizados (Gleyic Luvisols)
Lga1-9	Luvissolos gleizados álbicos (Albo-gleyic Luvisols)